

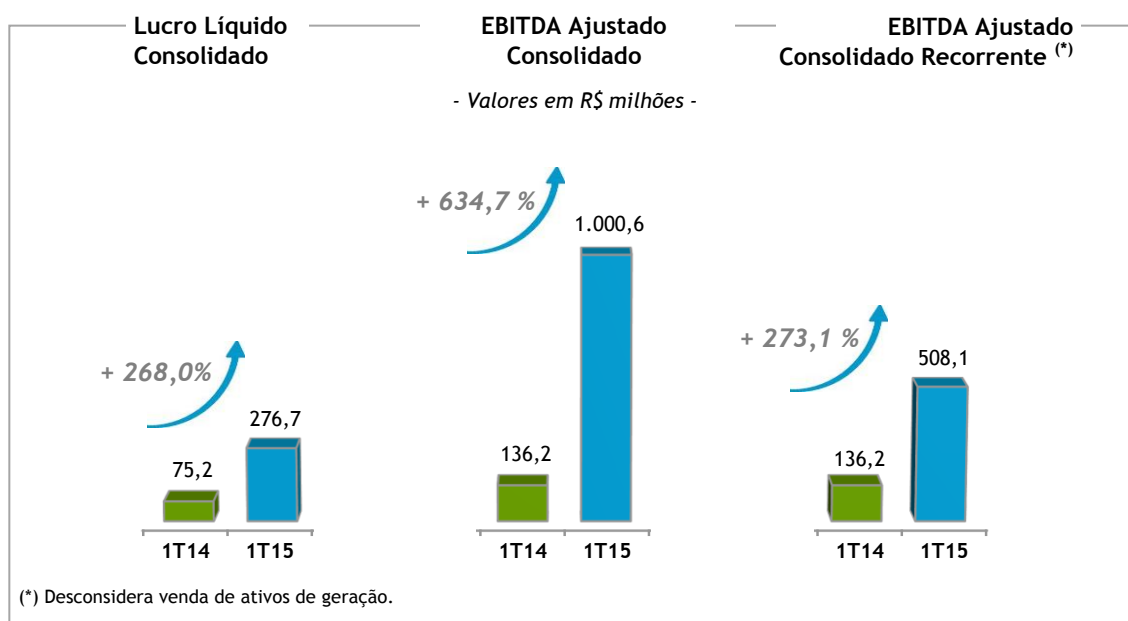


## Energisa S/A | Resultados do 1º trimestre de 2015

Cataguases, 15 de maio de 2015 - A Administração da Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do primeiro trimestre de 2015 (1T15). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em base consolidada de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

### 1 Destaques

*Energisa registrou geração de caixa (EBITDA Ajustado) de R\$ 1.000,6 milhões, incluindo a venda de ativos e lucro de R\$ 276,7 milhões*



- ✓ **Receita líquida consolidada**, sem as receitas de construção, foi de R\$ 2.556,1 milhões no 1T15, com aumento de 273,4% em relação ao 1T14;
- ✓ **Geração de Caixa Ajustada (EBITDA Ajustado)** totalizou R\$ 1.000,6 milhões no 1T15, contra R\$ 136,2 milhões no 1T14, incremento de 634,7%. Desconsiderando a venda dos ativos de geração, o EBITDA Ajustado recorrente totalizou R\$ 508,1 milhões, um incremento de 273,1%;
- ✓ **Energia total comercializada** cresceu 166,4% no 1T15, para 8.207 GWh;
- ✓ Investimentos de R\$ 323,4 milhões no 1T15, contra R\$ 123,4 milhões no 1T14;
- ✓ Saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 2.645,2 milhões ao fim do 1T15, contra R\$ 2.145,5 milhões em 31 de dezembro de 2014;
- ✓ Conclusão de parte da alienação dos ativos de geração de energia do Grupo Energisa. A transação alcançou R\$ 2,121 bilhões, com um ganho de capital registrado no 1T15, líquido dos impostos, de R\$ 325,0 milhões.

Os principais indicadores do desempenho econômico-financeiro consolidado da Energisa S/A nos primeiros três meses de 2015 e 2014 estão apresentados a seguir:

Descrição	1T15	1T14	Variação %
<b>Resultados e Margens - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	4.036,8	1.038,7	+ 288,6
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	3.826,8	977,8	+ 291,4
Receita Operacional Líquida	2.766,1	745,9	+ 270,8
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	2.556,1	684,6	+ 273,4
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	771,1	89,2	+ 764,5
Resultado Financeiro Líquido	(343,5)	6,1	-
EBITDA com o efeito não recorrente da venda dos ativos de geração	948,4	126,4	+ 650,3
EBITDA sem o efeito da venda dos ativos de geração	455,9	126,4	+ 260,7
Margem de EBITDA sem o efeito da venda dos ativos de geração (%)	16,5	16,9	- 0,4 p.p
EBITDA Ajustado, com o efeito não recorrente da venda dos ativos de geração	1.000,6	136,2	+ 634,7
Margem de EBITDA Ajustado, com o efeito da venda dos ativos de geração (%)	36,2	18,3	+ 17,9 p.p
Lucro Líquido	276,7	75,2	+ 268,0
Margem Líquida (%)	10,0	9,7	+ 0,3 p.p
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Energia vendida aos Consumidores Cativos (GWh)	6.500,3	2.207,4	+ 194,5
Energia vendida aos Consumidores Cativos + Transporte (TUSD) - GWh	7.440,6	2.625,7	+ 183,4
Energia Elétrica Total Comercializada (GWh)	8.207,0	3.081,1	+ 166,4
Número de Consumidores Cativos	6.271.049	2.672.602	+ 134,6
Número de Consumidores Totais	6.271.284	2.672.675	+ 134,6
Número de Colaboradores Próprios	11.179	4.770	+ 134,4
Força de trabalho (colaboradores próprios + terceirizados <sup>(1)</sup> )	15.964	5.549	+ 187,7

<sup>(1)</sup> Não incluem terceirizados em obras.

## Teleconferência dos Resultados do 1º trimestre de 2015

**QUARTA - FEIRA 20 DE MAIO DE 2015**

**Teleconferência em Português**

**11:00 horas (horário Brasil)**

Número: (11) 3728-5971

Código de acesso: Energisa

Replay (disponível por 7 dias): (11) 3127-4999

Código de acesso: 48757321

Para mais informações, entre em contato com a área de Relações com Investidores:

Maurício Perez Botelho

Diretor de Relações com Investidores

Tel.: +55 21 2122-6904 / Fax: +55 21 2122-6931

E-mail: [mbotelho@energisa.com.br](mailto:mbotelho@energisa.com.br)

Carlos Aurélio Martins Pimentel

Gerente de Relações com Investidores

Tel.: +55 32 3429-6226 / Fax: +55 32 3429-6317

E-mail: [caurelio@energisa.com.br](mailto:caurelio@energisa.com.br)

## 2 Desempenho operacional

### 2.1 Perfil e mercado de energia

A Energisa S/A tem como base dos seus negócios a distribuição e a geração de energia elétrica, sendo responsável por 13 distribuidoras localizadas em todas as regiões do país, especificamente nos estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Paraná, que compreendem 788 municípios. A base comercial das distribuidoras da Energisa abrange 6,3 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população de aproximadamente 16 milhões de habitantes.

No primeiro trimestre de 2015 (1T15), a energia elétrica total comercializada pelo Grupo Energisa somou 8.207,0 GWh, aumento de 166,4% ante igual período do ano passado (1T14). Esse expressivo crescimento decorre, fundamentalmente, da aquisição, em 11 de abril de 2014, das oito distribuidoras do Grupo Rede, razão pela qual no 1T14 não considera as vendas de energia das empresas adquiridas. A composição desse crescimento é a seguinte:

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre		
	1T15	1T14	Var. %
✓ Vendas de energia a consumidores finais (Mercado Cativo)	6.500,3	2.207,4	+ 194,5
✓ Energia associada a consumidores livres (TUSD)	940,3	418,3	+ 124,8
✓ Subtotal (Mercado Cativo + TUSD)	<b>7.440,6</b>	<b>2.625,7</b>	+ 183,4
✓ Suprimento de energia	417,3	58,9	+ 608,3
✓ Energia não Faturada	(98,5)	(84,5)	+ 16,6
✓ Vendas a consumidores livres (comercialização) *	447,6	481,0	- 6,9
<b>Total Energia Comercializada - Energisa Consolidada</b>	<b>8.207,0</b>	<b>3.081,1</b>	<b>+ 166,4</b>

(\*) ACL - Ambiente de Contratação Livre.

#### 2.1.1 Mercado cativo e livre das distribuidoras do Grupo Energisa

No primeiro trimestre de 2015, as vendas consolidadas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo) localizados na área de concessão do Grupo Energisa, somadas ao transporte de energia para os consumidores livres (TUSD), totalizaram 7.440,6 GWh, incremento de 183,4% em relação ao volume vendido em igual trimestre do ano anterior. Deste total, 43,5% das vendas ocorreram na região Centro-Oeste pelas distribuidoras Energisa Mato Grosso e Energisa Mato Grosso do Sul, que, em conjunto, apresentaram expansão de 6,8% no consumo. Na região Nordeste, por intermédio da Energisa Paraíba, Energisa Borborema e Energisa Sergipe, as vendas totalizaram 28,8% do total. Na região Norte, 6,3% são provenientes da Energisa Tocantins. E nas regiões Sudeste e Sul, as vendas representaram 21,4% do total.

O consumo no 1T15 foi impulsionado principalmente pelas classes residencial e comercial cativa, que representam 61,9% da energia total consumida pelos clientes cativos das distribuidoras do Grupo Energisa. Essas classes apresentaram crescimentos pró-forma de, respectivamente, 7,2% e 5,7% no consumo no trimestre. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, reduziu 1,8%.

**Mercado Cativo de Energia Elétrica por Classe de Consumo +TUSD (Consolidado)  
(Em GWh)**

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre		
	1T15	1T14	Var. %
<b>Vendas de energia a consumidores finais + TUSD (*)</b>	<b>7.440,6</b>	<b>2.625,7</b>	<b>+ 183,4</b>
✓ Residencial	2.576,6	893,4	+ 188,4
✓ Industrial	1.817,7	739,0	+ 146,0
. Cativo	944,4	343,2	+ 175,2
. Livre	873,3	395,8	+ 120,6
✓ Comercial	1.514,1	464,3	+ 226,1
. Cativo	1.447,1	441,8	+ 227,5
. Livre	67,0	22,5	+ 197,8
✓ Rural	606,2	157,0	+ 286,1
✓ Outras classes	926,0	372,0	+ 148,9

**Mercado Cativo de Energia Elétrica por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado)  
Pro-forma (\*) - Em GWh**

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre		
	1T15	1T14	Var. %
<b>Vendas de energia a consumidores finais + TUSD (*)</b>	<b>7.440,6</b>	<b>7.171,3</b>	<b>+ 3,8</b>
✓ Residencial	2.576,6	2.402,6	+ 7,2
✓ Industrial	1.817,7	1.851,0	- 1,8
. Cativo	944,4	941,7	+ 0,3
. Livre	873,3	909,3	- 4,0
✓ Comercial	1.514,1	1.436,6	+ 5,4
. Cativo	1.447,1	1.369,1	+ 5,7
. Livre	67,0	67,5	- 0,7
✓ Rural	606,2	580,4	+ 4,4
✓ Outras classes	926,0	900,6	+ 2,8

(\*) Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Rede Energia no 1T14 como se fossem controladas pela Energisa.

## Mercado Cativo + TUSD por Distribuidora e Região (GWh)

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre		
	1T15	1T14	Var. %
<b>Empresas de Distribuição de Energia</b>			
<b>Região Norte</b>	<b>467,7</b>	<b>426,1</b>	<b>+ 9,8</b>
✓ Energisa Tocantins (*)	467,7	426,1	+ 9,8
<b>Região Nordeste</b>	<b>2.139,8</b>	<b>2.141,8</b>	<b>- 0,1</b>
✓ Energisa Paraíba	1.103,4	1.111,2	- 0,7
✓ Energisa Sergipe	854,3	854,5	-
✓ Energisa Borborema	182,1	176,1	+ 3,4
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>3.240,2</b>	<b>3.035,3</b>	<b>+ 6,8</b>
✓ Energisa Mato Grosso (*)	1.902,6	1.783,2	+ 6,7
✓ Energisa Mato Grosso do Sul (*)	1.337,6	1.252,1	+ 6,8
<b>Região Sudeste</b>	<b>1.518,3</b>	<b>1.495,0</b>	<b>+ 1,6</b>
✓ Energisa Minas Gerais	414,4	397,8	+ 4,2
✓ Energisa Nova Friburgo	86,1	86,1	-
✓ Caiuá (*)	317,0	318,3	- 0,4
✓ Vale Paranapanema (*)	257,9	253,6	+ 1,7
✓ Bragantina (*)	279,8	279,2	+ 0,2
✓ Nacional (*)	163,1	160,0	+ 1,9
<b>Região Sul</b>	<b>74,6</b>	<b>73,1</b>	<b>+ 2,1</b>
✓ Força e Luz do Oeste (*)	74,6	73,1	+2,1
<b>Total - Distribuição nas cinco regiões do país</b>	<b>7.440,6</b>	<b>7.171,3</b>	<b>3,8</b>

(\*) Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Rede Energia no 1T14 como se fossem controladas pela Energisa.

A Energisa encerrou os primeiros três meses de 2015 com 6.271.049 unidades consumidoras cativas, quantidade 134,6% superior à registrada no fim de março de 2014.

A energia consolidada de transporte no sistema de distribuição, destinada ao atendimento dos clientes livres (origem das receitas de disponibilização do sistema de transmissão e distribuição), apresentou aumento de 124,8% nos primeiros três meses de 2015, passando de 418,3 GWh no 1T14, para 940,3 GWh no 1T15.

A Energisa encerrou os primeiros três meses de 2015 com 235 consumidores livres (32 na Energia Minas Gerais, 17 na Energisa Sergipe, 2 na Energisa Borborema, 21 na Energisa Paraíba, 87 na Energisa Mato Grosso, 43 na Energisa Mato Grosso do Sul, 7 na Energisa Tocantins, 6 na Caiuá, 3 na Vale Paranapanema, 12 na Bragantina, 4 na Nacional e 1 na CFLO).

### 2.1.2 Comercialização e geração de energia no ACL - Ambiente de Contratação Livre

No segmento de comercialização de energia, por intermédio da Energisa Comercializadora e das vendas relacionadas aos diversos projetos de geração da Companhia, o volume de energia vendida reduziu 6,9% no 1T15 e chegou a 447,6 GWh (481,0 GWh no 1T14).

A geração própria de energia do Grupo Energisa, por meio das suas geradoras Energisa Rio Grande, PCH Zé Tunin, SPE Cristina, CGH Hans e Energisa Bioeletricidade e Tangará Energia, alienados em 31 de março de 2015, exceto a Tangará Energia, em processo de alienação ainda não concluído, totalizou 276,0 GWh no 1T15, acréscimo de 505,3% em relação à geração de energia verificada em igual período do ano passado. A energia gerada foi comercializada pela Energisa Comercializadora no mercado livre.

Os parques eólicos Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel no Rio Grande do Norte totalizam capacidade instalada de 150 MW e iniciaram operação após a conexão na rede básica de transmissão em dezembro de 2014.

Abaixo, a energia produzida por geradora do Grupo Energisa:

Geração de Energia (Valores em GWh)	Trimestre		
	1T15	1T14	Var. %
Parques Eólicos RN	130,4	-	-
Energisa Rio Grande	16,3	25,3	- 35,6
Energisa Bioeletricidade	-	10,6	-
PCH Zé Tunin	5,2	7,4	- 29,7
SPE Cristina	2,2	1,9	+ 15,8
CGH Hans	0,3	0,4	- 25,0
Tangará	121,6	-	-
<b>Total</b>	<b>276,0</b>	<b>45,6</b>	<b>+ 505,3</b>

### 2.1.3 Concluída parte da alienação dos ativos de geração de energia do Grupo Energisa

Em 31 de março de 2015, a Energisa concluiu parte da alienação dos seus ativos de geração, com a venda para a São João Energética S/A, sociedade anônima, indiretamente controlada pela Brookfield Renewable Energy Partners: (a) da totalidade das ações detidas, indiretamente, pela Companhia no capital social das seguintes sociedades: (i) Energisa Bioeletricidade S/A e suas subsidiárias de geração termelétrica, (ii) Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, (iii) Energisa Geração Rio Grande S/A, (iv) Energisa Geração Vista Alegre II S/A, e (v) Energisa Geração Santa Cândida II S.A.; e (b) as ações detidas, indiretamente, pela Companhia representativas de pelo menos 92,8% do capital social das seguintes sociedades: (i) SPE Cristina Energia S/A, e (ii) Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A e suas subsidiárias de geração eólica.

A transação alcançou R\$ 2,121 bilhões, sendo R\$ 0,620 bilhão em transferência de dívidas dos ativos alienados, R\$ 0,174 bilhão de investimentos evitados e R\$ 1,327 bilhão recebidos naquela data pelas ações. Este valor remanesce sujeito a (i) ajustes de preço normalmente procedidos em operações desta natureza, a serem apurados e pagos nos termos do Contrato e (ii) alienação dos 7,2% remanescentes do capital social das SPE Cristina Energia S/A e Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A e suas subsidiárias de geração eólica, após decorrida manifestação pelos acionistas minoritários da Companhia do interesse em exercer o direito de preferência na aquisição das ações das SPE Cristina Energia S/A e Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A, conforme Aviso aos Acionistas divulgado pela Companhia. Encontra-se, também, em fase final de alienação para a São João Energética, a UHE Tangará Energia S/A, de 120 MW, com previsão de recebimento dos recursos no 2º trimestre de 2015, bem como o valor remanescente acima mencionado.

### 2.1.4 - Perdas de energia elétrica

A Companhia reestruturou e ampliou, após a aquisição do controle acionário do Grupo Rede, as ações de fiscalizações das unidades consumidores das distribuidoras adquiridas, visando ao combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica. Ao fim do 1T15, as perdas de energia das distribuidoras da Energisa foram as seguintes, com destaque para evolução positiva alcançada pelas empresas de maiores perdas nas regiões Centro Oeste e Norte:

Distribuidoras	Perdas de Energia (%) - Últimos 12 meses		
	1T15	1T14	Varição em pontos percentuais
Energisa Mato Grosso do Sul	14,30	16,50	- 2,20
Energisa Mato Grosso	13,47	14,84	- 1,37
Energisa Tocantins	14,24	15,07	- 0,83
Nacional	8,11	8,45	- 0,34
Energisa Nova Friburgo	4,88	5,17	- 0,29
Caiuã	7,84	8,10	- 0,26
Vale Parapanema	7,21	7,32	- 0,11
Energisa Sergipe	8,97	9,08	- 0,11
Força e Luz do Oeste	3,85	3,94	- 0,09
Bragantina	5,07	5,11	- 0,04
Energisa Borborema	5,90	5,92	- 0,02
Energisa Minas Gerais	9,17	8,66	+ 0,51
Energisa Paraíba	12,35	11,56	+ 0,79
<b>Energisa Consolidada</b>	<b>11,59</b>	<b>12,26</b>	<b>- 0,67</b>

(\*) Para efeito comparativo das perdas de energia consolidadas, foram consideradas as empresas adquiridas do Grupo Rede como se fossem controladas da Energisa no 1T14.

## Balança de Energia (GWh) - Distribuidoras da Energisa

Descrição (GWh)	1º trimestre de 2015 (1T15)						
	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	EMT	EMS
<b>(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)</b>	<b>454,0</b>	<b>96,9</b>	<b>1.041,9</b>	<b>208,8</b>	<b>1.248,2</b>	<b>2.252,3</b>	<b>1.564,4</b>
(b) Energia vendida mercado cativo	327,5	86,1	659,5	180,9	993,8	1.618,8	1.216,8
✓ Residencial	135,6	41,4	268,6	60,7	424,8	619,4	476,7
✓ Industrial	44,7	13,5	76,9	53,8	136,0	200,0	161,6
✓ Comercial	67,0	19,8	144,9	41,3	188,2	388,2	296,3
✓ Rural	41,6	1,5	35,8	6,6	74,4	206,2	121,3
✓ Setor público e consumo próprio	38,6	9,9	133,2	18,4	170,3	204,9	160,9
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	86,9	-	194,8	1,2	109,6	283,8	120,8
(d) Consumo não faturado	(3,1)	(1,7)	(24,1)	(5,5)	(45,1)	6,4	(13,9)
(e) Suprimento a concessionárias	-	-	110,2	0,3	-	-	-
(f) Venda de Energia CCEE	15,7	-	-	0,2	21,5	256,0	-
<b>(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)</b>	<b>340,2</b>	<b>84,4</b>	<b>745,5</b>	<b>175,9</b>	<b>970,3</b>	<b>1.881,2</b>	<b>1.202,9</b>
(h) Intercâmbio de energia	2,1	7,8	5,6	18,5	26,9	3,2	5,1
(i) Perdas na distribuição	40,5	4,7	96,0	13,4	162,9	340,2	235,6
(j) Perdas na Rede Básica	3,8	-	18,4	4,2	24,4	20,3	19,5
<b>(k) Energia Comprada Total (k=b+d+e+f+i+j)</b>	<b>384,5</b>	<b>89,1</b>	<b>859,9</b>	<b>193,5</b>	<b>1.157,5</b>	<b>2.241,7</b>	<b>1.458,0</b>
% das perdas na distribuição (% = i/a)	8,9	4,9	9,2	6,4	13,0	15,1	15,1

## Balança de Energia (GWh) - Distribuidoras da Energisa (continuação)

Descrição (GWh)	1º trimestre de 2015 (1T15)						
	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Energisa Consolidada
<b>(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)</b>	<b>556,3</b>	<b>354,8</b>	<b>269,6</b>	<b>291,2</b>	<b>179,1</b>	<b>76,1</b>	<b>8.593,5</b>
(b) Energia vendida mercado cativo	454,5	305,2	244,3	185,7	152,8	74,4	6.500,3
✓ Residencial	185,5	128,7	85,1	61,5	65,9	22,5	2.576,6
✓ Industrial	61,6	35,6	55,6	55,6	24,9	24,6	944,4
✓ Comercial	89,4	80,1	45,3	34,6	34,5	17,4	1.447,1
✓ Rural	45,9	17,1	27,7	17,8	8,4	1,9	606,2
✓ Setor público e consumo próprio	72,2	43,8	30,6	16,1	19,1	7,9	926,0
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	13,2	11,8	13,6	94,1	10,3	0,3	940,4
(d) Consumo não faturado	5,1	(4,9)	(4,6)	(3,6)	(2,3)	(1,2)	(98,5)
(e) Suprimento a concessionárias	-	-	-	-	7,0	-	117,6
(f) Venda de Energia CCEE	-	1,6	4,9	0,1	-	-	300,0
<b>(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)</b>	<b>459,6</b>	<b>301,9</b>	<b>244,6</b>	<b>182,2</b>	<b>157,6</b>	<b>73,1</b>	<b>6.819,4</b>
(h) Intercâmbio de energia	0,5	17,2	-	-	-	-	86,8
(i) Perdas na distribuição	83,0	25,4	16,3	15,0	11,2	2,7	1.046,9
(j) Perdas na Rede Básica	7,4	11,5	8,2	7,1	6,6	-	131,3
<b>(k) Energia Comprada Total (k=b+d+e+f+i+j)</b>	<b>550,0</b>	<b>338,8</b>	<b>269,1</b>	<b>204,3</b>	<b>175,4</b>	<b>75,9</b>	<b>7.997,6</b>
% das perdas na distribuição (% = i/a)	14,9	7,2	6,0	5,2	6,3	3,6	12,2

Os contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), contratos bilaterais, contratos de energia distribuída e a liquidação das diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) do Grupo Energisa totalizaram, no 1T15, o montante de 7.997,7 GWh para atender à energia solicitada pelo sistema do Grupo.

#### Portfólio de Contratos (GWh) - Distribuidoras do Grupo Energia

Descrição (GWh)	1º trimestre de 2015 (1T15)						
	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	EMT	EMS
<b>(a) Energia comprada</b>	381,2	88,8	809,4	190,3	1.157,5	1.821,3	1.301,6
✓ Bilateral	180,2	-	31,8	22,0	108,3	538,7	127,6
✓ Leilões de Energia	68,9	-	454,1	102,0	578,8	624,8	541,7
✓ Quota de Itaipu	66,0	-	-	-	-	340,6	181,2
✓ Quota do PROINFA	6,9	1,8	15,8	4,0	20,9	37,3	24,7
✓ Quota de ANGRA	12,1	-	27,9	7,0	37,5	60,7	41,7
✓ Quota de Garantia Física (95%)	47,1	-	279,9	55,3	412,0	218,1	328,9
✓ Contrato Suprimento	-	87,0	-	-	-	-	-
✓ Geração distribuída	-	-	-	-	-	1,1	55,8
(b) Geração Própria / Embutida / Desverticalizada	-	0,3	-	-	-	420,4	0,3
(c) Liquidação na CCEE	3,3	-	50,5	3,2	-	-	156,1
<b>(d) Energia Comprada Total (d=a+b+c)</b>	<b>384,5</b>	<b>89,1</b>	<b>859,9</b>	<b>193,5</b>	<b>1.157,5</b>	<b>2.241,7</b>	<b>1.458,0</b>

#### Portfólio de Contratos (GWh) - Distribuidoras do Grupo Energisa (continuação)

Descrição (GWh)	1º trimestre de 2015 (1T15)						
	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Consolidada
<b>(a) Energia comprada</b>	429,2	318,9	259,8	198,1	161,1	75,9	7.193,2
✓ Bilateral	49,0	72,3	72,3	65,5	38,2	-	1.305,8
✓ Leilões de Energia	190,8	140,9	125,6	71,3	80,3	-	2.979,1
✓ Quota de Itaipu	-	67,0	46,7	48,7	32,8	-	783,1
✓ Quota do PROINFA	10,7	6,4	4,9	4,2	3,3	1,6	142,6
✓ Quota de ANGRA	17,1	11,5	9,0	7,4	5,8	-	237,8
✓ Quota de Garantia Física (95%)	145,4	20,8	1,2	1,0	0,8	-	1.510,5
✓ Contrato Suprimento	-	-	-	-	-	74,2	161,2
✓ Geração distribuída	16,2	-	-	-	-	-	73,1
(b) Geração Própria / Embutida / Desverticalizada	71,3	-	-	-	-	-	492,3
(c) Liquidação na CCEE	49,4	19,9	9,3	6,2	14,3	-	312,1
<b>(d) Energia Comprada Total (d=a+b+c)</b>	<b>550,0</b>	<b>338,8</b>	<b>269,1</b>	<b>204,3</b>	<b>175,4</b>	<b>75,9</b>	<b>7.997,6</b>

### 3 Desempenho financeiro

#### 3.1 Receita operacional bruta e líquida

No 1T15, a Energisa S/A apresentou receita operacional bruta consolidada, sem a receita de construção, a qual é atribuída margem zero, de R\$ 3.826,8 milhões, ante R\$ 977,4 milhões registrados no 1T14, aumento de 291,5% (R\$ 2.849,4 milhões). Já a receita operacional líquida consolidada, igualmente sem a receita de construção, cresceu 273,4% (R\$ 1.871,5 milhões) no período, para R\$ 2.556,1 milhões.

#### 3.2 Reajustes tarifários e repasses de recursos

##### 3.2.1 Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias” nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês

posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo; Bandeira Amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e Bandeira Vermelha: condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

### 3.2.2 Revisão Tarifária Extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país.

Os consumidores das concessionárias que compõem o Grupo Energisa perceberão os seguintes efeitos médios:

#### Efeito médio da RTE por distribuidora

Distribuidoras	%
Bragantina	38,5
Nacional	35,2
Caiuá	32,4
Força e Luz do Oeste	31,9
Vale Paranapanema	29,4
Energisa Mato Grosso do Sul	27,9
Energisa Minas Gerais	26,9
Energisa Mato Grosso	26,8
Energisa Nova Friburgo	26,0
Energisa Sergipe	8,0
Energisa Borborema	5,7
Energisa Tocantins	4,5
Energisa Paraíba	3,8

A RTE aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia. **Adicionalmente, em 2015 foram concedidos reajustes tarifários para as subsidiárias do Grupo Energisa, com os seguintes efeitos médios percebidos pelos consumidores:**

Distribuidora	Aumento tarifário - Efeito médio	
	%	Vigência
Energisa Borborema	39,55	4 de fevereiro
Energisa Mato Grosso	- 0,38	8 de abril
Energisa Mato Grosso do Sul	3,22	8 de abril
Energisa Sergipe	13,26	22 de abril
Vale Paranapanema	- 0,09	10 de maio
Caiuá	1,85	10 de maio
Bragantina	- 0,23	10 de maio
Nacional	- 3,62	10 de maio

O Grupo Energisa, por meio de suas subsidiárias, recebeu também, o montante de R\$ 146,3 milhões, provenientes dos recursos da conta ACR (Conta no Ambiente de Contratação Regulada) repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cobertura da exposição involuntária no Mercado de Curto Prazo - MCP e despacho termoeletrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D relativo aos meses de novembro e dezembro de 2014. Os valores foram registrados como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema. A Aneel também homologou o montante de R\$ 166,4

milhões, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Já esses recursos foram registrados como receita de venda de energia.

Os valores por distribuidora são os seguintes:

Distribuidora	Recursos ACR -- Cobertura de Custos (R\$ milhões)	Recursos - Decreto 7.891 (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)
Energisa Mato Grosso	8,1	56,2	64,3
Energisa Paraíba	25,7	11,9	37,6
Energisa Tocantins	35,4	9,0	44,4
Energisa Sergipe	26,0	2,0	28,0
Energisa Mato Grosso do Sul	14,3	57,3	71,6
Caiuá	6,7	5,2	11,9
Bragantina	6,2	4,8	11,0
Nacional	3,7	7,0	10,7
Energisa Minas Gerais	11,5	7,7	19,2
Vale Paranapanema	1,1	3,8	4,9
Energisa Borborema	7,6	0,8	8,4
Força e Luz do Oeste	-	0,5	0,5
Energisa Nova Friburgo	-	0,2	0,2
<b>Total</b>	<b>146,3</b>	<b>166,4</b>	<b>312,7</b>

### 3.3 Despesas operacionais

No primeiro trimestre de 2015, as despesas operacionais consolidadas totalizaram R\$ 1.995,1 milhões, aumento de 203,9% (R\$ 1.338,5 milhões). Esse desempenho decorre, basicamente, da aquisição das empresas do Grupo Rede. Cabe ressaltar, ainda, que esse montante está reduzido das receitas líquidas da venda dos ativos de geração de energia ocorrida em 31 de março de 2015, no montante de R\$ 492,5 milhões. A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre		Variação	
	1T15	1T14	%	R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	363,8	100,0	+ 263,8	+ 263,8
1.1 - Pessoal (inclui fundo de pensão)	181,4	62,2	+ 191,6	+ 119,2
1.2 - Material	28,1	6,3	+ 346,0	+ 21,8
1.3 - Serviços de terceiros	154,3	31,5	+ 389,8	+ 122,8
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	1.651,8	425,5	+ 288,2	+ 1.226,3
3 - Depreciação e amortização	177,3	37,2	+ 376,6	+ 140,1
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	(11,5)	4,4	-	- 15,9
5 - Outras despesas/receitas	(396,3)	28,2	-	- 424,5
<b>Subtotal</b>	<b>1.785,1</b>	<b>595,3</b>	+ 199,9	+ 1.189,8
7 - Custo de construção <sup>(*)</sup>	210,0	61,3	+ 242,6	+ 148,7
<b>Total</b>	<b>1.995,1</b>	<b>656,6</b>	+ 203,9	+ 1.338,5

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Considerando as despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) das distribuidoras no 1T15, comparativamente com o 1T14 em base pró-forma, verifica-se um crescimento abaixo da inflação, ou seja, de apenas 4,8%, conforme quadro a seguir:

Composição das despesas controláveis das distribuidoras (R\$ milhões)	Trimestre		Variação	
	1T15	1T14	%	R\$ milhões
Energisa Mato Grosso	98,9	92,3	+ 7,2	6,6
Energisa Mato Grosso do Sul	68,8	67,2	+ 2,4	1,6
Energisa Paraíba	51,8	45,2	+ 14,6	6,6
Energisa Tocantins	41,7	42,5	- 1,9	-0,8
Energisa Sergipe	32,8	30,6	+ 7,2	2,2
Energisa Minas Gerais	24,2	21,9	+ 10,5	2,3
Caiuá	10,9	11,3	- 3,5	-0,4
Vale Paranapanema	8,1	8,1	-	-
Bragantina	7,5	9,0	- 16,7	-1,5
Energisa Borborema	7,1	6,6	+ 7,6	0,5
Energisa Nova Friburgo	6,6	6,6	-	-
Nacional	5,8	5,9	- 1,7	- 0,1
Força e Luz do Oeste	2,5	2,6	- 3,8	- 0,1
<b>Total</b>	<b>366,7</b>	<b>349,8</b>	<b>+ 4,8</b>	<b>+ 16,9</b>

Obs.: Despesas controláveis = pessoal, material e serviços de terceiros.

### 3.4 Resultado financeiro

No 1T15, o resultado financeiro consolidado (receitas financeiras menos despesas financeiras consolidadas) representou despesas financeiras líquidas consolidadas de R\$ 343,5 milhões, contra uma receita líquida de R\$ 6,1 milhões em igual período do ano passado. Importante destacar que esse resultado está afetado pela marcação a mercado dos derivativos, o que reflete o valor presente dos mecanismos de proteção cambial, no montante de R\$ 108,9 milhões.

### 3.5 Lucro líquido e geração operacional de caixa (EBITDA)

#### 3.5.1 Lucro líquido atinge R\$ 276,7 milhões no 1T15

No 1T15, a Energisa registrou lucro líquido consolidado de R\$ 276,7 milhões, contra R\$ 75,2 milhões em igual período do ano passado. Esse resultado representa um incremento 268,0%. Importante ressaltar que o lucro líquido está afetado por amortizações do ágio do valor justo das empresas adquiridas do Grupo Rede, no montante de R\$ 78,4 milhões (R\$ 52,5 milhões líquidos de impostos), em função da não formalização pelo Governo Federal quanto às renovações das concessões de distribuição das citadas empresas. Desse montante amortizado no 1T15, R\$ 27,4 milhões estão atrelados às controladas Nacional, Bragantina, Vale Paranapanema, Caiuá e Força e Luz do Oeste, cuja amortização se encerra em junho de 2015.

A geração de caixa ajustada, por sua vez, totalizou R\$ 1.000,6 milhões, contra R\$ 136,2 milhões no 1T14. Cabe também ressaltar que esse montante está acrescido de R\$ 492,5 milhões de receitas líquidas provenientes da alienação dos ativos de geração de energia ocorrida em 31 de março de 2015. Por sua vez, a geração de caixa ajustada, sem os efeitos da venda dos ativos de geração, totalizou R\$ 508,1 milhões, um incremento de 273,1% (ou R\$ 371,9 milhões).

Apresenta-se a seguir a evolução do lucro líquido e da geração de caixa consolidados da Companhia:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T15	1T14	Var. %
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>276,7</b>	<b>75,2</b>	<b>+ 268,0</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	(146,7)	(30,4)	+ 382,6
(-) Resultado das operações descontinuadas	(4,3)	10,3	-
(-) Resultado de equivalência patrimonial	0,1	-	-
(-) Resultado financeiro	(343,5)	6,1	-
(-) Depreciação e amortização	(177,3)	(37,2)	+ 376,6
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>948,4</b>	<b>126,4</b>	<b>+ 650,3</b>
(-) Receitas líquidas de venda de ativos	492,5	-	-
<b>(=) Geração de caixa recorrente (EBITDA recorrente), sem o efeito da venda de ativos</b>	<b>455,9</b>	<b>126,4</b>	<b>+ 260,7</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	52,2	9,8	+ 432,7
<b>(=) Geração ajustada de caixa recorrente (EBITDA Ajustado)</b>	<b>508,1</b>	<b>136,2</b>	<b>+ 273,1</b>
(+) Receitas líquidas de venda de ativos	492,5	-	-
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado), com efeito da venda de ativos</b>	<b>1.000,6</b>	<b>136,2</b>	<b>+ 634,7</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	36,2	18,3	+ 17,9 p.p

A seguir, os lucros líquidos das subsidiárias no primeiro trimestre:

Lucro Líquido (prejuízo) - Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T15	1T14	Var. %
<b>Segmento - Distribuição de energia elétrica</b>			
✓ Energisa Mato Grosso do Sul <sup>(*)</sup>	62,7	(15,5)	-
✓ Energisa Paraíba	24,7	39,5	- 37,5
✓ Energisa Tocantins <sup>(*)</sup>	11,9	(12,1)	-
✓ Energisa Borborema	11,6	4,1	+ 182,9
✓ Vale Paranapanema <sup>(*)</sup>	10,6	4,0	+ 165,0
✓ Nacional <sup>(*)</sup>	10,0	8,8	+ 13,6
✓ Caiuá <sup>(*)</sup>	8,9	(1,4)	-
✓ Energisa Minas Gerais	3,6	14,6	- 75,3
✓ Energisa Nova Friburgo	1,8	2,1	- 14,3
✓ Bragantina <sup>(*)</sup>	(1,1)	13,1	-
✓ Energisa Mato Grosso <sup>(*)</sup>	(2,3)	(35,8)	- 93,6
✓ Força e Luz do Oeste <sup>(*)</sup>	(2,7)	0,7	-
✓ Energisa Sergipe	(4,0)	19,5	-
<b>Segmento geração, comercialização e serviços de energia</b>			
✓ Energisa Geração RN <sup>(1)</sup>	11,6	5,7	+ 103,5
✓ Energisa Comercializadora	(1,7)	4,4	-
✓ Energisa Rio Grande <sup>(1)</sup>	(0,7)	3,9	-
✓ PCH Zé Tunin <sup>(1)</sup>	0,2	1,0	- 80,0
✓ Energisa Soluções	(1,6)	1,1	-
✓ SPE Cristina <sup>(1)</sup>	(0,3)	(0,1)	+ 200,0
✓ Energisa Bioeletricidade <sup>(1)</sup>	(12,8)	(0,2)	+ 6.300,0
✓ Tangará Energia <sup>(2)</sup>	(5,4)	(15,8)	- 65,8
✓ Outras operacionais	(0,2)	0,1	-

(\*) Para efeito comparativo, foram consideradas as empresas adquiridas do Grupo Rede como se fossem controladas da Energisa no 1T14.

(1) Alienadas em 31 de março de 2015.

(2) Em fase final de alienação.

A geração de caixa ajustada (EBITDA Ajustado) por empresa do Grupo Energisa no 1T15, comparativamente com o 1T14, reflete um aumento de R\$ 307,9 milhões nas distribuidoras de energia, dos quais R\$ 243,3 milhões provenientes das empresas adquiridas do Grupo Rede:

Geração de Caixa Ajustada (EBITDA Ajustado) Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T15	1T14	Var. %	Var. R\$ milhões
<b>Distribuidoras de energia</b>				
✓ Energisa Mato Grosso do Sul <sup>(*)</sup>	123,7	13,6	+ 809,6	+ 110,1
✓ Energisa Paraíba	93,7	56,8	+ 65,0	+ 36,9
✓ Energisa Mato Grosso <sup>(*)</sup>	84,4	22,1	+ 281,9	+ 62,3
✓ Energisa Sergipe	51,4	35,0	+ 46,9	+ 16,4
✓ Energisa Tocantins <sup>(*)</sup>	44,1	3,1	+ 1.322,6	+ 41,0
✓ Energisa Minas Gerais	20,4	24,0	- 15,0	- 3,6
✓ Energisa Borborema	19,9	7,3	+ 172,6	+ 12,6
✓ Caiuá <sup>(*)</sup>	19,8	6,9	+ 187,0	+ 12,9
✓ Vale Paranapanema <sup>(*)</sup>	17,8	7,6	+ 134,2	+ 10,2
✓ Nacional <sup>(*)</sup>	14,3	6,7	+ 113,4	+ 7,6
✓ Bragantina <sup>(*)</sup>	9,6	6,5	+ 47,7	+ 3,1
✓ Energisa Nova Friburgo	5,4	3,1	+ 74,2	+ 2,3
✓ Força e Luz do Oeste <sup>(*)</sup>	(2,6)	1,3	-	- 3,9
<b>Subtotal Distribuidoras</b>	<b>501,9</b>	<b>194,0</b>	<b>+ 158,7</b>	<b>+ 307,9</b>
<b>Geradoras de energia</b>				
✓ Energisa Geração RN <sup>(1)</sup>	27,1	18,5	+ 46,5	+ 8,6
✓ Energisa Rio Grande <sup>(1)</sup>	4,1	8,7	- 52,9	- 4,6
✓ Energisa Bioeletricidade <sup>(1)</sup>	(2,0)	1,6	-	- 3,6
✓ Tangará Energia <sup>(2)</sup>	5,7	7,8	- 26,9	- 2,1
✓ PCH Zé Tunin <sup>(1)</sup>	1,0	2,1	- 52,4	- 1,1
✓ SPE Cristina <sup>(1)</sup>	0,2	0,4	- 50,0	- 0,2
<b>Subtotal Geradoras de energia</b>	<b>36,1</b>	<b>39,1</b>	<b>- 7,7</b>	<b>- 3,0</b>
<b>Comercializadora de energia (Energisa Comercializadora)</b>	<b>(1,5)</b>	<b>7,1</b>	<b>-</b>	<b>- 8,6</b>
<b>Outras operacionais</b>	<b>0,5</b>	<b>3,6</b>	<b>- 86,1</b>	<b>- 3,1</b>

(\*) Para efeito comparativo, foram consideradas as empresas adquiridas do Grupo Rede como se fossem controladas da Energisa no 1T14.

(1) Alienadas em 31 de março de 2015.

(2) Em fase final de alienação.

## 4 Estrutura de capital

### 4.1 Saldo de caixa e dívida

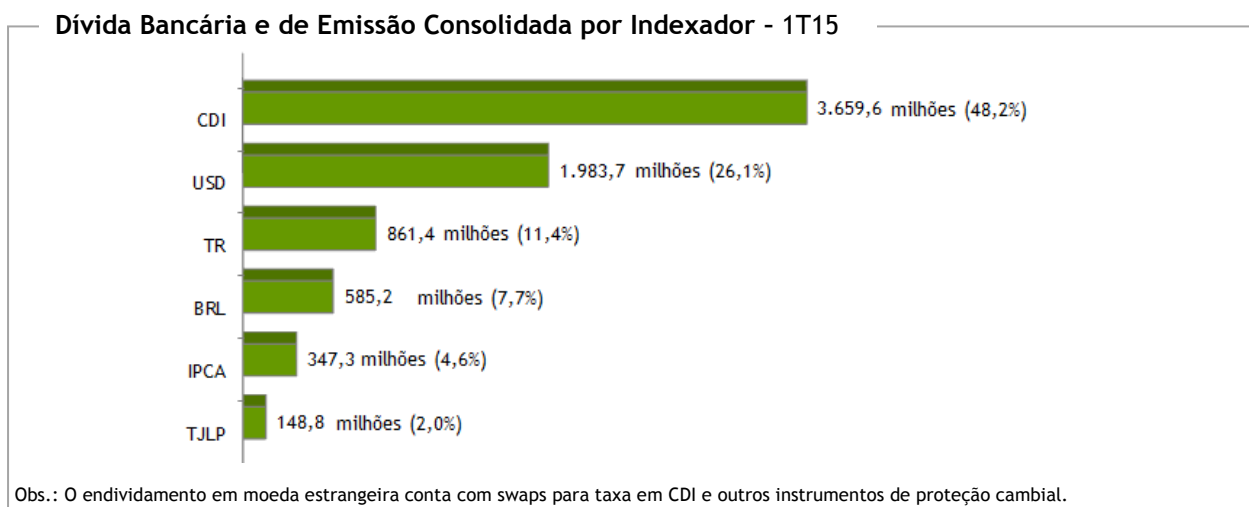
A posição consolidada de caixa da Energisa S/A, equivalentes de caixa e aplicações financeiras fechou o trimestre encerrado em março de 2015 em R\$ 2.645,2 milhões, frente aos R\$ 1.624,6 milhões registrados em 31 de dezembro de 2014. As dívidas líquidas consolidadas, ao fim de março de 2015, incluindo encargos, totalizaram R\$ 6.021,0 milhões, contra R\$ 6.878,1 milhões em 31 de dezembro de 2014. O quadro abaixo apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2014:

Descrição Valor em R\$ milhões	31/03/2015	31/12/2014
<b>Curto Prazo</b>	<b>3.463,8</b>	<b>2.481,4</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.199,8	1.233,5
Debêntures	1.844,8	786,9
Encargos de dívidas	132,4	42,5
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	49,3	50,7
Parcelamento de encargos setoriais	185,4	291,3
Parcelamento energia comprada Itaipu	52,1	76,5
<b>Longo Prazo</b>	<b>5.202,4</b>	<b>6.021,3</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	2.977,3	2.841,1
Debêntures	1.431,7	2.386,6
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	265,1	264,9
Parcelamento de encargos setoriais	177,2	177,6
Parcelamento energia comprada Itaipu	351,1	351,1
<b>Total das dívidas</b>	<b>8.666,2</b>	<b>8.502,7</b>
(-) Disponibilidades financeiras	2.645,2	1.624,6
<b>Total das dívidas líquidas <sup>(*)</sup></b>	<b>6.021,0</b>	<b>6.878,1</b>

(\*) Valor deduzido do ajuste a valor presente dos credores que optaram pelo recebimento em 22 anos dos seus créditos no Plano de Recuperação Judicial da Rede Energia.

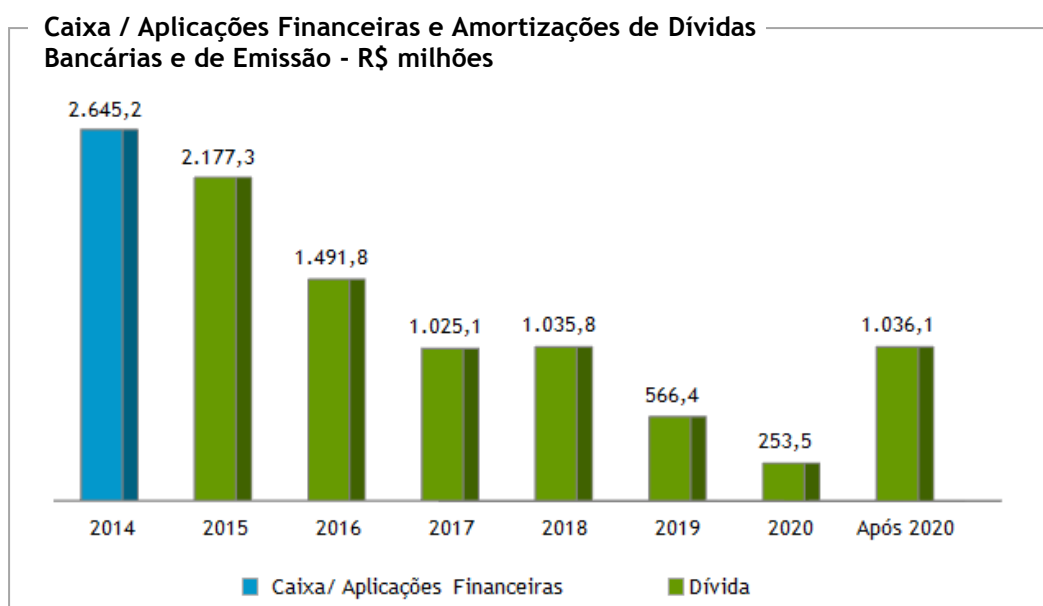
#### 4.2 Custo e prazo médio do endividamento

O custo médio do endividamento ao final de março de 2015 ficou em 13,1% ao ano (11,79% ao ano em 31 de dezembro de 2014). Em março de 2015, o prazo médio das dívidas ficou em 6,2 anos.



#### 4.3 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados da Energisa, em 31 de março de 2015, vis-à-vis o caixa, está representado pela ilustração abaixo:



As dívidas por distribuidora da Energisa em 31 de março de 2015 são as seguintes:

Valores em R\$ milhões	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	EMT	EMS
<b>Curto Prazo</b>	<b>276,9</b>	<b>46,3</b>	<b>231,4</b>	<b>55,7</b>	<b>137,0</b>	<b>222,7</b>	<b>32,1</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	253,6	44,1	179,6	49,2	109,7	79,5	12,6
Debêntures	-	-	11,0	-	-	58,0	17,2
Encargos de dívidas	23,0	2,1	25,1	6,5	16,5	3,1	2,2
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,3	0,1	15,7	-	10,8	4,7	0,1
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	-	-	77,4	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	-	-
<b>Longo Prazo</b>	<b>108,3</b>	<b>40,7</b>	<b>570,6</b>	<b>29,6</b>	<b>601,1</b>	<b>1.707,1</b>	<b>725,1</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	106,6	40,4	405,1	29,6	543,2	745,3	327,2
Debêntures	-	-	60,0	-	-	447,5	397,8
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,7	0,3	105,5	-	57,9	12,5	0,1
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	-	-	150,7	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	351,1	-
<b>Total das dívidas</b>	<b>385,2</b>	<b>87,0</b>	<b>802,0</b>	<b>85,3</b>	<b>738,1</b>	<b>1.929,8</b>	<b>757,2</b>
(-) Disponibilidades financeiras	19,1	24,9	92,4	25,4	118,2	633,8	204,8
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>366,1</b>	<b>62,1</b>	<b>709,6</b>	<b>59,9</b>	<b>619,9</b>	<b>1.296,0</b>	<b>552,4</b>

Dívidas por distribuidora (continuação):

Valores em R\$ milhões	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO
<b>Curto Prazo</b>	<b>43,7</b>	<b>37,6</b>	<b>24,8</b>	<b>140,9</b>	<b>6,8</b>	<b>27,9</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	19,1	0,3	0,3	55,6	0,1	24,6
Debêntures	2,0	-	-	-	-	-
Encargos de dívidas	0,9	1,0	-	0,5	-	0,1
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,2	4,5	3,3	3,3	2,6	3,2
Parcelamento de encargos setoriais	21,5	31,8	21,2	29,4	4,1	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	52,1	-	-
<b>Longo Prazo</b>	<b>254,8</b>	<b>120,0</b>	<b>20,8</b>	<b>36,7</b>	<b>15,4</b>	<b>1,6</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	183,0	91,7	0,1	15,0	-	0,1
Debêntures	49,8	-	-	-	-	-
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,4	26,5	19,8	19,6	15,3	1,5
Parcelamento de encargos setoriais	21,6	1,8	0,9	2,1	0,1	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	-
<b>Total das dívidas</b>	<b>298,5</b>	<b>157,6</b>	<b>45,6</b>	<b>177,6</b>	<b>22,2</b>	<b>29,5</b>
(-) Disponibilidades financeiras	71,7	49,8	26,0	10,6	23,5	18,3
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>226,8</b>	<b>107,8</b>	<b>19,6</b>	<b>167,0</b>	<b>(1,3)</b>	<b>11,2</b>

## 5 Investimentos de R\$ 323,4 milhões no trimestre

No primeiro trimestre de 2015, as empresas controladas pela Energisa realizaram investimentos no montante de R\$ 323,4 milhões, dos quais 55,1% (ou R\$ 178,3 milhões) realizados pelas empresas adquiridas do Grupo Rede. O montante é 162,1% superior ao investido em igual período do ano anterior.

### Investimentos Realizados (R\$ milhões)

Empresas	1T15	%
Energisa Mato Grosso	80,3	24,8
Energisa Tocantins	44,1	13,6
Energisa Mato Grosso do Sul	37,6	11,6
Energisa Paraíba	35,4	10,9
Energisa Sergipe	14,2	4,4
Energisa Minas Gerais	10,5	3,2
Energisa Soluções e Construções	9,9	3,1
Energisa Borborema	4,9	1,5
Bragantina	4,2	1,3
Caiuá	4,0	1,2
Nacional	3,4	1,1
Vale Paranapanema	2,4	0,7
Energisa Nova Friburgo	1,5	0,5
Rede Eletricidade e Serviços	1,4	0,4
Força e Luz do Oeste	0,9	0,3
Usinas Termelétricas a Biomassa de cana-de-açúcar (*)	68,5	21,2
Outras	0,2	0,1
<b>Total</b>	<b>323,4</b>	<b>100,0</b>

(\*) Ativos alienados em 31 de março de 2015

## 6 Mercado de capitais

### 6.1 Informações sobre as ações da Energisa

As ações da Energisa são negociadas na BM&FBovespa sob os códigos: ENGI3 (ações ordinárias), ENGI4 (ações preferenciais) e ENGI11 (Units, certificados de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais). A seguir, os indicadores de mercado ao fim de março:

Indicadores de Mercado	Março/15	Março/14	Variação %
Valor de Mercado (R\$ milhões)	2.976	3.037	- 2,0
Enterprise Value (EV - R\$ milhões) <sup>(1)</sup>	8.997	5.337	+ 68,6
Dividendo yield de ENGI11 (Units) - % <sup>(2)</sup>	6,4	5,9	+ 8,5
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido	1,4	1,7	- 17,6

<sup>(1)</sup> EV = Valor de mercado + dívida líquida.

<sup>(2)</sup> Proventos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

### 6.2 Dividendos complementares do exercício de 2014

Em 30 de abril de 2015, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária a distribuição dos dividendos complementares do exercício de 2014, no montante de R\$ 130,9 milhões, à razão de R\$ 0,107 por ação ou R\$ 0,535 por Unit. O pagamento será realizado em 29 de junho próximo, com base na posição acionária na data da Assembleia acima mencionada. Os dividendos totais do exercício, no valor de R\$ 199,4 milhões, representam 71,8% do lucro líquido apurado pela Companhia.

### 6.3 Energisa realiza amortização parcial extraordinária da 6ª emissão de debêntures

A Energisa realizou, em 7 de abril de 2015, a amortização parcial extraordinária das debêntures emitidas no âmbito da 6ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Companhia, emitida nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

A Companhia desembolsou na amortização extraordinária um valor total de R\$ 886,0 milhões referente à amortização parcial extraordinária de 43,9% do valor nominal unitário das debêntures, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis desde a data de emissão até a presente data, sem alterar o número de debêntures emitidas em circulação.

### 6.4 Energisa Mato Grosso realiza amortização parcial extraordinária da 2ª emissão de debêntures

Em 7 de maio de 2015, a controlada Energisa Mato Grosso resgatou antecipadamente a totalidade das 100 (cem) debêntures remanescentes da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em treze séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia (“2ª Emissão”), referentes à 1ª série (“Debêntures Série CDI”).

O valor unitário pago por cada debênture resgatada foi equivalente ao saldo do valor nominal unitário acrescido da atualização das Debêntures Série CDI, da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento da remuneração até a data de resgate antecipado, calculada nos termos do item 4.9 da Escritura da 2ª Emissão, perfazendo, assim, o montante total de R\$ 34,9 milhões pelo resgate antecipado das 100 (cem) Debêntures Série CDI. Com esse resgate antecipado não restam mais debêntures da 2ª emissão em circulação.

## 7 Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa e suas controladas nos primeiros três meses de 2015 foi de R\$ 2.167 mil pela revisão das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Demonstrações Financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE MARÇO DE 2015  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalente de caixa	792.999	50.249	1.311.885	576.072
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	508.136	6.046	1.281.780	998.535
Clientes, consumidores e concessionárias	5.679	5.158	1.750.495	1.403.552
Títulos de créditos a receber	-	-	59.628	65.070
Estoques	52	53	30.319	29.474
Impostos a recuperar	10.228	193	266.188	307.260
Dividendos a receber	15.965	30.127	-	-
Outros créditos	18.199	3.135	616.006	536.429
Instrumentos financeiros derivativos	77.620	-	197.947	59.705
Ativos regulatórios	-	-	964.725	439.948
Contas a receber da concessão	-	-	898.050	861.289
Contas a receber - Vendas ativos	52.634	-	52.634	-
Ativos disponíveis para venda	6.362	818.984	476.946	2.014.537
<b>Total do circulante</b>	<b>1.487.874</b>	<b>913.945</b>	<b>7.906.603</b>	<b>7.291.871</b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	-	51.511	50.022
Clientes, consumidores e concessionárias	-	-	139.731	138.433
Títulos de créditos a receber	-	-	36.329	43.473
Ativos regulatórios	-	-	168.892	568.853
Créditos com partes relacionadas	735.359	760.728	89.310	106.328
Impostos a recuperar	11.688	-	200.048	173.111
Créditos tributários	29.347	209.190	760.423	928.170
Depósitos e cauções vinculados	56	41	181.038	163.318
Instrumentos financeiros derivativos	40.230	74.361	117.330	157.398
Contas a receber da concessão	-	-	2.256.841	2.162.764
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-
Outros	159	24	113.795	183.949
	<b>816.839</b>	<b>1.044.344</b>	<b>4.115.248</b>	<b>4.675.819</b>
Investimentos	2.944.569	2.934.043	38.654	36.410
Imobilizado	8.868	9.098	91.904	85.208
Intangível	4.407	4.717	6.428.888	6.512.334
<b>Total do não circulante</b>	<b>3.774.683</b>	<b>3.992.202</b>	<b>10.674.694</b>	<b>11.309.771</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>5.262.557</b>	<b>4.906.147</b>	<b>18.581.297</b>	<b>18.601.642</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE MARÇO DE 2015  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	1.253	1.182	1.065.728	966.244
Encargos de dívidas	28.429	7.353	132.432	42.462
Empréstimos e financiamentos	369.362	372.840	1.199.837	1.233.487
Debêntures	1.742.842	726.084	1.844.827	786.868
Tributos e contribuições sociais	2.597	80.519	489.552	434.254
Parcelamento de impostos	-	-	21.275	22.851
Dividendos a pagar	1.993	1.993	10.670	14.592
Obrigações estimadas	1.737	1.398	105.813	85.545
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	19	-
Encargos do consumidor a recolher	-	-	88.070	11.895
Taxa de iluminação pública	-	-	49.715	47.579
Benefícios a empregados - plano de pensão	255	255	28.009	27.856
Obrigações intrassetoriais	-	-	138.178	118.783
Passivos regulatórios	-	-	639.701	214.641
Taxas regulamentares	-	-	185.376	291.281
Incorporação de redes	-	-	176.650	146.424
Outras contas a pagar	9.246	53.170	385.389	365.805
Passivos disponíveis para venda	-	32.348	468.724	1.221.309
<b>Total do circulante</b>	<b>2.157.714</b>	<b>1.277.142</b>	<b>7.029.965</b>	<b>6.031.876</b>
<b>Não circulante</b>				
Fornecedores	-	-	359.895	359.895
Empréstimos e financiamentos	240.428	199.215	2.977.282	2.841.085
Debêntures	454.215	1.398.032	1.431.723	2.386.610
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	331.853	328.231
Tributos e contribuições sociais	-	-	82.905	75.964
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	1.608.597	1.765.217
Parcelamento de impostos	-	-	87.490	90.712
Débitos com partes relacionadas	202.603	144.018	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	619.480	629.114
Benefícios a empregados - plano de pensão	1.573	1.510	177.635	174.188
Passivos regulatórios	-	-	118.918	440.339
Taxas regulamentares	-	-	177.223	177.585
Incorporação de redes	-	-	213.003	217.973
Outras contas a pagar	54.507	3.291	102.225	83.993
<b>Total do não circulante</b>	<b>953.326</b>	<b>1.746.066</b>	<b>8.288.229</b>	<b>9.570.906</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	1.010.000	1.010.000	1.010.000	1.010.000
Ações em tesouraria	(42.675)	(42.675)	(42.675)	(42.675)
Reserva de capital	1.848	1.848	1.848	1.848
Reserva de lucros	874.812	874.812	874.812	874.812
Lucros do período	272.457	-	272.457	-
Dividendos adicionais propostos	130.946	130.946	130.946	130.946
Ajustes de avaliação patrimonial	(9.044)	(5.165)	(9.044)	(5.165)
Outros resultados abrangentes	(86.827)	(86.827)	(86.827)	(86.827)
	<b>2.151.517</b>	<b>1.882.939</b>	<b>2.151.517</b>	<b>1.882.939</b>
Participação de acionistas não controladores	-	-	1.111.586	1.115.921
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.151.517</b>	<b>1.882.939</b>	<b>3.263.103</b>	<b>2.998.860</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>5.262.557</b>	<b>4.906.147</b>	<b>18.581.297</b>	<b>18.601.642</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA S/A  
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO  
TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	1T15	1T14	1T15	1T14
<b>Receita operacional bruta</b>				
Fornecimento de energia elétrica	-	-	3.013.611	830.856
Suprimento de energia elétrica	-	-	124.974	8.509
Vendas de energia a consumidores livres	-	-	95.114	96.533
Disponibilidade do Sistema Elétrico	-	-	497.215	24.999
Receita de construção	-	-	209.951	61.314
Outras receitas	15.609	15.903	95.900	16.459
	<b>15.609</b>	<b>15.903</b>	<b>4.036.765</b>	<b>1.038.670</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>				
ICMS faturado	-	-	713.822	185.961
PIS, Cofins e ISS	1.758	1.782	359.484	92.565
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	-	-	197.388	14.271
	<b>1.758</b>	<b>1.782</b>	<b>1.270.694</b>	<b>292.797</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>13.851</b>	<b>14.121</b>	<b>2.766.071</b>	<b>745.873</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>				
Pessoal	4.573	3.352	170.535	58.445
Material	115	100	28.062	6.322
Serviços de terceiros	3.490	9.949	154.282	31.481
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	1.503.826	395.770
Transporte de potência elétrica	-	-	147.946	29.734
Depreciação e amortização	6.807	4.241	178.285	37.179
Despesa com fundo de pensão	2.053	41	10.863	3.733
Provisões p/ crédito liquidação duvidosa	-	-	2.455	3.060
Provisões p/ contingências	-	-	(13.972)	1.341
Custo de construção	-	-	209.951	61.314
Outras despesas	541	219	71.918	28.065
Outras receitas operacionais	(492.490)	-	(501.542)	(3.744)
Outras despesas operacionais	-	-	32.347	3.943
	<b>(474.911)</b>	<b>17.902</b>	<b>1.994.956</b>	<b>656.643</b>
<b>Resultado antes da equivalência patrimonial</b>	<b>488.762</b>	<b>(3.781)</b>	<b>771.115</b>	<b>89.230</b>
Resultado de equivalência patrimonial	58.339	85.181	61	(37)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>547.101</b>	<b>81.400</b>	<b>771.176</b>	<b>89.193</b>
<b>Receita (Despesa) financeira</b>				
Receitas de aplicações financeiras	1.386	10.835	33.146	18.639
Receita atualização mútuo/aval	34.853	4.661	-	-
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	52.177	9.821
Atualização contas a receber concessão - VNR	-	-	42.293	16.690
Juros recebidos/Selic	-	-	2.099	1.015
Atualização depósito judicial	-	-	7.841	469
Juros ativos regulatórios	-	-	62.699	-
Ajuste a valor presente	-	-	9.202	-
Outras receitas financeiras	15.902	477	33.367	3.288
Encargos de dívidas - juros	(87.777)	(25.028)	(183.278)	(49.030)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(99.855)	6.126	(358.372)	33.845
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	2.675	1.523
Ajuste a valor presente de passivos	-	-	(2.131)	679
Marcação a mercado de derivativos	(41.628)	9.128	(108.857)	34.076
Instrumentos financeiros derivativos	85.991	(22.178)	256.025	(57.778)
Atualização PEE e P&D	-	-	(3.185)	(409)
Despesas bancárias	-	-	(3.154)	(1.289)
Juros passivos	-	-	(40.694)	-
Multas/juros	-	-	(90.612)	(226)
Atualização contingências	-	-	(11.273)	(1.327)
Outras despesas financeiras	(10.430)	(551)	(43.455)	(3.930)
	<b>(101.558)</b>	<b>(16.530)</b>	<b>(343.487)</b>	<b>6.056</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>445.543</b>	<b>64.870</b>	<b>427.689</b>	<b>95.249</b>
Contribuição social e imposto de renda	(179.708)	-	(146.678)	(30.380)
Resultado de operações descontinuadas	6.622	10.835	(4.282)	10.344
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>272.457</b>	<b>75.705</b>	<b>276.729</b>	<b>75.213</b>
<b>Lucro atribuível a:</b>				
Acionistas da Controladora	272.457	75.705	272.457	75.205
Acionistas não controladores	-	-	4.272	8
<b>Lucro líquido por ação - R\$</b>	<b>0,22</b>	<b>0,06</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstrações de Resultados

ENERGISA S/A  
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA  
TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	1T15	1T14	1T15	1T14
<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	445.543	75.205	427.688	95.249
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	152.737	8.064	419.009	(14.886)
Resultado de equivalência patrimonial	(58.339)	(95.516)	-	37
Depreciação e amortização	6.806	4.241	178.285	50.965
Reversão de investimentos avaliados ao custo	-	-	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	-	2.455	3.060
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	(25)	(13.972)	1.341
Valor residual de ativos permanentes baixados	-	-	-	394
Marcação mercado derivativos	41.628	(9.128)	108.857	(34.076)
Instrumentos financeiros derivativos	(85.991)	22.178	(256.025)	57.778
Perda na alienação de bens do imob. e do intangível	-	-	22.804	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(61)	37
Lucro antes dos impostos das empresas descontinuadas	-	-	-	13.015
Ganho de capital na alienação de ativos	(491.999)	-	(491.999)	-
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>				
(Aumento) de clientes, consumidores e concessionários	(521)	(288)	(298.519)	(218)
(Aumento) de ativos regulatórios	-	-	(124.816)	-
Diminuição de títulos de créditos a receber	-	-	10.455	(1.069)
Diminuição (aumento) de estoques	1	6	(845)	84
(Aumento) de impostos a recuperar	(21.723)	(191)	14.135	(8.591)
Diminuição de cauções e depósitos vinculados	(15)	(30)	(9.879)	(3.279)
Diminuição de despesas pagas antecipadamente	56	9	-	-
Diminuição (aumento) de outros créditos	1.263	2.918	(44.604)	(19.049)
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>				
Aumento (diminuição) de fornecedores	71	(312)	108.822	(23.923)
(Diminuição) de folha de pagamento	-	(321)	(279)	(7.056)
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais	(46.059)	(93)	(5.674)	1.371
Imposto de renda e contribuição social pagos	(90.350)	-	(126.260)	(7.789)
Aumento (diminuição) de obrigações estimadas	339	(56)	20.268	1.108
(Diminuição) de encargos do consumidor a recolher	-	-	79.495	642
Aumento de passivos regulatórios	-	-	103.639	-
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar	2.378	(22)	(36.254)	2.577
<b>Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(144.175)</b>	<b>6.639</b>	<b>86.725</b>	<b>107.722</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros	1.238	(50.739)	(2.244)	917
Aquisição de ativo imobilizado	(138)	(250)	(11.555)	(44.961)
Aplicações no intangível	(30)	(156)	(195.799)	(62.676)
Recebimento de dividendos	49.662	24.269	-	-
Aplicações financeiras e recursos vinculados	(500.704)	(1.532.749)	(251.588)	(1.377.287)
Resgate de aplicação financeiras	-	126.221	-	-
Alienação de bens do imobilizado e intangível	-	-	9.543	3.744
Diminuição de créditos com partes relacionadas	64.830	2.571	-	-
Recebimento pela venda de ativos alienados	1.327.074	-	1.327.074	-
<b>Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>941.932</b>	<b>(1.430.833)</b>	<b>875.431</b>	<b>(1.480.263)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	165.000	1.495.147	235.647	1.540.240
Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	(205.000)	(31.587)	(471.933)	(76.231)
Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	(15.881)	(6.718)	(33.972)	(24.682)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	874	675	52.635	503
Pagamentos de dividendos	-	(100.038)	(3.922)	(100.038)
Partes relacionadas	-	-	-	-
Parcelamento de impostos	-	-	(4.798)	(714)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
<b>Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(55.007)</b>	<b>1.357.479</b>	<b>(226.343)</b>	<b>1.339.078</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>742.750</b>	<b>(66.715)</b>	<b>735.813</b>	<b>(33.463)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes	50.249	75.107	576.072	252.185
Saldo final de caixa e equivalentes	792.999	8.392	1.311.885	218.685
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>742.750</b>	<b>(66.715)</b>	<b>735.813</b>	<b>(33.500)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

---

**Energisa S.A.**  
**Notas explicativas às informações trimestrais**  
**Período findo em 31 de março de 2015**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

### 1 Contexto operacional

---

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases (MG), é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O principal objetivo social é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas, relacionadas na nota explicativa nº 4.

As controladas distribuidoras, geradoras e comercializadoras de energia elétrica, possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedidas às empresas de geração e comercialização, conforme segue:

#### **Distribuição de energia elétrica:**

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

#### **Renovação de concessões:**

Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a Lei nº 12.783 decorrente da Medida Provisória nº 579 sobre a renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

As controladas Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia (MG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia (RJ), Caiuá Distribuição de Energia, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina (São Paulo) e Companhia Força e Luz do Oeste (Paraná), manifestaram, em junho de 2012, o interesse na prorrogação

dos Contratos de Concessão, pelo prazo de 30 (trinta) anos, nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto nº 7.805/12.

Os pedidos foram reiterados em outubro de 2012 aguardando ainda o conhecimento das condições a serem estabelecidas pelo Poder Concedente nos termos aditivos aos referidos Contratos, quando da divulgação do ordenamento jurídico de regência dos futuros instrumentos.

Como os prazos das concessões vencerão em 07 de julho de 2015, e até o momento não tomamos conhecimento das decisões a respeito dos encaminhamentos realizados. A expectativa da Administração é de que estes pedidos de prorrogação sejam aprovados pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos. As controladoras aguardam manifestação do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativo e passivos regulatórios, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 11, 16, 19, 28 e 35, respectivamente.

### **Geração de energia elétrica:**

A Energisa através de suas controladas de geração de energia elétrica, possui projetos de instalação e uma usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW- em processo de alienação) de Parque Eólico, localizado no Estado da Bahia, uma Pequena Central de Geração de energia em Nova Friburgo (RJ) e Projetos de Geração Solar.

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia, é como segue:

I - Implantar e operar UHE e PCH;

II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;

III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;

IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;

V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, da UHE e do projeto Eólico em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração da PCH;

VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas;

VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário; e

A controlada Tangará S/A, é detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Guaporé (UHE Guaporé) localizada nos municípios de Vale de São Domingos e Pontes e Lacerda, no Estado do Mato Grosso, está autorizada a operar como concessionária do uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica na condição de Produtora Independente de Energia nos termos do Contrato de Concessão de Geração nº 15/2000 - ANEEL.

No final de março de 2015, a Companhia concretizou a venda dos ativos de geração. Para maiores detalhes da operação, vide nota explicativa nº 37.

### **Comercialização de energia elétrica:**

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda, que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

**Serviços:**

A Energisa, através de suas controladas Energisa Soluções e Rede Serviços, presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.

**Capital Circulante:**

A Energisa apresentou o capital circulante líquido negativo em 31 de março de 2015, no montante de R\$669.840 na controladora. No final de março de 2015 a Companhia concretizou a venda dos ativos de geração para São João Energética S.A., sociedade anônima, indiretamente controlada pela Brookfield Renewable Energy Partners (São João Energética), pelo montante de R\$1.499.709, já tendo recebido R\$1.327.075, mais determinados ajustes normais em operações dessa natureza. Adicionalmente, a administração considera que os fluxos de dividendos oriundos dos resultados das operações das controladas, juntamente com o processo de negociação para alongamento e substituição das dívidas de curto prazo, irão gerar os recursos financeiros suficientes para fazer frente ao restante dos compromissos financeiros e reequilíbrio do capital circulante líquido.

**Aquisição de controle acionário:**

Em 11 de abril de 2014, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições precedentes do Compromisso, Rede Energia, EMT e EMS, juntamente com a Energisa e demais Companhias, em observância à Instrução CVM nº 358/02 e alterações posteriores, informou aos respectivos acionistas e ao mercado em geral que, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa.

Naquela data ocorreram as Assembleias Gerais da Companhia Força e Luz do Oeste; Empresa Elétrica Bragantina S.A.; Companhia Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A.; Caiuá - Distribuição de Energia S.A.; e Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A. - EMS, concessionárias que foram objeto de intervenção administrativa da ANEEL. As referidas Assembleias tiveram como ordem a eleição dos membros da administração indicados pela Energisa, na qualidade de nova controladora indireta das concessionárias de distribuição do Grupo Rede. Da mesma forma, no dia 14 de abril de 2014, ocorreram as assembleias gerais para eleição dos membros da administração indicados pela Energisa na Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. - EMT e na Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A. - ETO, Companhias essas que também foram objeto de intervenção administrativa.

A aquisição ocorreu através da formalização da transferência para Energisa de 90,91% do capital da JQMJ, 65,68% e do capital da BBPM, 20,11% do capital da Denerge, e 0,03% do capital da Rede Energia, empresas holdings, e pelo pagamento do preço de aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), além dos aportes de capital realizados pela Energisa nas companhias JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no valor total de R\$1.295.356, sendo todas as condições suspensivas estabelecidas no Compromisso foram satisfeitas e/ou dispensadas.

**Etapas da aquisição do controle acionário do Grupo Rede pela Energisa S/A.****1.1. Plano de Recuperação ANEEL**

Nos termos do art. 12 da Medida Provisória n.º 577, de 29 de agosto de 2012, vigente à época e posteriormente convertida na Lei n.º 12.767/12, os acionistas das Companhias em intervenção, deveriam apresentar, no prazo de 60 dias, contados da data da intervenção, plano de recuperação que vise solucionar as razões que a ensejaram.

Em cumprimento às disposições da Medida Provisória n.º 577/2012 mencionadas acima, a controlada Rede Energia, na qualidade de acionista controladora direta das companhias sob intervenção, aprovou, durante o mês de outubro/2012, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em cada uma das companhias sob intervenção, bem como em Assembleia Geral Extraordinária da própria Rede Energia, os respectivos planos de recuperação requeridos pela ANEEL.

Os referidos planos de recuperação, de todas as companhias sob intervenção, foram devidamente apresentados à ANEEL e foram atualizados posteriormente, de acordo com a evolução das negociações para eventual alienação do controle societário da Rede Energia, e do grupo, conforme divulgado ao mercado.

Em 01 de outubro de 2013, a controlada Rede Energia apresentou à ANEEL, um novo plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora. Esse plano estava vinculado à transferência de controle acionário para a Energisa S.A. nos termos do Compromisso.

Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou através do despacho n.º 4.463/2013 o plano de recuperação das concessionárias sob intervenção apresentado pelo Grupo Rede que foi detalhado e atualizado pelo Grupo Energisa.

Em 28 de janeiro de 2014, através da Resolução Autorizativa n.º 4.510, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para a Energisa S.A. em 08 de abril de 2014 a ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que nesta data foi formalizada a transferência do controle societário à Energisa S.A..

### Recuperação Judicial

Em 26 de novembro de 2012, a controlada Rede Energia publicou fato relevante pelo qual informa que ajuizou, na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. Nessa mesma data, foram ajuizados de forma conjunta, os pedidos de recuperação judicial da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S.A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. (“Denerge”).

A despeito dos esforços da administração junto a credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da controlada Rede Energia, da CTCE, da QMRA, da EEVP e da Denerge. A medida visava a proteger o valor dos ativos dessas sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades, em especial no que se refere à gestão pela Rede Energia de participações majoritárias em diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica, naquele momento sob intervenção governamental.

O pedido de recuperação judicial da controlada Rede Energia foi distribuído sob n.º 0067341-20.2012.8.26.0100, perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

Em 09 de setembro de 2013, a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais proferiu a decisão em 1ª instância homologando o Plano de Recuperação Judicial votado em assembleia geral de credores, e concedendo a recuperação judicial das recuperandas, entre elas a Rede Energia. Esta decisão foi objeto de embargos de declaração opostos pelas próprias recuperandas, os quais foram acolhidos para constar que o plano de recuperação, na realidade, havia sido homologado via cram down (artigo 58, § 1º, da Lei 11.101/2005), e não pela via ordinária (artigo 58, caput, da Lei 11.101/2005). Esta última decisão foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 20/11/2013.

No dia 27 de agosto de 2014, foi proferida, em processo auxiliar perante a Corte do Estado de Nova Iorque (Chapter 15), decisão reconhecendo a validade do plano de recuperação naquele território, sendo que em 09/09/2014 foi proferida a ordem que permitiu a operacionalização de pagamentos credores estrangeiros, na forma prevista no Plano de Recuperação. Este pagamento já foi realizado, de modo que o Plano de Recuperação Judicial está sendo estritamente cumprido.

De toda forma, atualmente ainda está pendente uma decisão final e transitada em julgado de dois recursos apresentados por credores estrangeiros que poderão impactar diretamente no plano de recuperação aprovado: um contra a homologação do plano de recuperação judicial, e outro para discutir a possibilidade de ajuizamento da recuperação por várias empresas do mesmo grupo. Existem ainda outros recursos que, no entanto, envolvem questões periféricas da recuperação judicial.

## 1.2. Compromisso de investimento, compra e venda de ações e outras avenças

Em 11 de julho de 2013, foi celebrado o Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre Energisa e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, comprometeu-se a transferir à Energisa a totalidade de suas ações de emissão da Companhia e das sociedades JQMJ Participações S.A. (“JQMJ”), BBPM Participações S.A. (“BBPM”), Denerge e EEVP, participações societárias essas que confeririam à Energisa o controle indireto da Rede Energia S.A. e, por consequência, das demais sociedades do Grupo Rede, inclusive das distribuidoras de energia elétrica então sob intervenção da ANEEL, a saber: EMS, EMT, ETO, Caiuá - Distribuição de Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. e Companhia Força e Luz do Oeste. Em contrapartida, a Energisa comprometia-se, entre outras obrigações, e uma vez verificadas as condições precedentes aplicáveis, a realizar aportes de novos recursos na Companhia, de forma a cumprir o plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica sob intervenção, apresentado à ANEEL.

A operação objeto do Compromisso foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 16 de outubro 2013, sem restrições, e pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.510 de 28 de janeiro de 2014.

Nos termos do artigo 4º da Resolução Autorizativa nº 4.510/2014 da ANEEL, datada de 28 de janeiro de 2014, a comprovação da transferência do controle acionário indireto encerrou a intervenção administrativa das concessionárias de distribuição de energia elétrica nas empresas, conforme Resolução Autorizativa nº 4.622, publicada pela ANEEL em 10 de abril de 2014.

## 1.3. Plano de recuperação judicial

O Plano de Recuperação Judicial foi homologado em 09 de setembro de 2013, na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede Energia, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, que veio permitir as empresas superar sua crise econômico-financeira, levantar a intervenção nas concessionárias de distribuição de energia elétrica (EMT, EMS, ETO, CFLO, CNEE, EEB, EDEVP e CAIUÁ), preservar os direitos dos credores, estabelecer a fonte de recursos, condições e cronogramas de pagamentos objetivando viabilizar a manutenção das atividades da distribuição e geração de energia, preservando às concessões outorgadas.

Como já evidenciado nos itens acima a Energisa cumpriu as etapas determinadas no Plano de Recuperação como segue:

### Aportes de capital

A Companhia já aportou nas empresas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia, cerca de R\$1.295.356, sendo tais recursos subsequentemente transferidos às demais subsidiárias a título de adiantamento para futuro aumento de capital, passando a Energisa deter diretamente 99,95% do capital da JQMJ, 89,57% do capital da BBPM, 49,28% do capital da Denerge, e 14,95% do capital da Rede Energia.

### Pagamento aos Credores

Os credores quirografários por obrigação principal puderam escolher até o dia 18 de novembro de 2013, entre a Opção A, Opção B e Opção C para recebimento de seus créditos, aplicável sobre a totalidade dos créditos detidos pelo mesmo, sendo definido que:

- . Os *Bondholders* terão seus créditos reestruturados e pagos de acordo com o Plano de Recuperação, de acordo com a Opção C, escolhida pela maioria dos *Bondholders*
- . Credores da Opção A - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (ii) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (iii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos de juros foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores Quirografários Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (i) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (ii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iii) correção monetária anual, calculada pelo IPCA, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (iv) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores com Garantia Real Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (i) juros de 4% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (ii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iii) correção anual, calculada pela TR, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (iv) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores Opção C - credores que optaram por ceder até a totalidade de seus créditos - créditos cedidos pelos credores com garantia real ou pelos credores quirografários por obrigação principal para a Energisa, receberam o valor correspondente a 25% do valor dos respectivos créditos. O valor pago pela Cessão de Crédito não estava sujeito à atualização monetária.

Os créditos cedidos pelos credores referentes à Opção C serão pagos pela Rede Energia e CTCE à Energisa de acordo com as seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total do crédito não reestruturado a ser pago em parcela única em até 1 ano da data do pagamento da cessão, com juros de 12,5% a.a., incidentes a partir da data de pagamento da cessão; (ii) o valor remanescente correspondente a 75% será pago ao fim do prazo de 22 anos em parcela única com juros capitalizados de 0,5% a.a incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Os pagamentos relativos às cessões foram realizados pela Energisa a partir de 14 de abril, 1º dia útil após a data em que a controladora Energisa assumiu o controle acionário das empresas.

Independente da opção escolhida, Credores Com Garantia Real e Credores Quirografários receberam, cada um, antes da incidência de deságio, R\$10.

Os créditos Quirografários decorrentes de multa foram pagos observados os seguintes parâmetros: (i) aplicação de redutor de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor da multa, sendo que tal redutor se justifica em razão da classificação em caso de falência; (ii) pagamento ou de outra forma satisfação do crédito efetivada no termo inicial de cumprimento do plano (60º dia a contar da data de homologação do plano de recuperação judicial); (iii) eventual opção por concordar com a redução de seus créditos em, no mínimo, 2/3 (dois terços) do valor das respectivas multas, de modo que foram pagos de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C, aplicando-se a formula ao crédito a título de multa após redutor de 2/3 (dois terços); (iv) para o caso de multa fixada em sentença judicial ou arbitral transitada em julgado antes da aprovação do plano, o valor será considerado, para todos os fins, como quirografário, de modo que o pagamento ocorrerá de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C; e (v) o pagamento de multas fica limitado ao valor agregado de R\$65.000.

Em decorrência da aquisição do Grupo Rede pela Energisa e conforme Plano de Recuperação Judicial, abaixo posição em 31 de março de 2015 dos efeitos remanescentes das dívidas habilitadas pelas recuperandas (Rede Energia e CTCE) e da controlada Tangará, que assumiu as obrigações da recuperanda QMRA, conforme segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	Tangará	CTCE	Total
Créditos adquiridos pela Energisa contra recuperandas	1.743.157	-	-	573.349	2.316.506
Valor pago/a pagar pelos créditos adquiridos (25%)(2)	429.200	-	-	65.792	494.992
Valores a pagar pelas recuperandas a credores que optaram por receber ao final de 22 anos	456.182	712.520	102.410	97.754	1.368.866
. Com juros de 1%	456.182	-	102.410	97.754	656.346
. Com juros de TR + 4% aa	-	712.520	-	-	712.520
Valores a pagar pelas recuperandas a credores com valores <10 mil	-	-	-	50	50
Valores a pagar pelas Recuperandas a credores multa 95%	-	-	-	62.574	62.574
<b>Passivo assumido no âmbito do Plano de Recuperação Judicial</b>	<b>885.382</b>	<b>712.520</b>	<b>102.410</b>	<b>226.170</b>	<b>1.926.482</b>
Atualização (1)	82.065	38.436	17.884	28.669	167.054
Ajuste a valor presente (1) e (3)	(406.583)	(500.353)	-	(87.097)	(994.033)
Descontos (1)	-	-	-	(59.444)	(59.444)
Liquidação/Cessão de Créditos (4)	(432.357)	(19.351)	(120.294)	(69.362)	(641.364)
<b>Total em 31 de dezembro de 2014 - Passivo Não Circulante (Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores)</b>	<b>128.507</b>	<b>231.252</b>	<b>-</b>	<b>38.936</b>	<b>398.695</b>
Atualização (5)	837	8.818	-	425	10.080
Ajuste a valor presente (5) e (3)	1.204	(543)	-	1.011	1.672
<b>Total em 31 de março de 2015 - Passivo Não Circulante (Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores)</b>	<b>130.548</b>	<b>239.527</b>	<b>-</b>	<b>40.372</b>	<b>410.447</b>

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados diretamente no balanço de abertura (R\$167.054).

(2) Pagamentos realizados pela Energisa S.A.

(3) Ajustes a Valor Presente:

Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.

(4) Os pagamentos previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014, tendo já sido liquidados diretamente pela Rede Energia cerca de R\$26.781 e pela Energisa R\$494.992. Em setembro de 2014, foi liquidada a dívida da controlada Tangará com Banco Itaú BBA, no montante de R\$119.579.

(5) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados na demonstração de resultado.

### Cessão de Créditos- Opção C

De acordo com o plano de recuperação judicial, os credores do Grupo Rede cederam seus direitos de crédito para a Energisa com um “desconto”, da ordem de 75% do valor da dívida. Os créditos cedidos, serão pagos pela Rede Energia e CTCE a Energisa nas seguintes condições: (i) 25% do montante total do crédito será pago em parcela única, em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano; (ii) o valor remanescente, correspondente a 75% do montante total do crédito, será pago ao fim de 22 anos, em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano.

A partir da assunção de controle do Grupo Rede pela Energisa, em 11 de abril de 2014, e conforme previsão no Plano de Recuperação Judicial e opção dos credores, foram concluídas as cessões de créditos detidos pelos credores contra as recuperandas para a Energisa, contra o pagamento de 25% do seu valor. Os créditos montam R\$494.992, dos quais R\$444.299 já foram liquidados. Estes valores foram registrados

pela Energisa a valor justo, a débito de créditos com parte relacionadas contra outras contas a pagar no passivo circulante.

### 2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 14 de maio de 2015 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2015.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

### 3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

#### **Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board***

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

#### 4 Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Energisa e das controladas:

	Ramo de atividade	31/03/2015	31/12/2014
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Soluções S/A (ESO) (5)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	100	100
Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR)	Geração hidráulica de energia	-	100
Pequena Central Hidrelétrica ZêTunin S/A	Geração hidráulica de energia	-	100
SPE Cristina Energia S/A	Geração hidráulica de energia	-	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (2)	Holding em geração eólica de energia	-	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Bioeletricidade S/A (EBIO) (4)	Holding em geração de energia elétrica - biomassa de cana de açúcar	-	100
Energisa Geração Central Solar Coremas	Geração solar de energia	100	100
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
JQMJ Participações S/A	Holding	99,99	99,95

(1) Em fase pré-operacional.

(2) Empresa holding que detém o controle acionário da Energisa Geração Central Eólica Renascença S/A I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A.

(3) Companhias Abertas.

(4) Geração de energia elétrica movida a biomassa de bagaço de cana de açúcar.

(5) Empresa que possui 99,99% de participação no capital da Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, constituída em novembro de 2013.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

#### 5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de geração, distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	31/03/2015				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	2.664.169	79	86.002	15.821	2.766.071
Receitas Intersegmentos	1.838	-	-	25.261	27.099
<b>Total</b>	<b>2.666.007</b>	<b>79</b>	<b>86.002</b>	<b>41.082</b>	<b>2.793.170</b>
Receitas Financeiras	222.433	7	722	65.710	288.872
Despesas Financeiras	(425.196)	(4)	(1.527)	(205.632)	(632.359)
<b>Total</b>	<b>(202.763)</b>	<b>3</b>	<b>(805)</b>	<b>(139.922)</b>	<b>(343.487)</b>
Depreciação e amortização	169.656	8	10	8.611	178.285
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	83.128	(186)	(2.408)	347.155	427.689

	31/03/2014				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	651.607	85	87.499	6.234	745.425
Receitas Intersegmentos	1.123	-	-	23.945	25.068
<b>Total</b>	<b>652.730</b>	<b>85</b>	<b>87.499</b>	<b>30.179</b>	<b>770.493</b>
Receitas Financeiras	38.653	3	433	16.397	55.486
Despesas Financeiras	(15.661)	(1)	(881)	(32.887)	(49.430)
<b>Total</b>	<b>22.992</b>	<b>2</b>	<b>(448)</b>	<b>(16.490)</b>	<b>6.056</b>
Depreciação e amortização	31.514	202	8	5.526	37.250
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	107.184	(39)	6.616	(18.512)	95.249

	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	31/03/2015	31/12/2014
<b>Ativos dos segmentos divulgáveis</b>	<b>16.138.400</b>	<b>2.100</b>	<b>165.254</b>	<b>2.303.154</b>	<b>18.608.908</b>	<b>18.617.059</b>
Ativo circulante	5.867.895	384	54.147	2.044.603	7.967.029	7.381.988
Ativo não circulante	10.270.505	1.716	111.107	258.551	10.641.879	11.235.071
<b>Passivos dos segmentos divulgáveis</b>	<b>10.442.279</b>	<b>298</b>	<b>310.806</b>	<b>4.592.422</b>	<b>15.345.805</b>	<b>15.618.199</b>
Passivo circulante	4.209.431	294	47.672	2.832.993	7.090.390	6.121.992
Passivo não circulante	6.232.848	4	263.134	1.759.429	8.255.415	9.496.207

## b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	31/03/2015	31/03/2014
<b>Receita líquida total de segmentos divulgáveis</b>	2.793.170	770.493
Eliminação de receitas intersegmentos	(27.099)	(24.620)
<b>Receita líquida consolidada</b>	<b>2.766.071</b>	<b>745.873</b>
<b>Depreciação e amortização</b>		
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	178.285	37.250
<b>Depreciação e amortização consolidada</b>	<b>178.285</b>	<b>37.250</b>
<b>Receita financeira</b>		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	288.872	55.486
Eliminação de receitas intersegmentos	(46.048)	(5.564)
<b>Receita financeira consolidada</b>	<b>242.824</b>	<b>49.922</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(632.359)	(49.430)
Eliminação de receitas intersegmentos	46.048	5.564
<b>Despesa financeira consolidada</b>	<b>(586.311)</b>	<b>(43.866)</b>
<b>Lucros</b>		
Total de lucros dos segmentos reportáveis	427.689	95.249
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>427.689</b>	<b>95.249</b>

	31/03/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>		
Ativo total dos segmentos reportáveis	18.608.908	18.617.059
Outros valores não alocados	(27.611)	(15.417)
<b>Total Ativo consolidado</b>	<b>18.581.297</b>	<b>18.601.642</b>
<b>Passivo</b>		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	15.345.805	15.618.199
Outros valores não alocados	(27.611)	(15.417)
<b>Total passivo consolidado</b>	<b>15.318.194</b>	<b>15.602.782</b>

## 6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### a) Caixa e equivalentes de caixa

#### a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Bradesco	CDB Automático	30/12/2015	20,0% do CDI	-	-	1.238	4.961
Bradesco	Debentures (2)	01/06/2015	100,0% do CDI	221.850	-	221.850	-
Caixa	CDB	29/12/2017 a 31/01/2018	100,0% a 100,5% do CDI	2.578	38.503	75.682	175.878
Caixa	Debentures (2)	30/05/2019	101,5% do CDI	58.165	10.585	81.583	128.952
Caixa FID	CDB	31/03/2018	100,5% do CDI	-	-	1.136	1.038
Itaú	Debentures (2)	21/03/2017	100,0% do CDI	200.000	-	200.000	-
Itaú	CDB Automático	30/12/2015	20,0% do CDI	-	-	4.887	7.044
Safra	CDB Automático	31/12/2014	10,00% do CDI	-	-	9	-
Santander	Debentures (2)	26/03/2017 a 21/03/2017	103,2% do CDI	308.942	52	462.578	112.802
				<b>791.535</b>	<b>49.140</b>	<b>1.048.963</b>	<b>430.675</b>
Caixas e bancos				<b>1.464</b>	<b>1.109</b>	<b>262.922</b>	<b>145.397</b>
Total caixa e equivalência de caixa				<b>792.999</b>	<b>50.249</b>	<b>1.311.885</b>	<b>576.072</b>

### b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

#### b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
ABC Brasil	CDB	25/09/2015 a 11/02/2016	103,0% a 107,0% do CDI	-	-	5	5
BB Ampla	Fundo de Investimento	-	-	500.000	-	500.000	-
Banco do Brasil	CDB	08/03/2016 a 09/08/2019	95,0% a 100% do CDI	-	-	24.277	25.005
Banrisul	Fundo de Investimento	-	CDI	-	-	52	51
BB Ampla	Fundo de Investimento	-	CDI	29	28	520	136.797
BES	CDB	27/08/2015 a 09/03/2017	100,0% a 104,5% do CDI	-	-	48	47
BICBanco	CDB	24/08/2015 a 10/02/2016	98,0% a 108,0% do CDI	21	20	91	88
BMG	CDB	14/01/2016	100,0% do CDI	-	-	1	11
Bradesco	CDB	19/09/2016 a 20/03/2017	70,0% a 96,0% do CDI	-	-	1.843	2.043
Bradesco	Fundo de Investimento	-	CDI	-	-	66.068	36.548
BTG Pactual	CDB	05/12/2015	101,0% do CDI	20	20	118	115
Caixa	CDB	31/01/2018 a 04/09/2019	100,0% a 100,5% do CDI	-	-	17.920	16.936
Caixa	Deposito caução c/c	-	-	-	-	10	10
CEF FI Energisa (4)	Fundo de Investimento	-	CDI	8.036	-	180.626	97.931
Caixa	Poupança	-	Poupança	-	-	146	146
Bradesco	poupança	-	poupança	-	-	108	108

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
FIM Zona da Mata (4)	CDB	28/01/2015 a 31/07/2019	100,5% a 105%,0 do CDI	-	-	12.176	63.283
FIM Zona da Mata (4)	Debentures (2)	10/07/2017 a 15/07/2019	IPCA e CDI	-	-	24.245	13.381
FIM Zona da Mata (4)	Compromissada	24/08/2015a 14/11/2016	100,5% a 103,2% do CDI	-	-	107.909	158.047
FIM Zona da Mata (4)	DPGE	21/05/2015 A 09/12/2015	107,5% a 116% do CDI	-	-	50.309	46.529
FIM Zona da Mata (4)	LF	04/05/2015 a 04/05/2017	CDI e PRE	-	-	45.428	64.451
FIM Zona da Mata (4)	CCB	24/02/2017	CDI + 6,1677%	-	-	86.352	26.785
FIM Zona da Mata (4)	Nota Promissória	26/01/2015	CDI + 2,25%	-	-	-	50.687
FIM Zona da Mata (4)	Fundos de Renda Fixa	-	CDI	-	-	79.429	113.470
FIM Zona da Mata (4)	LFT	07/09/2016 a 01/09/2018	SELIC	-	-	5.000	25.098
FIM Zona da Mata (4)	NTN	01/07/2017 a 15/08/2018	IPCA e IGPM	-	-	3.813	2.542
FIM Zona da Mata (4)	Fundos de Credito	-	Fundos de Credito	-	-	20.853	19.634
HSBC	CDB	03/08/2015	100,0% do CDI	-	-	685	671
HSBC	Fundo de Investimento	-	CDI	19	18	19	18
Itaú	CDB	21/10/2015 a 13/04/2016	90,0% a 102,0 do CDI	-	5	2.355	2.009
Itaú	Debentures (2)	30/09/2016 a 21/03/2017	75,0% a 102,0% do CDI	-	-	694	500
Itaú	Fundo de Investimento	-	CDI	-	-	3.348	1.999
Itaú	Fundo de investimento em direito	-	CDI	-	-	39.593	38.479
Itaú Corp Plus	Fundo de Investimento	-	CDI	-	-	54	51
Itaú TOP DI	Fundo de Investimento	-	CDI	-	-	4.856	2.801
Modal	CCB	29/04/2016	IPCA + 2%a.m	-	-	1.456	37.484
CEF	CDB	31/01/2018	100,5% do CDI	-	-	-	550
Nordeste	CDB	28/07/2017 a 09/09/2019	90,0% a 99,0% do CDI	-	-	36.323	42.312
Pine	CDB	11/06/2015 a 08/02/2017	100,0% a 104,0% do CDI	-	-	252	244
Safra	CDB Automático	31/12/2014	10,00% do CDI	-	-	-	8
Safra	Debentures (2)	18/08/2015 a 20/08/2015	100,8 % do CDI	11	11	68	65
Safra	CDB	24/02/2015 a 27/03/2015	101,00% do CDI	-	-	17	17
Santander	CDB	30/12/2016	100,5% a 102,10% do CDI	-	-	1.023	998
Citibank	Fundo de Investimento	15/01/2025	CDI	-	-	8.522	8.286
Votorantim	CDB	25/04/2015 a 27/05/2015	90,0%a 98,0% do CDI	-	-	13	13
				<b>508.136</b>	<b>102</b>	<b>1.326.625</b>	<b>1.036.253</b>

**b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento**

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Itaú	Fundo de Investimento	29/12/2020	100,0% do CDI	-	-	6.666	6.361
Mercantil	DPGE	21/05/2015	112,0% do CDI	-	5.944	-	5.943
					<b>5.944</b>	<b>6.666</b>	<b>12.304</b>
<b>Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)</b>				<b>508.136</b>	<b>6.046</b>	<b>1.333.291</b>	<b>1.048.557</b>
<b>Circulante</b>				<b>508.136</b>	<b>6.046</b>	<b>1.281.780</b>	<b>998.535</b>
<b>Não circulante</b>				-	-	<b>51.511</b>	<b>50.022</b>

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$100 (R\$103 em 31 de dezembro de 2014) na controladora e R\$357.649 (R\$231.521 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

**7 Clientes, consumidores e concessionárias**

Classes de Consumo	Controladora (1)		Consolidado							Total	
	31/03/2015	31/12/2014	Saldos Vincendos (2)	Vencidos					31/03/2015	31/12/2014	
				Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias			
Residencial	-	-	228.090	159.092	33.291	12.382	6.546	12.636	452.037	362.573	
Industrial	-	-	167.364	18.503	2.831	3.298	3.033	20.477	215.506	164.707	
Comercial	-	-	190.226	42.359	7.886	4.779	4.959	14.101	264.310	203.028	
Rural	-	-	55.295	15.762	5.736	3.234	1.244	1.763	83.034	63.544	
Poder público:											
Federal	-	-	12.482	4.828	2.621	703	31	110	20.775	15.942	
Estadual	-	-	21.397	5.842	3.815	1.744	52	27	32.878	23.489	
Municipal	-	-	23.130	5.205	2.425	929	179	9.997	41.864	34.526	
Iluminação pública	-	-	20.785	3.578	1.396	231	73	15.609	41.672	37.729	
Serviço público	-	-	31.148	2.937	2.674	1.652	4.266	78.196	120.873	112.005	
Parcelamento de Energia - Faturas Novadas	-	-	111.578	4.755	4.776	5.843	20.650	92.184	239.786	248.834	
(-) Ajuste valor Presente (4)	-	-	(5.611)						(5.611)	(11.223)	
Subtotal -clientes	-	-	855.884	262.861	67.451	34.795	41.033	245.100	1.507.124	1.255.154	
Concessionárias (3)	-	-	75.563	-	-	-	-	18.727	94.290	88.165	
Fornecimento não faturado	-	-	474.187	-	-	-	-	-	474.187	372.174	
Outros	5.679	5.158	129.872	6.929	2.294	1.566	8.569	33.508	182.738	185.474	
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	-	-	12.201	-	-	-	-	-	12.201	12.201	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(38.137)	(965)	(8.260)	(17.055)	(37.145)	(278.752)	(380.314)	(371.183)	
<b>Total</b>	<b>5.679</b>	<b>5.158</b>	<b>1.509.570</b>	<b>268.825</b>	<b>61.485</b>	<b>19.306</b>	<b>12.457</b>	<b>18.583</b>	<b>1.890.226</b>	<b>1.541.985</b>	
Circulante	5.679	5.158							1.750.495	1.403.552	
Não Circulante	-	-							139.731	138.433	

- (1) Referem-se a serviços administrativos prestados às controladas, suportados por contratos aprovados pela ANEEL (vide nota explicativa nº 13).
- (2) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis após a entrega das faturas para efetuar o pagamento.
- (3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$84.875 (R\$81.512 em 31 de dezembro de 2014). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE. A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante, no montante de R\$202.660 (R\$107.462 em 31 de dezembro de 2014), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços de sistema conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
<b>Composição dos créditos da CCEE</b>		
Saldos a vencer	64.572	63.508
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 (a)	15.559	15.236
Créditos vencidos (b)	4.744	2.768
	<b>84.875</b>	<b>81.512</b>
(-) Aquisição de energia na CCEE	(177.835)	(96.312)
(-) Encargos de serviços do sistema	(24.825)	(11.150)
	<b>(117.785)</b>	<b>(25.950)</b>

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

- (a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.  
  
As controladas Energisa Sergipe, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo, não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.
- (b) As controladas constituíram provisão para crédito de liquidação duvidosa.
- (4) Ajuste a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória n.º 1.506 de 05 de abril de 2013), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL nº 457 de 08/11/2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração das controladas entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.
- (5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL n.º 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido a controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da controlada referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante, no consolidado.

## 8 Títulos de créditos a receber

Correspondem a:

- Contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores por meio de “Termos de Confissão de Dívida”, que na sua grande maioria são atualizadas com base na variação do IGPM.

- Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) da controlada EMT, ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. Atualmente o processo está no 4º lugar na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Fazenda Pública Municipal de Cuiabá. A Companhia possui provisão para perdas para os títulos dos precatórios de R\$28.000, contabilizados quando da aquisição do controle acionário, ocorrido em 11 de abril de 2014.
- A controlada EMS também possui precatórios expedidos entre os anos de 2000 e 2001, cedidos pelos municípios entre os anos de 2005 e 2006, para quitar faturas de energia elétrica, pendentes de pagamento. Até a presente data a controlada já recebeu 91% do valor devido. O saldo remanescente continuará a ser recebido conforme cronograma individual de pagamento de cada precatório.

Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados a valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Títulos de créditos a receber	206.372	218.595
Ajuste a valor presente	(46.506)	(37.965)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(63.909)	(72.087)
	<b>95.957</b>	<b>108.543</b>
Circulante	59.628	65.070
Não circulante	36.329	43.473

(\*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de março de 2015, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado (*)
Títulos vencidos	63.909
2015	59.628
2016	9.891
2017	7.554
2018	1.722
2019	1.138
2020 em diante	16.024
<b>Total</b>	<b>159.866</b>

(\*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

## 9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - consolidado

Movimentação das provisões	31/03/2015	31/12/2014
Saldo - inicial - circulante - 31/12/2014 e 31/12/2013	443.270	57.150
Saldo adquiridos em 11 de abril de 2014	-	429.433
Provisões constituídas no período/exercício	9.680	13.576
Reversão de provisões no período/exercício	(8.727)	(56.889)
<b>Saldo - final - circulante - 31/03/2015 e 31/12/2014</b>	<b>444.223</b>	<b>443.270</b>
Contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias	380.314	371.183
Títulos de créditos a receber	63.909	72.087

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

### Cientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Para os títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, CFLO, EEB, EDEVP, CNEE e CAIUÁ avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

## 10 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

---

### Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMG	Resolução 1.737, de 10/06/2014	5,31%	18/06/2014
ENF	Resolução 1.738, de 10/06/2014	12,56%	18/06/2014
EPB	Resolução 1.785, de 26/08/2014	21,81%	28/08/2014
EBO	Resolução 1.854, de 03/02/2015	39,55%	04/02/2015
ESE	Resolução 1.877, de 14/04/2015	13,26%	22/04/2015
EMT	Resolução 1.873, de 07/04/2015	-0,38%	08/04/2015
ETO	Resolução 1.760, de 03/07/2014	10,84%	04/07/2014
EMS	Resolução 1.874 de 07/04/2015	3,22%	08/04/2015
CNEE	Resolução 1.889, de 05/05/2015	-3,62%	10/05/2015
CAIUÁ	Resolução 1.888, de 05/05/2015	1,85%	10/05/2015
EDEVP	Resolução 1.886, de 05/05/2015	-0,09%	10/05/2015
EEB	Resolução 1.887, de 05/05/2015	-0,23%	10/05/2015
CFLO	Resolução 1.765, de 22/07/2014	31,96%	29/06/2014

### Reajuste tarifário extraordinário

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As concessionárias que compõem o Grupo Energisa tiveram os seguintes efeitos médios:

#### Efeito médio da RTE por distribuidora

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)	Vigência (término)
EMG	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,89%	02/03/2015	17/06/2015
ENF	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,05%	02/03/2015	17/06/2015
EPB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	3,82%	02/03/2015	27/08/2015
EBO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	0,61%*	02/03/2015	03/02/2016
ESE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	8,00%	02/03/2015	21/04/2015
EMT	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,80%	02/03/2015	07/04/2015
ETO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	4,46%	02/03/2015	03/07/2015
EMS	Resolução 1.858, de 27/02/2015	27,86%	02/03/2015	07/04/2015
CNEE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	35,21%	02/03/2015	09/05/2015
CAIUÁ	Resolução 1.858, de 27/02/2015	32,36%	02/03/2015	09/05/2015
EDEVP	Resolução 1.858, de 27/02/2015	29,40%	02/03/2015	09/05/2015
EEB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	38,49%	02/03/2015	09/05/2015
CFLO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	31,88%	02/03/2015	28/06/2015

\*valor retificado homologado pela Resolução Homologatória nº 1.870 de 07/04/2015.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

## Bandeiras tarifárias

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

## Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EMG, ENF, EBO, EPB, ETO, Caiuá, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO, e a cada cinco anos na ESE, EMT e EMS.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EBO	Resolução 1.483, de 29/01/2013	6,18%	04/02/2013
ESE	Resolução 1.513, de 16/04/2013	4,08%	22/04/2013
EMG	Resolução 1.293, de 05/06/2012	1,20%	18/06/2012
ENF	Resolução 1.292, de 05/06/2012	-4,82%	18/06/2012
EPB	Resolução 1.592, de 27/08/2013	-3,02%	28/08/2013
CAIUÁ	Resolução 1.288, de 08/05/2012	7,60%	10/05/2012
EEB	Resolução 1.289, de 08/05/2012	0,74%	10/05/2012
CNEE	Resolução 1.286, de 08/05/2012	2,96%	10/05/2012
EDEVP	Resolução 1.287, de 08/05/2012	-2,72%	10/05/2012
CFLO	Resolução 1.314, de 26/06/2012	7,97%	29/06/2012
ETO	Resolução 1.320, de 03/07/2012	-1,61%	04/07/2012
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	0,95%	08/04/2013
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013

## 11 Ativos e passivos regulatórios - consolidado

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores, são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. A Companhia assinou junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes passou a ser efetuada a partir do exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

As controladas contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios - Consolidado	31/03/2015	31/12/2014
<b>Itens da Parcela A (i)</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	931.438	838.299
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	103.025	81.532
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	11.473	9.636
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	39.684	6.412
Conta Consumo de Combustível - CCC	6.726	2.613
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu Binacional	815	-
<b>Componentes financeiros</b>		
Sobrecontratação de energia (ii)	10.730	52.606
Diferimento Submercados	4.344	-
Itens financeiros	16.854	11.438
Outros	8.528	6.265
<b>Total Ativo Regulatório</b>	<b>1.133.617</b>	<b>1.008.801</b>
<b>Circulante</b>	<b>964.725</b>	<b>439.948</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>168.892</b>	<b>568.853</b>

Passivos regulatórios - Consolidado	31/03/2015	31/12/2014
<b>Parcela A</b>		
Encargo de serviços de sistema - ESS (c)	338.305	316.088
Energia elétrica comprada para revenda	327	-
Diferimento da parcela A	8.785	3.074
<b>Componentes financeiros</b>		
Sobrecontratação	379.689	291.278
Itens Financeiros	11.357	18.598
Outros	20.156	25.942
<b>Total Passivo Regulatório</b>	<b>758.619</b>	<b>654.980</b>
<b>Circulante</b>	<b>639.701</b>	<b>214.641</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>118.918</b>	<b>440.339</b>
<b>Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios</b>	<b>374.998</b>	<b>353.821</b>
Efeito na demonstração do resultado - Consolidado	31/03/2015	
Receita Operacional	(828)	
Outras Despesas Financeiras	22.005	
<b>Total Resultado</b>	<b>21.177</b>	

(i) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC

(ii) **Repasso de sobrecontratação de energia (energia excedente)**

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

(iii) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários.

(iv) **Neutralidade**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

## 12 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Baixa renda (1)	-	-	64.457	58.158
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	86.132	86.098
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	26.316	18.454
Ordens de desativação em curso	-	-	7.847	7.170
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.941	2.450
Adiantamentos	1.289	1.005	21.406	23.194
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	-	-	300.320	238.849
Banco Daycoval (3)	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval (3)	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber -CELPA - em "Recuperação Judicial" (4)	-	-	60.883	57.883
(-) Ajuste a valor presente - CELPA (4)	-	-	(25.682)	(26.027)
ICMS - Aquisição de crédito terceiros (5)	-	-	11.246	11.246
Sub rogação do CCC (6)	-	-	39.130	42.857
Créditos a receber - Restituição encargos setoriais	-	-	458	-
Aquisição de combustível p/ conta CCC	-	-	18.468	12.663
Padrão de baixa renda	-	-	4.068	4.969
Plano de Universalização	-	-	4.283	4.597
Adiantamento fundo de pensão	-	-	8.704	8.704
Crédito a receber Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Contas a receber empresas disponíveis para venda	15.401	-	15.401	136.093
Créditos a receber de terceiros	-	-	18.126	23.902
Despesas pagas antecipadamente	40	56	8.949	4.251
Reembolso CDE	-	-	6.458	-
Outros	1.628	2.098	49.227	3.204
<b>Total</b>	<b>18.358</b>	<b>3.159</b>	<b>729.801</b>	<b>720.378</b>
Circulante	18.199	3.135	616.006	536.429
Não circulante	159	24	113.795	183.949

## (1) Baixa renda - consolidado

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
<b>Saldos -31/12/2014</b>	<b>3.533</b>	<b>467</b>	<b>7.908</b>	<b>23.574</b>	<b>1.504</b>	<b>6.543</b>	<b>4.045</b>	<b>6.401</b>	<b>4.183</b>	<b>58.158</b>
Subvenção baixa renda	4.336	388	9.728	21.028	2.447	8.033	5.543	8.156	3.049	62.708
Ressarcimento Eletrobrás	(3.533)	(467)	(7.255)	(23.574)	(1.504)	(6.543)	(4.045)	(6.401)	(3.087)	(56.409)
<b>Saldos -31/03/2015</b>	<b>4.336</b>	<b>388</b>	<b>10.381</b>	<b>21.028</b>	<b>2.447</b>	<b>8.033</b>	<b>5.543</b>	<b>8.156</b>	<b>4.145</b>	<b>64.457</b>

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 KWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização do saldo.

**(2) Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado**

	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	88.682	95.717	56.770	2.129	6.565	355.396	70.425	68.890	117.091	861.665
Ressarcimento pela Eletrobrás	(67.178)	(68.588)	(48.754)	(1.769)	(5.022)	(240.421)	(41.622)	(12.683)	(75.308)	(561.345)
<b>Saldos -31/03/2015</b>	<b>21.504</b>	<b>27.129</b>	<b>8.016</b>	<b>360</b>	<b>1.543</b>	<b>114.975</b>	<b>28.803</b>	<b>56.207</b>	<b>41.783</b>	<b>300.320</b>

Em 31 de março de 2015, os saldos correspondem a subvenção incorrida nos meses de setembro de 2014 a março de 2015, cujo ressarcimento a administração das controladas espera receber da CDE no segundo trimestre.

**(3) Banco Daycoval**

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - “em Recuperação Judicial”, em 28/02/2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. - “em Recuperação Judicial”. Em 17/12/2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

**(4) Créditos Celpa**

Crédito que as controladas indiretas EMT, CAIUÁ, ETO, CNEE, EEB e EDEVP têm a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em “Recuperação Judicial”, oriundo de transações entre partes relacionadas. Os valores serão recebidos em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A controlada indireta mantém ajuste a valor presente a receber no valor de R\$25.682 (R\$26.027 em 31 de dezembro de 2014).

**(5) Créditos ICMS**

Créditos de ICMS adquiridos pela controlada indireta EMT de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) localizadas no Estado de Mato Grosso. Os referidos créditos foram habilitados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (PAC - Pedido de Habilitação de Crédito) e posteriormente compensados (RUC - Registro de Utilização de Crédito), ambos expedidos pelo sitio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso. Posteriormente à habilitação do pedido e do registro, houve a notificação por parte do fisco estadual questionando o gerador sobre a validade do procedimento de habilitação do crédito. Solidariamente, a EMT também foi notificada e diante disso suspendeu o aproveitamento do direito até a definição do recurso interposto pela geradora. O Ativo está vinculado a uma obrigação com o gerador que será exigida após a conclusão da ação.

## (6) Sub-rogação CCC

Sub-rogação CCC: Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribuiu para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$ 10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013, R\$8.069 em 2014 e R\$3.234 no primeiro trimestre de 2015, totalizando R\$35.275;
- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foi recebido R\$1.215 em 2014 e R\$493 no primeiro trimestre de 2015, totalizando R\$1.708.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

## 13 Transações com partes relacionadas

A Companhia é a holding do Grupo Energisa, que detém o controle acionário das empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Gipar S/A (82,1% do capital votante).

A Gipar S/A é controlada pela Nova Gipar (50,06% do capital votante), que por sua vez é controlada pela Itacatu S/A (50,6% do capital votante) e pela Multisetor S/A (26,4% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,2% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (77,6% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

## Controladora:

	31/03/2015		31/12/2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Clientes, consumidores e concessionárias (1)</b>	<b>5.632</b>	-	5.060	-
<b>Mútuos (2):</b>				
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	18.078	-	57.885	-
. Energisa Serviços Aéreos S/A	9.342	-	9.153	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda	14.579	-	43.864	-
. Energisa Soluções S/A	6.289	-	-	-
. Rede Energia S/A	4.773	-	7.560	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	870	-	870	-
. Caiuá Cargas	2	-	2	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A - (em recuperação judicial)	-	144.018	-	144.018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A - (em recuperação judicial ) RJ (1)	80.241	-	76.221	-
. QMRA Participações - (em recuperação judicial)	-	58.585	-	-
. Rede Energia S/A - ( em recuperação judicial) RJ (1), (2)	522.134	-	486.632	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A - (em recuperação judicial )	78.161	-	78.161	-
. BBPM Participações S/A	890	-	380	-
	<b>735.359</b>	<b>202.603</b>	<b>760.728</b>	<b>144.018</b>
<b>Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (3):</b>				
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	917	-	881	-
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	9.752	-	9.752	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	2.521	-	2.208	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	596	-	-	-
. Energisa Geração de Energia S/A	9	-	-	-
. Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	9.861	-	9.861	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	11	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	11	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	11	-	11	-
. Energisa Geração Vista Alegre II S/A	-	-	21	-
. Energisa Geração Santa Cândida II S/A	-	-	101	-
. Energisa Geração Central Eólica Muquim S/A	11	-	11	-
. Rede Energia S/A	8.000	-	8.000	-
	<b>31.700</b>	-	<b>30.868</b>	-
<b>Total</b>	<b>772.691</b>	<b>202.603</b>	<b>796.656</b>	<b>144.018</b>

(1) Aquisição de créditos cedidos p/recuperação judicial.

(2) Os créditos a receber da Rede Energia S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 (um) ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% (doze vírgula cinco por cento) ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 (vinte e dois) anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% (meio por cento) ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2015, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 (dez) anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total da Dívida. Fica mantido o prazo de 22 (vinte e dois) anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% (meio por cento) ao ano, incidentes a partir da data de pagamento.

## Consolidado:

		31/03/2015	31/12/2014
Estado de Tocantins	créditos a receber (1)	89.310	106.328
		ETO	

## (1) Créditos a receber

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficiência energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24/6/2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
- Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A controlada ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11/9/2013.

A controlada encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09/07/2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante de R\$70.084, em 31 de março de 2015, considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2014, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos (dos exercícios de 2009, 2010 e 2011) e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

- Convênio 028/2008 - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de R\$19.226 (R\$18.283 em 31 de dezembro de 2014). Até o encerramento destas informações financeiras intermediárias, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

A Administração da Companhia espera receber os recursos de seu acionista em curto prazo.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas:

Controladas	Serviços administrativos (1)	Comissão aval/Atualização mútuos (Receita (Despesa) financeira) (2)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)
EMG	2.921	1.238	910
EPB	5.934	1.678	1.889
ESE	3.605	2.246	1.148
EBO	1.583	143	504
ECOM	-	802	-
ESOL	412	55	126
ENF	1.297	267	413
ESA	-	242	-
QMRA	-	(826)	-
CTCE	-	1.372	-
Rede Energia	-	26.810	-
31/03/2015	15.752	34.027	4.990
31/03/2014	15.626	4.634	-
31/12/2014	-	-	5.060

(1) Refere-se a serviços administrativos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL.

(2) Os mútuos são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,8789% a.a (CDI +0,81% a.a em 31 de dezembro de 2014), com vencimentos de até maio/2015. Inclui, também à comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias de contratos das controladas a razão de 1,5% a.a.

(3) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na rubrica investimentos.

### Remuneração dos administradores

No período findo em 31 de março de 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e fiscal foram de R\$122 (R\$100 em 31 de março de 2014) e da Diretoria foi de R\$25 (R\$20 em 31 de março de 2014) na controladora e R\$1.118 (R\$686 em 31 de março de 2014) e R\$3.341 (R\$1.755 em 31 de março de 2014) no consolidado.

Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$25 (R\$5 em

31 de março de 2014) na controladora e R\$711 (R\$490 em 31 de março de 2014) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$28 (R\$25 em 31 de março de 2014) na controladora e R\$1.169 (R\$629 em 31 de março de 2014) no consolidado.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente foram de R\$15 e R\$1 na controladora e R\$126 e R\$2 no consolidado (R\$15 e R\$1 na controladora e R\$82 e R\$3 no consolidado em 31 de março de 2014), respectivamente. A remuneração média mensal no período findo em 31 de março de 2015 foi de R\$3 na controladora e R\$28 no consolidado (R\$3 na controladora e R\$28 no consolidado em 31 de março de 2014).

Na AGO/AGE de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício findo de 2015 no montante de R\$3.000 (R\$1.208 para o exercício de 2014).

## 14 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -ICMS		-	167.131	170.575
Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF	1.348	-	17.368	12.090
Imposto de Renda -IRPJ	14.390	-	130.319	140.183
Contribuição Social Sobre o Lucro -CSSL	6.004	-	39.922	40.353
PIS e COFINS	174	192	99.652	102.727
Outros	-	1	11.844	14.443
	<b>21.916</b>	<b>193</b>	<b>466.236</b>	<b>480.371</b>
Circulante	10.228	193	266.188	307.260
Não circulante	11.688	-	200.048	173.111

## 15 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da Companhia e das controladas.

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no montante de R\$169.151 (R\$50.257 em 31 de dezembro de 2014), em face das estimativas de resultados não serem suficientes para compensação desses montantes.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>				
Prejuízos fiscais/Base negativa da contribuição social	143.498	38.857	324.201	213.625
Diferenças temporárias	55.000	220.590	679.468	885.374
Crédito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	(169.151)	(50.257)	(243.246)	(170.829)
<b>Total - não circulante</b>	<b>29.347</b>	<b>209.190</b>	<b>760.423</b>	<b>928.170</b>
<b>Passivo</b>				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	-	-	1.182.792	1.297.954
Contribuição Social	-	-	425.805	467.263
<b>Total - não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.608.597</b>	<b>1.765.217</b>

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	31/03/2015			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo</b>				
Prejuízos fiscais/Base negativa da contribuição social	422.056	143.498	953.533	324.201
Créditos fiscais - ágio (1)	-	-	367.113	124.819
Provisão ajuste atuarial	1.765	600	194.257	66.047
Provisões para riscos	327	111	618.494	210.288
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	26	9	526.037	178.853
Outras provisões (PEE; P&D; Honorários e Outras)	-	-	156.801	53.312
Variações cambiais passivas	21.393	7.274	380.841	129.486
Marcação a mercados - derivativos	51.937	17.659	(103.869)	(35.316)
Ajustes a valor presente	-	-	37.118	12.620
Ativos (Passivos) regulatórios (CVA´s)	-	-	(211.177)	(71.800)
Outras adições (exclusões) temporárias	-	-	11.435	3.888
Crédito Tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	(497.504)	(169.151)	(715.428)	(243.246)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	-	-	(64.931)	(22.076)
Provisão não realização GCAP ativos destinados a venda	86.315	29.347	86.315	29.347
<b>Totais ativo não circulante</b>	<b>86.315</b>	<b>29.347</b>	<b>2.236.539</b>	<b>760.423</b>

	31/03/2015			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Passivo</b>				
Ajustes a valor presente	-	-	3.029.340	1.029.976
Deságio sobre investimento EMS	-	-	188.939	64.239
Encargos sobre reservas de reavaliação	-	-	278.462	94.677
Outras adições temporárias	-	-	(20.215)	(6.873)
Mais valia	-	-	2.072.314	704.587
Prejuízo fiscal e b. negativa utilizável na realização das diferenças temporárias (30%)	-	-	(817.675)	(278.009)
<b>Totais passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.731.165</b>	<b>1.608.597</b>

	31/12/2014			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo</b>				
Prejuízos fiscais	114.285	38.857	628.309	213.625
Créditos fiscais - ágio (1)	-	-	372.789	126.748
Provisão ajuste atuarial	1.765	600	188.720	64.165
Provisões para riscos	431	146	566.046	192.456
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	26	9	541.613	184.148
Outras provisões (PEE; P&D; Honorários e Outras)	-	-	227.693	77.416
Variações cambiais passivas	21.393	7.274	239.577	81.456
Marcação a mercados - derivativos	10.309	3.505	(117.546)	(39.966)
Ajustes a valor presente	-	-	131.200	44.608
Ativos (Passivos) regulatórios (CVA's)	-	-	(65.107)	(22.136)
Outras adições temporárias	-	-	11.410	3.879
Crédito Tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	(147.815)	(50.257)	(502.438)	(170.829)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	-	-	(107.224)	(36.456)
Provisão do ganho de capital dos ativos destinados a alienação - venda não realizada (2)	614.871	209.056	614.871	209.056
<b>Totais ativo não circulante</b>	<b>615.265</b>	<b>209.190</b>	<b>2.729.913</b>	<b>928.170</b>

	31/12/2014			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Passivo</b>				
Ajustes a valor presente	-	-	3.043.409	1.034.759
Mais valia	-	-	2.402.634	816.896
Deságio sobre investimento EMS	-	-	188.939	64.239
Encargos sobre reservas de reavaliação	-	-	275.157	93.553
Outras exclusões temporárias	-	-	26.015	8.846
Prejuízo fiscal e b. negativa utilizável na realização das diferenças temporárias (30%)	-	-	(744.342)	(253.076)
<b>Totais passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.191.812</b>	<b>1.765.217</b>

- (1) Os créditos fiscais ágio no montante de R\$124.819 (R\$126.748 em 31 de dezembro de 2014) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: ENF (15 anos), EBO (16 anos) e EPB (17 anos) segundo a curva de rentabilidade projetada dessas controladas, conforme determinam as Resoluções Autorizativas ANEEL nº 759, de 12 de dezembro de 2006 (EPB e EBO) e nº 771, de 19 de dezembro de 2006 (ENF).
- (2) Os créditos fiscais constituídos no exercício de 2014 no montante de R\$209.190 referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social, incidentes sobre a Provisão do ganho de capital dos ativos destinados a alienação.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Ano	Controladora	Consolidado
2015	29.347	226.139
2016	-	97.875
2017	-	72.739
2018	-	62.068
2019 a 2024	-	301.602
<b>Total</b>	<b>29.347</b>	<b>760.423</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Lucro antes dos impostos	445.543	64.870	427.689	95.249
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social calculado às alíquotas fiscais combinadas	(151.485)	(22.056)	(145.414)	(32.385)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	19.834	28.962	-	-
Redução de Imposto de Renda e Adicionais (*)	-	-	32.450	8.490
Créditos tributários - IR e CS não constituído no exercício	(48.057)	(6.906)	(34.265)	(6.906)
Diferença pela apuração do imposto pelo regime do lucro presumido	-	-	-	-
Outros	-	-	551	421
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(179.708)</b>	<b>-</b>	<b>(146.678)</b>	<b>(30.380)</b>
Alíquota efetiva	40,34%	-	34,30%	31,90%

(\*) As controladas ESE, EPB, EBO e EMT possuem redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obtiveram aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e o deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal, foram através ESE - Despacho Decisório nº 126 - DRF/ASJU de 04/03/2013, EPB - Despacho Decisório nº 128 - DRF/JPA de 23/05/2013, EBO - Laudo Constitutivo Sudene nº 0206/2012 e na EMT - Laudo Constitutivo SUDAM 114/2014, ato declaratório executivo nº 17 de 02/02/2015. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

A controlada ETO por estar localizada na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia obteve seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2014 foi aprovado pelo Ministério da Integração Social o pedido de benefício fiscal reduzindo o imposto em 75% para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023. O deferimento do pedido ocorreu através do respectivo Laudo Constitutivo SUDAM nºs 113/2014. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$32.450 (R\$8.490 em 31 de março de 2014), sendo: R\$16.949 (R\$6.344 em 31 de março de 2014) na EPB, R\$1.219 (R\$58 em 31 de março de 2014) na EBO, R\$13.634 (R\$2.088 em 31 de março de 2014) na ESSE e R\$647 na EMT. Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” e serão destinados a reserva de incentivo fiscais nas controladas. A controlada ETO não apurou base de cálculo do Lucro da Exploração no período findo em 31 de março de 2015.

## 16 Contas a receber da concessão - consolidado

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, EDEVP, EMT, CAIUA, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, no período foi registrado em receita financeira - atualização de contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$42.293 (R\$31.527 em 31 de dezembro de 2014).

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as movimentações ocorridas no período:

	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	Subtotal
Ativo financeiro custo histórico - 31/12/2014	329.497	276.224	228.574	93.026	31.644	958.965
Adições no período (*)	3.249	14.928	4.883	353	1.626	25.039
Baixas no período	(264)	(263)	(123)	(63)	(93)	(806)
Atualização contas a receber da concessão -VNR	4.572	3.553	3.099	1.424	409	13.057
<b>Ativo financeiro custo corrigido - 31/03/2015</b>	<b>337.054</b>	<b>294.442</b>	<b>236.433</b>	<b>94.740</b>	<b>33.586</b>	<b>996.255</b>
Circulante						431.794
Não Circulante						564.461

Controladas adquiridas:

	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste (**)	Subtotal	Consolidado
Ativo financeiro custo histórico - 31/12/2014	878.868	428.595	318.859	438.766	2.065.088	3.024.053
Adições no período (*)	22.341	11.421	13.862	26.875	74.499	99.538
Baixas no período	(1.056)	(2.946)	(1.132)	(5.053)	(10.187)	(10.993)
Atualização contas a receber da Concessão - VNR	13.569	5.544	4.455	5.668	29.236	42.293
<b>Ativo financeiro Custo corrigido - 31/03/2015</b>	<b>913.722</b>	<b>442.614</b>	<b>336.044</b>	<b>466.256</b>	<b>2.158.636</b>	<b>3.154.891</b>
Circulante					466.256	898.050
Não Circulante					1.692.380	2.256.841

(\*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

(\*\*) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB, Caiuá e EDEVP.

## 17 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Participação em controladas	2.934.518	2.923.992	-	-
Outros	10.051	10.051	38.654	36.410
<b>Total</b>	<b>2.944.569</b>	<b>2.934.043</b>	<b>38.654</b>	<b>36.410</b>

Participação em controladas:

31/03/2015									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	Capital social	Nº ações/cotas detidas/mil	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa MG	44.171	451	100	649.271	554.383	94.888	3.635	3.635	94.888
Energisa SE	357.136	196	100	1.461.173	1.098.902	362.269	(4.003)	(4.003)	362.270
Energisa PB	461.423	918	100	1.892.922	1.212.695	680.227	24.653	24.653	680.227
Energisa BO	64.578	293	100	269.330	164.952	104.378	12.428	12.428	104.378
Energisa NF	39.743	16	100	178.967	118.716	60.251	1.791	1.791	60.251
Energisa Soluções	39.000	39.000	100	78.866	34.186	44.680	(1.645)	(1.645)	44.680
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (1)	1.000	1.000	100	6.524	9.842	(3.319)	(617)	(617)	-
Energisa Planejamento	1.685	1.685	100	3.716	604	3.112	662	662	3.112
Energisa Comercializadora	1	1	100	59.787	56.448	3.339	(1.652)	(1.652)	3.339
Alvorada Direitos Creditórios S.A (3)	251	200	50	262	7	256	(13)	(7)	130
Dinamica Direitos Creditorios (3)	7.570	3.785	50	29.537	19.183	10.354	140	70	10.053
Parque Eólico Sobradinho	2.552	4.102	100	939	294	645	(231)	(231)	645
Energisa Geração Usina Maurício	612	612	100	841	11	830	62	62	830
Energisa Geração Solar Coremas	1	1	100	316	(7)	323	(23)	(23)	323
BBPM Participações	553.324	177.818	89,61	424.395	9.432	414.963	2.169	1.735	371.847
Denerge S/A	1.275.420	251.955.733	49,28	1.530.241	564.703	965.538	38.545	1.810	475.816
JQMJ Participações	200.364	71.302	99,99	148.556	242	148.313	627	524	148.297
Rede Energia S.A.	2.245.787	257.478	15,01	3.634.622	1.423.108	2.211.514	37.104	5.627	338.840
Energisa Mato Grosso (2)	1.118.910	1.859	1,09	5.387.109	3.564.638	1.822.471	(12.813)	9.451	19.865
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	10	100	1	-	1	-	-	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	10	100	1	-	1	-	-	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	10	100	1	-	1	-	-	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro	1	10	100	1	-	1	-	-	1
Energisa Geração de Energia S/A	1	1	100	1	-	1	-	-	10
Ágio pago na aquisição de controladas							-	-	214.713
Saldos de ativos disponíveis para venda								4.069	-
<b>Total</b>								<b>58.339</b>	<b>2.934.518</b>

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Energisa Serviços Aéreos no montante de R\$3.319 (R\$ 2.703 em 31 de dezembro de 2014) registrado em outras contas a pagar no Passivo não circulante na controladora.

(2) Foi adquirido pela Companhia o total 1.858.700 ações, sendo 132.900 ordinárias e 1.725.800 preferenciais correspondendo a 1,09% do capital da controlada Energisa Mato Grosso com pagamento pela aquisição (R\$10.414), tendo apurado ganho de capital de R\$9.591 e equivalência patrimonial negativa no período de R\$140.

31/12/2014

Controladas	Informações sobre as controladas							Informações sobre o investimento da controladora	
	Capital social	Nº ações/cotas detidas/mil	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa MG	44.171	451	100	586.809	495.556	91.253	23.029	23.029	91.253
Energisa SE	357.136	195	100	1.381.279	995.406	385.873	102.178	102.298	385.873
Energisa PB	461.423	918	100	1.794.668	1.123.194	671.474	119.363	119.548	671.474
Energisa BO	64.577	293	100	227.474	135.524	91.950	2.574	2.574	91.950
Energisa NF	39.743	16	100	152.149	93.689	58.460	2.265	2.265	58.460
Energisa Soluções	39.000	39.000	100	72.625	26.300	46.325	(1.145)	(1.145)	46.325
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (1)	1.000	1.000	100	7.116	9.819	(2.703)	(1.534)	(1.534)	-
Energisa Planejamento	1.685	1.685	100	3.288	838	2.450	1.656	1.656	2.450
Energisa Comercializadora	1	1	100	96.825	91.834	4.991	6.823	6.823	4.991
Alvorada Direitos Creditórios S.A	251	200	50	339	66	273	20	10	137
Dinâmica Direitos Creditórios	7.570	3.785	50	69.164	58.948	10.216	(7.265)	(3.633)	9.983
Energisa Geração Rio Grande	133.179	68.249	100	264.935	125.258	139.677	(193)	(193)	-
SPE Cristina S/A	21.100	11.093	100	29.417	10.769	18.648	(1.201)	(1.201)	-
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin	61.448	61.448	100	108.670	43.686	64.984	1.549	1.549	-
Parque Eólico Sobradinho	4.102	4.102	100	889	327	562	(905)	(905)	562
Energisa Geração Usina Maurício	612	612	100	776	8	768	253	253	768
Energisa Bioeletricidade	151.597	151.597	100	437.936	254.678	183.258	4.981	4.981	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN	167.468	167.468	100	665.263	475.717	189.546	12.308	13.621	-
Energisa Geração Solar Coremas	1	1	100	314	7	307	(574)	(574)	307
Energisa Geração Vista Alegre	1	1	100	22	-	22	1	1	22
Energisa Geração Santa Cândida	1	1	100	100	-	100	(1)	(1)	100
BBPM Participações(2)	437.621	177.741	89,57	422.947	8.604	414.343	23.300	37.016	371.127
Denerge S/A (2)	1.275.420	251.934.725	49,28	1.536.006	570.459	965.547	56.498	27.259	475.821
JQM Participações (2)	175.898	71.270	99,95	148.268	242	148.026	8.520	20.407	148.193
Rede Energia S.A.(2)	2.245.787	257.430	14,95	3.601.396	1.426.983	2.174.413	146.775	17.233	333.179
EMT(2)	1.118.909	1.826	0,05	5.321.090	3.485.806	1.835.284	32.542	-	10.202
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Ágio pago na aquisição de controladas							-	-	220.811
Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda								(731)	-
<b>Total</b>								<b>370.566</b>	<b>2.923.992</b>

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Energisa Serviços Aéreos no montante de R\$2.703 em 31 de dezembro de 2014 registrado em outras contas a pagar no Passivo não circulante na controladora.

(2) Sociedades adquiridas em 11 de abril de 2014.

Movimentação dos investimentos:

Controladas	31/12/2014	Subscrição/ aquisição/ adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos	Amortização	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Baixa	Equivalência patrimonial (4)	31/03/2015
Energisa MG	91.253	-	-	-	-	-	3.635	94.888
Energisa SE	385.873	-	(19.600)	-	-	-	(4.003)	362.270
Energisa PB	671.474	-	(15.900)	-	-	-	24.653	680.227
Energisa BO	91.950	-	-	-	-	-	12.428	104.378
Energisa NF	58.460	-	-	-	-	-	1.791	60.251
Energisa Soluções	46.325	-	-	-	-	-	(1.645)	44.680
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (1)	-	-	-	-	-	617	(617)	-
Energisa Planejamento	2.450	-	-	-	-	-	662	3.112
Energisa Comercializadora Alvorada Direitos Creditórios S.A	4.991	-	-	-	-	-	(1.652)	3.339
Dinamica Direitos Creditórios	137	-	-	-	-	-	(7)	130
Parque. Eólico Sobradinho	9.983	-	-	-	-	-	70	10.053
Energisa Geração Usina Maurício	562	314	-	-	-	-	(231)	645
Energisa Geração Solar Coremas	768	-	-	-	-	-	62	830
BBPM Participações (3)	307	39	-	-	-	-	(23)	323
Denerge S/A (3)	371.127	372	-	-	(1.387)	-	1.735	371.847
JQMJ Participações (3)	475.821	97	-	-	(1.912)	-	1.810	475.816
Rede Energia S.A.(3)	148.193	160	-	-	(580)	-	524	148.297
EMT (3)	333.179	34	-	-	-	-	5.627	338.840
	10.201	213	-	-	-	-	9.451	19.865
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	-	-	-	-	-	-	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	-	-	-	-	-	-	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	-	-	-	-	-	-	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro	1	-	-	-	-	-	-	1
Energisa Geração de Energia S/A	-	10	-	-	-	-	-	10
Ágio pago na aquisição de controladas	220.811	-	-	(6.098)	-	-	-	214.713
Saldos de ativos disponíveis para venda	123	-	-	-	-	(4.192)	4.069	-
<b>Total</b>	<b>2.923.992</b>	<b>1.239</b>	<b>(35.500)</b>	<b>(6.098)</b>	<b>(3.879)</b>	<b>(3.575)</b>	<b>58.339</b>	<b>2.934.518</b>

(3) Participação societária - combinação de negócios.

(4) Inclui na rubrica de equivalência patrimonial ganhos e perdas apurados em face de ajustes efetuados pelas controladas diretamente no patrimônio líquido e por mudança de % de participação, conforme segue:

Controladoras	Ganho/(perdas)
BBPM Participações S/A	(209)
Denerge S/A	(17.185)
JQMJ Participações S/A	(103)
Rede Energia S/A	(58)
Energisa Mato Grosso	9.591
	<b>(7.964)</b>

Amortização da mais valia no período findo em 31 de março de 2015:

	EDEVP	EMT	CAIUÁ	ETO	EEB	CNEE	CFLO	EMS	TOTAL
Amortização mais valia	(7.564)	(15.967)	(5.701)	(15.909)	(7.602)	(1.533)	(4.188)	(17.852)	(76.316)
IR/CS	2.572	5.429	1.938	5.409	2.584	521	1.424	6.070	25.947
Amortização líquida	(4.992)	(10.538)	(3.763)	(10.500)	(5.018)	(1.012)	(2.764)	(11.782)	(50.369)

## 18 Imobilizado

	Controladora				
	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo 31/03/2015
<b>Imobilizado em Serviço</b>					
Custo:					
Terrenos	16	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	4.249	-	-	-	4.249
Máquinas e equipamentos	6.500	-	58	-	6.558
Veículos	8.478	-	-	-	8.478
Móveis e utensílios	13.509	-	-	-	13.509
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>32.752</b>	<b>-</b>	<b>58</b>	<b>-</b>	<b>32.810</b>
Depreciação acumulada:					
Edificações e benfeitorias	(2.034)	-	-	(37)	(2.071)
Máquinas e equipamentos	(2.389)	-	-	(173)	(2.562)
Veículos	(7.820)	-	-	(28)	(7.848)
Móveis e utensílios	(11.448)	-	-	(130)	(11.578)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(23.691)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(368)</b>	<b>(24.059)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>9.061</b>	<b>-</b>	<b>58</b>	<b>(368)</b>	<b>8.751</b>
Imobilizado em curso	37	138	(58)	-	117
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>9.098</b>	<b>138</b>	<b>-</b>	<b>(368)</b>	<b>8.868</b>

CONSOLIDADO						
IMOBILIZADO	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/03/2015
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo:						
Software	17	-	6	-	-	23
Terrenos	1.098	-	(6)	-	-	1.092
Reservatório, Barragens e Adutoras	2.191	-	-	-	-	2.191
Edificações e benfeitorias	13.253	-	1.260	-	-	14.513
Máquinas e equipamentos	76.115	427	4.863	-	-	81.405
Veículos	33.841	-	4.521	-	-	38.362
Móveis e utensílios	43.551	-	60	-	-	43.611
<b>Total do Imobilizado em Serviço</b>	<b>170.066</b>	<b>427</b>	<b>10.704</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>181.197</b>
Depreciação acumulada:						
Software	(274)	-	258	-	-	(16)
Reservatório, Barragens e Adutoras	(1.053)	-	253	-	(1)	(801)
Edificações e benfeitorias	(5.023)	-	81	-	(104)	(5.046)
Máquinas e equipamentos	(39.423)	-	2.124	-	(1.817)	(39.116)
Veículos	(17.151)	-	(44)	-	(860)	(18.055)
Móveis e utensílios	(26.635)	-	(2.672)	-	(483)	(29.790)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(89.559)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.265)</b>	<b>(92.824)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>80.507</b>	<b>427</b>	<b>10.704</b>	<b>-</b>	<b>(3.265)</b>	<b>88.373</b>
Imobilizado em curso	4.701	11.128	(10.704)	(1.594)	-	3.531
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>85.208</b>	<b>11.555</b>	<b>-</b>	<b>(1.594)</b>	<b>(3.265)</b>	<b>91.904</b>

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia e suas controladas são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Reservatório, barragens, adutoras e terras	3,36%
Edificações e benfeitorias	3,56%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

## 19 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Contrato de concessão/ Softwares	4.407	4.717	5.924.046	506.970
Saldos consolidados adquiridos em 11/04/2014	-	-	-	5.489.498
Direito de concessão	-	-	504.842	515.866
<b>Total</b>	<b>4.407</b>	<b>4.717</b>	<b>6.428.888</b>	<b>6.512.334</b>

### 19.1 Intangível - controladora

INTANGÍVEL	Saldo 31/12/2014	Adição	Amortização	Saldo 31/03/2015
Em Serviço				
Custo dos softwares	8.731	-	-	8.731
Amortização Acumulada	(4.014)	-	(340)	(4.354)
Subtotal	4.717	-	(340)	4.377
Em Curso	-	30	-	30
<b>Total Geral</b>	<b>4.717</b>	<b>30</b>	<b>(340)</b>	<b>4.407</b>

A taxa de amortização de softwares é 20% ao ano.

## 19.2 Intangível - consolidado

CONSOLIDADO						
INTANGÍVEL	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 31/03/2015
Imobilizado em Serviço						
Custo	12.094.707	-	95.373	(33.906)	-	12.156.174
Amortização Acumulada	(5.339.255)	-	-	21.063	(202.610)	(5.520.802)
Subtotal	6.755.452	-	95.373	(12.843)	(202.610)	6.635.372
Em Curso	927.108	243.761	(95.373)	(107.602)	-	967.894
Estudos e Projetos	52	-	-	-	-	52
<b>Total</b>	<b>7.682.612</b>	<b>243.761</b>	<b>-</b>	<b>(120.445)</b>	<b>(202.610)</b>	<b>7.603.318</b>
(-) Obrigações Vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	2.101.290	7.350	7.606	(5)	-	2.116.241
Amortização Acumulada	(795.889)	-	-	-	(31.318)	(827.207)
Subtotal	1.305.401	7.350	7.606	(5)	(31.318)	1.289.034
Em Curso	380.743	25.165	(7.606)	(8.064)	-	390.238
<b>Total Obrigações Vinculadas à concessão</b>	<b>1.686.144</b>	<b>32.515</b>	<b>-</b>	<b>(8.069)</b>	<b>(31.318)</b>	<b>1.679.272</b>
<b>Total Geral</b>	<b>5.996.468</b>	<b>211.246</b>	<b>-</b>	<b>(112.376)</b>	<b>(171.292)</b>	<b>5.924.046</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$112.376, R\$99.538 foi transferido para o contas a receber da concessão (bifurcação) e R\$12.838 referem-se a baixas operacionais realizadas no período.

## 19.3 Intangível -Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas são

Empresas	31/03/2015	31/12/2014
EMG	3,93%	3,91%
ESE	3,84%	3,77%
EPB	4,49%	4,33%
EBO	3,98%	3,88%
ENF	4,05%	3,90%
EDEV	4,15%	3,83%
EMT	3,95%	3,95%
CAIUA	4,02%	3,99%
ETO	3,77%	3,84%
EEB	3,99%	4,04%
CNEE	4,00%	4,05%
CFLO	4,41%	4,34%
EMS	4,32%	4,32%

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2015	31/12/2014
Contribuições do consumidor	1.935.101	1.997.175
Participação da União - recursos CDE	1.358.692	1.343.030
Participação do Governo do Estado	317.581	292.835
Reserva para reversão	14.725	1.721
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	162.403	105.401
( - ) Amortização acumulada	(827.207)	(795.889)
<b>Total</b>	<b>2.961.295</b>	<b>2.944.273</b>
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.282.023	1.258.129
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.289.034	1.305.401
Infraestrutura - Intangível em curso	227.835	275.342
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	162.403	105.401
<b>Total</b>	<b>2.961.295</b>	<b>2.944.273</b>

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e as participações do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão das controladas ESE e EMG, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

As controladas passaram a amortizar as obrigações especiais em: ESE (abril/2008), EMG (junho/2008), ENF (junho/2008), EBO (fevereiro/2009), EPB (agosto de 2009), CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUÁ (Maio/2008), CFLO (Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008). A partir da segunda revisão tarifária periódica as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

#### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária, sendo EMG e ENF em setembro de 2012, EBO em fevereiro de 2013, ESE em abril de 2013 e EPB em agosto de 2013, CNEE, EDEVP, CAIUÁ em Maio/2012, CFLO em Junho/2012, ETO em julho/2012, EMT e EMS em Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

Em 31 de março de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$162.403 (R\$105.401 em 31 de dezembro de 2014).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

#### Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de março de 2015, as controladas indiretas procederam ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos

intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período findo em 31 de março de 2015, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

#### 19.4 Direito de concessão - Consolidado

	31/03/2015	31/12/2014
Reconhecido por controladas (1)	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora (2)	292.228	320.580
Aquisição participação (3)	69.207	69.207
Ágio (Goodwill) (4)	-	48.777
Saldo reclassificado para ativos disponíveis para venda (4)	-	(77.129)
Amortização acumulada	(394.605)	(383.581)
<b>Subtotal</b>	<b>504.842</b>	<b>515.866</b>

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Saldo inicial	515.866	561.679
Aquisição participação	-	72.294
Saldo reclassificado para ativos disponíveis para venda	-	(77.129)
Amortização no período/exercício	(11.024)	(40.978)
<b>Saldo final</b>	<b>504.842</b>	<b>515.866</b>

#### (1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027), tomando-se por base as curvas de lucratividade projetadas. A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de março de 2015 o saldo a amortizar pela controlada é de R\$290.129 (R\$295.055 em 31 de dezembro de 2014).

#### (2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas ENF, EBO, ESE e EPB, no montante de R\$153.757 (R\$157.741 em 31 de dezembro de 2014), os quais estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para as controladas.

A Companhia adquiriu seis empresas de propósitos específicos: (i) (Renascença I, II, III e IV e Ventos do São

Miguel), detentoras de projetos eólicos localizados no município de Parazinho - RN, pelo valor de R\$25.231, deduzido da amortização acumulada de R\$1.366 (alienados em março/2015, vide nota explicativa nº 37) e; (ii) Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2014).

Os valores pagos na aquisição dos parques eólicos estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial dos mesmos iniciados em setembro de 2013.

### (3) Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias monta em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, em face de que até a data deste relatório o governo não emitiu declaração expressa sobre a renovação de concessões, já solicitadas pelas controladas, e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345.

Até 31 de março de 2015 foram amortizados cerca de R\$8.909, R\$2.114 no período.

### (4) Intangíveis ágio (goodwill)

Refere-se ao montante do ágio (goodwill) reconhecido em decorrência da diferença entre o valor justo, líquido de impostos das participações adquiridas pela controlada Energisa Bioeletricidade S/A que por ter vida útil definida, serão amortizados pelo prazo da autorização que é de 20 anos a contar de agosto de 2012, no montante de R\$46.903, deduzido das amortizações.

Em face da alienação dos projetos de geração em 31 de março de 2015, o montante relacionados aos projetos de Bioeletricidade foram baixados desta rubrica (R\$77.129).

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social - ESE
2015 e 2016	53.956	11.894
2017 e 2018	61.815	14.255
2019 e 2020	63.394	14.941
2021 e 2022	64.945	15.617
2023 e 2024	66.623	16.288
2025 e 2026	68.197	16.941
2027 em diante	125.912	8.708
<b>Total</b>	<b>504.842</b>	<b>98.644</b>

## 20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Suprimento:				
Furnas	-	-	136	136
Ampla -Cusd	-	-	1.198	783
CCEE	-	-	177.835	96.312
Contratos Bilaterais (1)	-	-	1.058.357	1.017.475
Uso de rede básica (1)	-	-	5.797	6.089
Conexão à rede (1)	-	-	694	801
Encargo de serviços no sistema (1)	-	-	24.825	11.150
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	15.255	17.583
Materiais, serviços e outros (2)	1.253	1.182	141.526	175.810
<b>Total</b>	<b>1.253</b>	<b>1.182</b>	<b>1.425.623</b>	<b>1.326.139</b>
<b>Circulante</b>	1.253	1.182	1.065.728	966.244
<b>Não Circulante</b>	-	-	359.895	359.895

- (1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

Inclui R\$403.410 de débitos com Eletrobrás, dos quais R\$351.330 encontra-se contabilizado no passivo não circulante, devidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica (EMT e EEB), referente ao repasse Itaipu. Estes débitos por estarem em atraso, foram parcelados em 60 parcelas com juros remuneratórios incidentes sobre o principal, serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela variação da taxa Selic.

- (2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

## 21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	31/03/2015	31/12/2014	
ENERGISA S/A	Em moeda nacional						
	NOTAS PROMISSÓRIAS 2ª EMISSÃO SERIE UNICA	-	-	-	-	105.640	
	Cédula de Crédito Bancário - PINE	244	40.000	-	40.244	-	
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>244</b>	<b>40.000</b>	<b>-</b>	<b>40.244</b>	<b>105.640</b>	
	Em moeda estrangeira						
	CITIBANK	2.151	-	240.428	242.579	199.797	(1)
	ABC	2.033	220.769	-	222.802	164.561	(1)
	Santander	24.001	108.593	-	132.594	109.410	(1)
	<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>28.185</b>	<b>329.362</b>	<b>240.428</b>	<b>597.975</b>	<b>473.768</b>	
	<b>Total ENERGISA S A</b>	<b>28.429</b>	<b>369.362</b>	<b>240.428</b>	<b>638.219</b>	<b>579.408</b>	
	ENERGISA SERGIPE	Em moeda nacional					
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III		151	-	15.000	15.151	15.140	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche		13	139	97	249	291	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche		46	382	1.009	1.437	1.553	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche		66	474	1.512	2.052	2.163	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche		1	41	234	276	288	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche		196	24	1.814	2.034	2.042	
Eletrobrás - Subtransmissão		113	1.692	-	1.805	2.261	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche		9	-	4.433	4.442	4.441	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FNE)		296	2.228	3.720	6.244	6.874	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FAT)		18	2.003	2.954	4.975	5.464	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200902010 (FNE)		737	2.649	11.425	14.811	15.667	
Banco ABC - repasse BNDES		493	5.030	17.482	23.005	24.354	
Banco ABC - repasse BNDES		84	212	2.356	2.652	2.813	
Banco Itaú BBA - FINAME		79	1.820	17.953	19.852	18.781	

	Banco Itaú BBA - FINEM	43	2.835	13.312	16.190	17.000	
	Nota promissória Itaú	3.194	80.000	-	83.194	80.536	
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>5.539</b>	<b>99.529</b>	<b>93.301</b>	<b>198.369</b>	<b>199.668</b>	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(154)	(434)	(588)	(626)	
	<b>Em moeda estrangeira</b>						
	Bank of America Merrill Lynch	17.526	78.898	-	96.424	79.803	(2)
	Banco Itaú BBA	1.069	1.171	161.140	163.380	134.494	(2)
	Citibank	1.145	-	151.050	152.195	133.393	(2)
	<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>19.740</b>	<b>80.069</b>	<b>312.190</b>	<b>411.999</b>	<b>347.690</b>	
	<b>Total ENERGISA SERGIPE</b>	<b>25.279</b>	<b>179.444</b>	<b>405.057</b>	<b>609.780</b>	<b>546.732</b>	
	<b>Em moeda nacional</b>						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	637	-	61.000	61.637	61.591	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	29	354	261	644	741	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	74	520	1.204	1.798	1.939	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	445	1.298	1.810	1.912	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	58	324	1.623	2.005	2.093	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	260	407	2.372	3.039	3.051	
	Eletrobrás Luz para Todos - 6ª tranche	104	865	-	969	977	
	Eletrobrás - Subtransmissão	14	4.285	-	4.299	5.830	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	6	-	-	6	-	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	13.646	-	13.646	13.646	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007/2008 (FNE)	31	9.782	11.576	21.389	23.773	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008/2009 (FNE)	10	9.039	37.411	46.460	48.019	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007/2008 (FAT)	-	2.227	3.235	5.462	6.071	
	Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	168	1.598	30.494	32.260	33.715	
	Banco BNB - repasse BNDES	34	7.794	23.030	30.858	32.793	
	Banco Itaú BBA - FINAME	186	3.771	33.747	37.704	36.546	
	Banco Itaú CCB	-	-	-	-	40.269	
	Banco Itaú CCB	268	9.700	-	9.968	-	

	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>1.946</b>	<b>64.757</b>	<b>207.251</b>	<b>273.954</b>	<b>312.966</b>	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(339)	(969)	(1.308)	(1.392)	
	<b>Em moeda estrangeira</b>						
	Banco Itaú BBA I	9.660	44.984	-	54.644	45.511	(2)
	Banco Itaú BBA II	2.493	-	193.606	196.099	161.440	(2)
	Citibank	2.718	-	143.348	146.066	106.309	(2)
	<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>14.871</b>	<b>44.984</b>	<b>336.954</b>	<b>396.809</b>	<b>313.260</b>	
	<b>Total ENERGISA PARAÍBA</b>	<b>16.817</b>	<b>109.402</b>	<b>543.236</b>	<b>669.455</b>	<b>624.834</b>	
	<b>Em moeda nacional</b>						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III(*)	150	-	15.000	15.150	15.138	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	58	1.042	1.643	2.743	3.026	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	9	14	25	27	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	344	1.326	5.218	6.888	7.243	
	Eletrobrás - Subtransmissão	8	257	576	841	911	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	-	-	2.704	
	Banco HSBC - repasse BNDES	25	511	113	649	777	
	Banco HSBC - repasse BNDES	3	255	158	416	410	
	Banco HSBC - repasse BNDES	5	319	23	347	427	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	6	451	2.184	2.641	2.755	
<b>ENERGISA MINAS GERAIS</b>	Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	4	252	1.000	1.256	1.059	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	3	188	910	1.101	1.149	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	4	298	1.441	1.743	1.818	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	1	743	-	744	930	
	Banco Itaú BBA - FINAME	61	1.504	13.885	15.450	14.130	
	Caixa Econômica Federal - FINAME	39	493	3.067	3.599	3.734	
	Banco Bradesco - CCB	1.466	12.500	-	13.966	13.566	(1)
	Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	152	3.316	8.676	12.144	14.566	
	Nota Promissória - Itaú	2.395	60.000	-	62.395	60.402	
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>4.726</b>	<b>83.464</b>	<b>53.908</b>	<b>142.098</b>	<b>144.772</b>	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(36)	(113)	(149)	(174)	
	<b>Em moeda estrangeira</b>						

	Citibank	288	-	52.771	53.059	43.983	(2)
	Bank of America Merrill Lynch	16.584	75.742	-	92.326	76.027	(2)
	Banco Itaú BBA	1.401	94.419	-	95.820	80.425	(2)
	<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>18.273</b>	<b>170.161</b>	<b>52.771</b>	<b>241.205</b>	<b>200.435</b>	
	<b>Total ENERGISA MINAS GERAIS</b>	<b>22.999</b>	<b>253.589</b>	<b>106.566</b>	<b>383.154</b>	<b>345.033</b>	
	<b>Em moeda nacional</b>						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	40	-	4.000	4.040	4.037	
	Eletrobrás - Luz para Todos 0 1ª tranche	-	45	122	167	187	
	Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	17	17	411	445	468	
	Banco HSBC - repasse BNDES	1	78	13	92	128	
	Banco HSBC - repasse BNDES	-	75	6	81	80	
	Banco HSBC - repasse BNDES	-	25	4	29	42	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	1	181	868	1.050	1.097	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	1	137	394	532	454	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	1	79	362	442	459	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	11	125	595	731	762	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES V	23	267	1.106	1.396	1.392	
<b>ENERGISA NOVA FRIBURGO</b>	Banco ITAU BBA - repasse BNDES VI	14	110	474	598	591	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	1	743	-	744	931	
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	11	160	1.369	1.540	1.408	
	Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO	16	1.402	3.160	4.578	4.831	
	Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO	39	648	1.187	1.874	1.742	
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>176</b>	<b>4.092</b>	<b>14.071</b>	<b>18.339</b>	<b>18.609</b>	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(6)	(30)	(36)	(38)	
	<b>Em moeda estrangeira</b>						
	Citibank	128	-	26.339	26.467	21.914	(2)
	Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	-	10.629	(2)
	Banco Itaú BBA I	1.718	7.673	-	9.391	8.079	(2)
	Banco Itaú BBA II	67	7.712	-	7.779	6.407	(2)
	Bond Notes Units	-	24.637	-	24.637	-	
	<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>1.913</b>	<b>40.022</b>	<b>26.339</b>	<b>68.274</b>	<b>47.029</b>	
	<b>Total ENERGISA NOVA</b>	<b>2.089</b>	<b>44.108</b>	<b>40.380</b>	<b>86.577</b>	<b>65.600</b>	

FRIBURGO						
	<b>Em moeda nacional</b>					
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	59	-	5.000	5.059	5.055
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	54	40	96	114
	Financiamento BNB - REPASSE BNDES	148	-	2.337	2.485	2.047
	Financiamento BNB - REPASSE BNDES	36	-	8.675	8.711	8.615
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FNE)	193	2.049	2.749	4.991	5.508
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200902010 (FNE)	15	522	4.962	5.499	5.784
ENERGISA BORBOREMA	Banco Itaú BBA - FINAME	16	311	3.070	3.397	3.201
	EMPRESTIMO ITAU BBA BNDES FINEM	62	252	2.838	3.152	3.206
	Cédula de Crédito Bancário	276	10.000	-	10.276	-
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>807</b>	<b>13.188</b>	<b>29.671</b>	<b>43.666</b>	<b>33.530</b>
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(26)	(60)	(86)	(93)
	<b>Em moeda estrangeira</b>					
	Bank of America Merrill Lynch	2.316	10.727	-	13.043	10.777 (2)
	Banco Itaú BBA	3.430	15.908	-	19.338	16.095 (2)
	Cédula de Crédito Bancário	-	9.396	-	9.396	-
	<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>5.746</b>	<b>36.031</b>	<b>-</b>	<b>41.777</b>	<b>26.872</b>
	<b>Total ENERGISA BORBOREMA</b>	<b>6.553</b>	<b>49.193</b>	<b>29.611</b>	<b>85.357</b>	<b>60.309</b>
	<b>Em moeda nacional</b>					
	Finep	18	940	3.344	4.302	4.603
	Banco Itaú BBA - FINAME	4	390	3.382	3.776	3.816
ENERGISA SOLUÇÕES	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>22</b>	<b>1.330</b>	<b>6.726</b>	<b>8.078</b>	<b>8.419</b>
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(6)	(17)	(23)	(24)
	<b>Total ENERGISA SOLUÇÕES</b>	<b>22</b>	<b>1.324</b>	<b>6.709</b>	<b>8.055</b>	<b>8.395</b>
	<b>Em moeda nacional</b>					
ENERGISA SOL. CONSTRUÇÕES	Banco Itaú BBA - FINAME	28	439	4.137	4.604	3.153
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>28</b>	<b>439</b>	<b>4.137</b>	<b>4.604</b>	<b>3.153</b>
	<b>Total ENERGISA SOLUÇÕES</b>	<b>28</b>	<b>439</b>	<b>4.137</b>	<b>4.604</b>	<b>3.153</b>
	<b>Em moeda nacional</b>					
SERV. AÉREOS	LEASING BRADESCO	-	391	-	391	534

	Total em moeda nacional	-	391	-	391	534	
	Total ENERGISA SERVIÇOS AÉREOS	-	391	-	391	534	
REDE ENERGIA	Em moeda nacional						
	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. (BICBANCO) Opção A	244	-	3.934	4.178	4.026	
	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (Opção A)	1.069	-	8.674	9.743	9.408	
	EMPRÉSTIMOS CREDORES "RJ" (OPÇÃO C)	-	-	3.377	3.377	3.209	
	Total em moeda nacional	1.313	-	15.985	17.298	16.643	
	Total REDE ENERGIA	1.313	-	15.985	17.298	16.643	
CAIUÁ	Em moeda nacional						
	Santander - 270626414	82	-	8.500	8.582	8.579	
	ELETOBRÁS - EFS00042/2004	7	322	161	490	564	
	HP leasing	-	10	-	10	24	
	Total em moeda nacional	89	332	8.661	9.082	9.167	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Itaú BBA	957	-	83.066	84.023	68.986	(2)
	Total em moeda estrangeira	957	-	83.066	84.023	68.986	
Total CAIUÁ	1.046	332	91.727	93.105	78.153		
ETO	Em moeda nacional						
	ELETOBRÁS	-	947	316	1.263	1.499	
	ELETOBRÁS	144	18.536	100.389	119.069	123.649	
	Banco Santander	72	-	7.867	7.939	7.929	
	Banco Santander	683	-	75.133	75.816	75.730	
	HP leasing	-	5	-	5	12	
	Total em moeda nacional	899	19.488	183.705	204.092	208.819	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(339)	(674)	(1.013)	(1.104)	
	Total ETO	899	19.149	183.031	203.079	207.715	
DENERGE	Em moeda nacional						
	FI-FGTS - (Reestruturado)	21.014	-	219.599	240.613	231.253	
	Total em moeda nacional	21.014	-	219.599	240.613	231.253	
Total DENERGE	21.014	-	219.599	240.613	231.253		
CTCE	Em moeda nacional						
	BANCO BMG S/A - Opção A	-	374	3.035	3.409	3.290	
	Total em moeda nacional	-	374	3.035	3.409	3.290	
Total CTCE	-	374	3.035	3.409	3.290		
EMS	Em moeda nacional						
	ELETOBRÁS	33	12.127	37.420	49.580	52.647	

	SAFRA	1	284	-	285	381	
	SAFRA	-	71	-	71	96	
	HP leasing	-	12	-	12	29	
	VOLKSWAGEN	-	69	-	69	246	
	Banco Itaú - Nota promissória de Crédito	-	-	-	-	105.448	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.208	-	289.821	292.029	289.820	
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>2.242</b>	<b>12.563</b>	<b>327.241</b>	<b>342.046</b>	<b>448.667</b>	
	<b>Total SEM</b>	<b>2.242</b>	<b>12.563</b>	<b>327.241</b>	<b>342.046</b>	<b>448.667</b>	
	<b>Em moeda nacional</b>						
	ELETRORBRAS	2	42.940	293.840	336.782	347.519	
	FIBRA/BTG	45	4.942	-	4.987	7.971	
	HP004365ER14V 6	-	11	-	11	27	
	Banco JP Morgan - CCB	53	14.857	17.333	32.243	35.959	
	Finame - SAFRA	-	80	7	87	107	
	Banco Santander	308	-	32.000	32.308	32.270	
EMT	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.638	-	351.415	354.053	353.871	
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>3.046</b>	<b>62.830</b>	<b>694.595</b>	<b>760.471</b>	<b>777.724</b>	
	<b>Em moeda estrangeira</b>						
	Banco Merrill Lynch	32	11.665	13.610	25.307	23.371	(1)
	Cessna Finance	8	5.046	37.092	42.146	36.195	
	<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>40</b>	<b>16.711</b>	<b>50.702</b>	<b>67.453</b>	<b>59.566</b>	
	<b>Total EMT</b>	<b>3.086</b>	<b>79.541</b>	<b>745.297</b>	<b>827.924</b>	<b>837.290</b>	
	<b>Em moeda nacional</b>						
	ELETRORBRÁS - ECF00041/2004	5	64	32	101	117	
	HP leasing	-	3	-	3	8	
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>5</b>	<b>67</b>	<b>32</b>	<b>104</b>	<b>125</b>	
	<b>Total CNEE</b>	<b>5</b>	<b>67</b>	<b>32</b>	<b>104</b>	<b>125</b>	
	<b>Em moeda nacional</b>						
	ELETRORBRÁS - ECFS0127/2005	1	64	108	173	189	
	HP leasing	-	3	-	3	7	
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>1</b>	<b>67</b>	<b>108</b>	<b>176</b>	<b>196</b>	
	<b>Em moeda estrangeira</b>						
	Itaú - 127828397	91	24.582	-	24.673	-	
	<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>91</b>	<b>24.582</b>	<b>-</b>	<b>24.673</b>	<b>-</b>	
	<b>Total CFLO</b>	<b>92</b>	<b>24.649</b>	<b>108</b>	<b>24.849</b>	<b>196</b>	
	<b>Em moeda nacional</b>						
EDEVP	ELETRORBRÁS - ECFS00040/2004	7	269	134	410	478	

	HP leasing	-	5	-	5	12	
	Total em moeda nacional	7	274	134	415	490	
	Total	7	274	134	415	490	
	Em moeda nacional						
	ELETRONBRAS EFS - 0037/2004	2	794	2.190	2.986	3.180	
	HP leasing	-	4	-	4	11	
	Total em moeda nacional	2	798	2.190	2.990	3.191	
EEB	Em moeda estrangeira						
	ABC Brasil - LA 35 030 14	147	54.838	-	54.985	45.410	(2)
	ITAU - OPERAÇÃO 4131	363	-	12.779	13.142	10.613	(2)
	Total em moeda estrangeira	510	54.838	12.779	68.127	56.023	
	Total EEB	512	55.636	14.969	71.117	59.214	
	Sub - total em moeda nacional	42.106	403.983	1.864.350	2.310.439	2.526.856	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(906)	(2.297)	(3.203)	(3.451)	
CONSOLIDADO	Total em moeda nacional	42.106	403.077	1.862.053	2.307.236	2.523.405	
	Sub - total em moeda estrangeira	90.326	796.760	1.115.229	2.002.315	1.593.629	
	Total em moeda estrangeira	90.326	796.760	1.115.229	2.002.315	1.593.629	
	TOTAL	132.432	1.199.837	2.977.282	4.309.551	4.117.034	

Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$129.320 (R\$212.251 em 31 de dezembro de 2014), registrado na rubrica “recursos vinculados” no ativo circulante consolidado.

Os financiamentos junto ao Bradesco (CCB), possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em correspondência expedida em 10 de abril de 2014, o BNDES, Banco Itaú, Bank of America e Citibank suspenderam as aplicações dos indicadores financeiros até 31 de março de 2015, seguindo o procedimento adotado pelos demais credores da Energisa.

(1) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch, Citibank e Itaú BBA possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 35).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

#### Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2015:

Empres a	Operação	Características da Operação			Pra zo Mé dio me ses	Custo da Dívida			Re f.
		Vencimen to	Periodicid ade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
	Citibank	abr/18	Semestral, após abr.2016	Aval Energisa S.A.	37	Libor	+ 1,64% a.a	21,44%	(1)
	ABC	nov/15	final	Aval Energisa S.A.	1	Dólar	+ 3,30% a.a	21,60%	
	Banco Santander	set/15	final	Aval Energisa S.A.	9	Libro	+ 2,10% a.a	21,56%	
ENERGI SA	Banco Pine	Maio/15	final	Aval Energisa S.A.	1	CDI	+ 3,50 a.a	3,69%	
ENERGI	Fundo de Investimento em Direitos	dez/20	mensal, após	Recebíveis	69	CDI	+ 0,70%	2,99%	

Empres a	Operação	Características da Operação			Pra zo Mé dio me ses	Custo da Dívida			Re f.
		Vencimen to	Periodicidad e Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
SA SERGIPE	Creditórios-Grupo Energisa III		dez.2017						
	Eletróbrás -Luz para Todos -1ª tranche	out/16	mensal	Recebíveis	19	RGR 5,0%		1,25%	
	Eletróbrás -Luz para Todos -2ª tranche	abr/18	mensal	Recebíveis	37	RGR 5,0%		1,25%	
	Eletróbrás -Luz para Todos -3ª tranche	out/19	mensal	Recebíveis	55	RGR 5,0%		1,25%	
	Eletróbrás -Luz para Todos -4ª tranche	jul/22	mensal	Recebíveis	88	RGR 5,0%		1,25%	
	Eletróbrás -Luz para Todos -5ª tranche	out/22	mensal	Recebíveis	91	RGR 5,0%		1,25%	
	Eletróbrás -Subtransmissão	mar/16	mensal	Recebíveis	12	RGR 5,0%		1,25%	
	Eletróbrás -Luz para Todos -6ª tranche	ago/26	Mensal, após ago.2016	Aval Energisa S.A.	137	pré-fixado 6,0%		1,50%	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	27	pré-fixado 8,3%		2,08%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	27	TJLP	+ 4,00%	6,50%	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago/19	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	41	pré-fixado 8,4%		2,10%	(2)
	Banco ABC - repasse BNDES I	mai/19	mensal	Aval Energisa S.A.	50	TJLP	+ de 2,2% a 4,1%	6,05% a 6,53%	
	Banco ABC - repasse BNDES II	fev/23 até fev- 2024	mensal	Aval Energisa S.A.	95	pré-fixado	De 8,10% a 9,10%	2,03% a 2,28%	
	Banco Itaú BBA -FINAME		mensal	Aval Energisa S.A.	107	pré-fixado	de 2,5% a 8,7%	0,63% a 2,18%	
	Banco BNB - repasse BNDES Finem	mar/20	mensal	Aval Energisa S.A.	60	TJLP	+ 2,90% a 3,90%	6,23% a 6,48%	
	Nota Promissória Itaú	dez/15	final	Aval Energisa S.A.	9	CDI	+ 2,00%	3,31%	
	Bank of America Merrill Lynch	set/15	final	Aval Energisa S.A.	6	Libor	+ 2,45%	21,64%	(1)
	Banco Itaú BBA	abr/18	Anual, após abr-2018	Aval Energisa S.A.	37	Dólar	+ 3,4892% a.a	21,64%	(1)
	Citibank	abr/18	final	Aval Energisa S.A.	37	Libor	+ 1,91%	21,51%	(1)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	69	CDI	+ 0,70%	2,99%		
Eletróbrás -Luz para Todos -1ª tranche	nov/16	mensal	Recebíveis	20	RGR 5,0%		1,25%		
Eletróbrás -Luz para Todos -2ª tranche	abr/18	mensal	Recebíveis	37	RGR 5,0%		1,25%		
Eletróbrás -Luz para Todos -3ª tranche	jul/19	mensal	Recebíveis	24	RGR 5,0%		1,25%		
Eletróbrás -Luz para Todos -4ª tranche	out/20	mensal	Recebíveis	79	RGR 5,0%		1,25%		
Eletróbrás -Luz para Todos -5ª tranche	jun/21	mensal	Recebíveis	75	RGR 5,0%		1,25%		
Eletróbrás -Luz para Todos - 6ª tranche	mar/22	mensal	Recebíveis	84	RGR 5,0%		1,25%		
Eletróbrás -Subtransmissão	mar/16	mensal	Recebíveis	12	RGR 5,0%		1,25%		
Eletróbrás Devolução LPT	mar/16	mensal	Recebíveis	12	Selic acumulda		0,72%		
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	15	pré-fixado 7,8%		1,95%	(2)	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun/19	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	51	pré-fixado 8,1%		2,03%	(2)	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	15	TJLP	+ 4,00%	6,50%		
Banco Itaú - repasse BNDES Finem	Até dez/23	mensal	Aval Energisa S.A.	105	TJLP	+ 3,5% a 8,90%	6,38 a 7,73%		
Banco do Nordeste - repasse BNDES	jan/19	mensal	Aval Energisa S.A.	46	TJLP	+ de 3,4% a 4,4%	6,35% a 6,6%		
Banco Itaú BBA -FINAME	até ago- 2023	mensal	Aval Energisa S.A.	101	pré-fixado de 2,5% a 10%		0,63% a 2,5%		
ENERGI SA PB	Banco Itaú BBA I	ago/15	Final	Aval Energisa	5	Dólar	+ 3,2466	21,58%	(1)

Empres a	Operação	Características da Operação			Pra zo Méd io me ses	Custo da Dívida			Re f.
		Vencimen to	Periodicidad e Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
				S.A					
	Banco Itaú BBA II	abr/18	Anual, após abr.2017	Aval Energisa S.A	37	Dólar	+ 3,49%	21,64%	(1)
	Citibank	set/17	Anual após set.2016	Aval Energisa S.A	30	Libor	+ 1,90%	21,51%	(1)
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	69	CDI	+ 0,70%	2,99%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche	ago/17	mensal	Recebíveis	29	RGR 5,0%		1,25%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche (RJ)	ago/17	mensal	Recebíveis	29	RGR 5,0%		1,25%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -2ª tranche	dez/19	mensal	Recebíveis	57	RGR 5,0%		1,25%	
	Eletrobrás Subtransmissão	fev/18	mensal	Recebíveis	35	RGR 5,0%		1,25%	
	Banco HSBC -repassé BNDES I	mai/16	mensal	Aval Energisa S.A.	14	TJLP	+ 4,30%	6,58%	
	Banco HSBC -repassé BNDES II	mai/16	mensal	Aval da Energisa S.A.	14	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	1,14%	
	Banco HSBC -repassé BNDES III	mai/16	mensal	Aval Energisa S.A.	14	TJLP	+ 3,90%	6,48%	
	Banco Itaú BBA -repassé BNDES I	jan/21	mensal	Aval Energisa S.A.	70	TJLP	+ 4,75%	6,69%	
	Banco Itaú BBA -repassé BNDES II	jan/21	mensal	Aval Energisa S.A.	70	UMBND	+ 3,75%+ juros variáveis	1,00%	
	Banco Itaú BBA -repassé BNDES III	jan/21	mensal	Aval Energisa S.A.	70	TJLP	+ 5,95%	6,99%	
	Banco Itaú BBA -repassé BNDES IV	jan/21	mensal	Aval Energisa S.A.	70	pré-fixado 5,5%		1,38%	
	Banco Itaú BBA -repassé BNDES PER	mar/16	mensal	Aval Energisa S.A.	12	pré-fixado 5,5%		1,38%	
	Banco Itaú BBA -FINAME	até abr- 2024	mensal	Aval Energisa S.A.	109	pré-fixado de 2,5% a 10%		de 0,63% a 2,5%	
	Caixa Econômica Federal -FINAME	jan/22	mensal	Aval Energisa S.A.	82	pré-fixado 8,7%		2,18%	
	Banco Bradesco - CCB	nov/15	anual	-	8	CDI + 1,25%		3,12%	
	Banco Itaú BBA BNDES Finem	dez/23	mensal	Aval Energisa S.A.	105	TJLP + 2,25% a 4,15%		de 6,06% a 6,54%	
	Nota Promissória Itaú	jun/15	final	Aval Energisa S.A	3	CDI	+ 2,00%	3,31%	
	Citibank	set/17	final	Aval Energisa S.A	30	libor + 1,36%		21,37%	(1)
	Bank of America Merrill Lynch	jun/15	final	Aval Energisa S.A	3	libor + 2,0%		21,53%	(1)
<b>ENERGI SA MG</b>	Banco Itaú BBA	set/15	final	Aval Energisa S.A	6	Dólar	+ 2,95%	21,51%	(1)
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	69	CDI	+ 0,70%	2,99%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche	ago/17	mensal	Recebíveis	29	RGR 5,0%		1,25%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	mai/19	mensal, após jun.2014	-	51	RGR 5,0%		1,25%	
	Banco HSBC -repassé BNDES I	abr/16	mensal	Aval Energisa S.A.	13	TJLP	+ 4,30%	6,58%	
	Banco HSBC -repassé BNDES II	abr/16	mensal	Aval Energisa S.A.	13	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	1,14%,	
	Banco HSBC -repassé BNDES III	abr/16	mensal	Aval Energisa S.A.	13	TJLP	+ 3,90%	6,48%	
	Banco Itaú BBA -repassé BNDES I	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	69	TJLP	+ 4,75%	6,69%	
	Banco Itaú BBA -repassé BNDES II	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	69	UMBND	+ 3,75% + juros variáveis	1,00%	
	Banco Itaú BBA -repassé BNDES III	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	69	TJLP	+ 5,95%	6,99%	
	Banco Itaú BBA -repassé BNDES IV	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	69	pré-fixado 5,5%		1,38%	
	Banco Itaú BBA -repassé BNDES V	abr/21	mensal	Aval Energisa S.A.	73	TJLP	+ 8,10%	7,53%	
	Banco Itaú BBA -repassé BNDES VI	abr/21	mensal	Aval Energisa S.A.	73	SELIC	+ 3,10%	3,65%	
<b>ENERGI SA NF</b>	Banco Itaú BBA -repassé BNDES PER	mar/16	mensal	Aval Energisa S.A.	12	pré-fixado 5,5%		1,38%	

Empres a	Operação	Características da Operação			Pra zo Mé dio me ses	Custo da Dívida			Re f.
		Vencimen to	Periodicidad e Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até nov-2024	mensal	Aval Energisa S.A.	116	pré-fixado de 2,5% a 5,5%		0,63 a 1,38%	
	Banco Itaú BBA - BNDES Automático I	jun/18	mensal	Aval Energisa S.A.	39	TJLP	+ 4,65%	6,66%	
	Banco Itaú BBA -BNDES Automático II	jun/18	mensal	Aval Energisa S.A.	39	UMBND	+ 3,65%	0,97%	
	Citibank	set/17	final	Aval Energisa S.A.	30	Libor	+ 2,25%	21,59%	(1)
	Bank of America Merrill Lynch	mar/16	final	Aval Energisa S.A.	12	Dólar	+ 2,45%	21,38%	
	Banco Itaú BBA I	ago/15	final	Aval Energisa S.A.	5	Dólar	+ 3,25%	21,58%	(1)
	Banco Itaú BBA II	dez/15	final	Aval Energisa S.A.	9	Dólar	+ 3,25%	21,58%	(1)
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	69	CDI	+ 0,70%	2,99%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche	nov/16	mensal	Recebíveis	20	RGR 5,0%		1,25%	
	Financiamento BNB - repasse BNDES I	mar/23	Mensal - após abr-2017	Aval Energisa S.A.	96	UMBND	+ 3,90%	1,04%	
	Financiamento BNB - repasse BNDES II	mar/23	Mensal - após abr-2017	Aval Energisa S.A.	96	TJLP	+ 3,90%	6,48%	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	27	pré-fixado 7,5%		1,88%	(2)
	Banco do Nordeste Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago/19	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	53	pré-fixado 7,5%		1,88%	(2)
	Banco Itaú BBA -FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	71	pré-fixado de 4,5% a 5,5%		1,13% a 1,38%	
	Banco Itaú BBA -FINEM	abr/21	mensal	Aval Energisa S.A.	61	TJLP	+ de 3,81% a 8,10%	6,45% a 2,03%	
	Bank of America Merrill Lynch	fev/16	final	Aval Energisa S.A.	11	Libor	+ 2,45%	21,64%	
ENERGI SA BO	Banco Itaú BBA	ago/15	Final	Aval Energisa S.A.	5	Dólar + 3,2466%		21,58%	(1)
ENERGI SA SOLUÇÕ ES	FINEP	out/18	mensal	Fiança Energisa S.A.	23	pré-fixado 8,0%		2,00%	
	Banco Itaú BBA FINAME	até fev-2024	Mensal	Aval Energisa S.A.	54	pré-fixado de 2,5% a 6,0%		0,63% a 1,5%	
ENERGI SA SOLUÇÕ ES CONSTR UÇÕES	Banco Itaú BBA FINAME	até nov-2024	Mensal	Aval Energisa S.A.	54	pré-fixado 6,0%		1,50%	
ENERGI SA SERV. AÉREOS	Leasing bradesco	dez/15	mensal	Alienação Fiduciária	9	CDI		2,81%	
REDE ENERGI A	Banco industrial e comercial s.a. (bicbanco)	jul/36	Mensal	Recebíveis	256	IPCA	+ 1,05% a.a	4,09%	
	Banco do nordeste do brasil s.a.	jul/36	Mensal	Recebíveis	256	IPCA	+ 1,05% a.a	4,09%	
	Banco Santander	jun/19	Mensal	Recebíveis + Aval	51	CDI	2,28% a.a	3,38%	
	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	14	UFIR	6,0% a.a	1,5%	
	HP Leasing	mai/15	Mensal	Aval	2	CDI	3,72% a.a	3,74%	
	Itaú BBA	nov/17	Mensal	Aval	32	Dólar	+ 2,25 %	21,33%	
	Eletrobrás II	Jun/16 a abr/22	Mensal	Recebíveis	34	UFIR	De 6,0 a 6,50%a.a	1,63%	
	Banco Santander	jun/19	mensal	Recebíveis	51	CDI	2,28% a.a	3,38%	
	Banco Santander	jun/19	mensal	Recebíveis	51	CDI	2,28% a.a	3,38%	
CAIUÁ	HP Leasing	mai/15	mensal	Aval	2	CDI	0% a.a	2,81%	
DENERG E	FI-FGTS - (Reestruturado)	jul/36	mensal		259	TR	4,0% a.a	1,23%	
CTCE	Banco BMG	jul/36	mensal		259				
	Eletrobrás	jun/15 a mai/22	trimestral	-	21	-	6,0 a 8,0% a.a	1,5% a 2,0%	
	Safra finame I	Nov/15 a mar/16	mensal	Alienação fiduciária	4	PRÉ	8,0% a.a	2%	
EMS	Safra finame II	nov/15 a mar/16	mensal	Alienação fiduciária	6	TJLP	5,7% a.a	6,64%	

Empres a	Operação	Características da Operação			Pra zo Mé dio me ses	Custo da Dívida			Re f.
		Vencimen to	Periodicid ad e Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
	HP Leasing	mai/15	final	Aval	1	CDI	2,94% a.a	3,55%	
	Volkswagen - leasing	Mar/15 a mai/15	mensal	Alienação fiduciária	1	PRE	11,88% a.a	2,97%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	out/34	mensal	Recebíveis	234	TR	8,0% a.a	2,23%	
	Eletrobrás	até ago/22	Trimestral	-	89	PRÉ	6,0 a 8,0% a.a	1,50% a 2,0% a.a	
	Banco Fibra/BTG	ago/15	Mensal	Cessão Sub- rogação CCC	5	CDI	4,43% a.a	3,92%	
	HP leasing	abr/15	Mensal	Aval	1	CDI	0% a.a	2,81%	
	Banco JP Morgan -	mai/17	Mensal	Recebíveis	26	CDI	2,0% a.a	3,31%	
	Finame - SAFRA	abr/16	Mensal	-	13	TJLP	3,9 a 6,5% a.a	6,48% a 7,13%	
	Banco Santander	jun/17	Mensal	Recebíveis+Ava l	27	CDI	2,8% a.a	2,81%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	out/34	mensal	Recebíveis	234	TR	8,0% a.a	2,23%	
	Banco Merryl Lynch	mai/17	mensal	Fiança	26	CDI	2,0% a.a	3,31%	
				Depósito Caução	66	PRÉ	6,75% a.a	1,69%	
<b>EMT</b>	Cessna Finance	set/20	trimestral		66	PRÉ	6,75% a.a	1,69%	
	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	18	UFIR	6,0% a.a	1,50%	
<b>CNEE</b>	HP leasing	mai/15	Mensal	Aval	2	CDI	3,72% a.a	3,74%	
		jun/16 a jul/18	Mensal	Recebíveis	22	UFIR	6,0% a.a	1,50%	
<b>CFLO</b>	HP leasing	mai/15	Mensal	Aval	2	CDI	0% a.a	2,81%	
	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	18	UFIR	6,0% a.a	1,50%	
<b>EDEVP</b>	HP leasing	mai/15	Mensal	Aval	2	CDI	3,72% a.a	3,74%	
		de set/16 a jul/22	Mensal	Recebíveis	57	UFIR	6,0% a.a	1,50%	
	HP leasing	mai/15	Mensal	Aval	2	CDI	3,72% a.a	3,74%	
	Banco ABC Brasil	set/15	Mensal	Aval	6	Dólar	+ 2,62%	21,43%	
<b>EEB</b>	Banco Itaú	nov/17	Mensal	Aval	32	Dólar	+ 3,40%	21,62%	

1 - Possui Swap

2 - Considera bônus de adimplemento de 25% e 15% sobre juros para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2015	31/12/2014
US\$ x R\$	20,77%	13,39%
TJLP	5,50%	5,00%
SELIC	2,87%	10,90%
CDI	2,81%	10,81%
IPCA	3,83%	6,41%
IGP-M	2,02%	3,67%
LIBOR	0,26%	0,23%
UMBNN	0,06%	0,05%
TR	0,23%	0,86%

Em 31 de março de 2015, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2016	80.143	316.105
2017	80.143	759.363
2018	80.142	671.169
2019	-	211.519
Após 2019	-	1.019.126
<b>Total</b>	<b>240.428</b>	<b>2.977.282</b>

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
<b>Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013</b>	<b>579.408</b>	<b>176.513</b>	<b>4.117.034</b>	<b>2.104.076</b>
Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014		-	-	2.856.794
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	165.000	440.000	260.432	1.466.527
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	105.959	89.286	420.407	466.569
Pagamento de principal	(205.000)	(29.946)	(463.082)	(1.623.777)
Pagamento de juros	(7.148)	(96.445)	(25.240)	(286.356)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda (*)	-	-	-	(866.799)
<b>Saldos em 31/03/2015 e 31/12/2014</b>	<b>638.219</b>	<b>579.408</b>	<b>4.309.551</b>	<b>4.117.034</b>
<b>Circulante</b>	<b>397.791</b>	<b>380.193</b>	<b>1.332.269</b>	<b>1.275.949</b>
<b>Não circulante</b>	<b>240.428</b>	<b>199.215</b>	<b>2.977.282</b>	<b>2.841.085</b>

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos/exercícios subsequentes é como segue:

Empresas	Contratos	31/03/2015	31/12/2016	31/12/2017 em diante	Total
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	18	25	99	142
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	23	30	15	68
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	19	25	12	56
	Banco ABC Repasse BNDES	14	18	43	75
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	41	56	150	247
<b>ESE</b>		<b>115</b>	<b>154</b>	<b>319</b>	<b>588</b>
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	73	97	387	557
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	83	110	55	248
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	21	28	13	62
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	78	104	260	442
<b>EPB</b>		<b>255</b>	<b>339</b>	<b>715</b>	<b>1.309</b>
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	18	24	95	137
	Banco ITAU BBA -BNDES FINEM	12	-	-	12
<b>EMG</b>		<b>30</b>	<b>24</b>	<b>95</b>	<b>149</b>
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	5	6	26	37
<b>ENF</b>		<b>5</b>	<b>6</b>	<b>26</b>	<b>37</b>
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	6	8	30	44
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	14	19	9	42
<b>EBO</b>		<b>20</b>	<b>27</b>	<b>39</b>	<b>86</b>
	Finep	5	6	11	22
<b>ESOL</b>		<b>5</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>22</b>
	Banco Santander	254	338	420	1.012
<b>ETO</b>		<b>254</b>	<b>338</b>	<b>420</b>	<b>1.012</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>684</b>	<b>894</b>	<b>1.625</b>	<b>3.203</b>

## 22 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características:

	Controladora				Total
	3ª Emissão	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	6ª Emissão	
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão	1/4/2008	15/7/2012	15/7/2012	1/3/2014	
Data de vencimento	1/4/2014	15/7/2017	15/7/2019	1/3/2016	
Garantia	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	
Rendimentos	CDI + 1,1% a.a	CDI + 1,3% a.a	CDI + 1,55% a.a	CDI + 2,34% a.a	
TIR (taxa efetiva de juros)	13,83%	13,83%	13,83%	13,83%	
Quantidade de títulos	15.000	12.857	27.143	150.000	
Valor na data de emissão	150.000	128.570	271.430	1.500.000	
Títulos em circulação	15.000	12.857	27.143	150.000	
Carência de Juros	6 meses	6 meses	12 meses	12 meses	
Amortizações/parcelas	5 semestrais	2 anuais	2 anuais	2 anuais	
<b>Saldos em 31/03/2015</b>	-	<b>131.585</b>	<b>347.274</b>	<b>1.718.198</b>	<b>2.197.057</b>
Circulante	-	3.373	21.271	1.718.198	1.742.842
Não circulante	-	128.212	326.003	-	454.215
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	-	<b>135.818</b>	<b>327.704</b>	<b>1.660.594</b>	<b>2.124.116</b>
Circulante	-	7.674	56.600	661.810	726.084
Não circulante	-	128.144	271.104	998.784	1.398.032

	Controladora Total	Controlada EMG	Controlada EPB	Controlada ESE		Subtotal Consolidado
		7ª Emissão	1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	
Tipo de emissão		Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão		15/12/2009	15/12/2009	15/12/2009	30/10/2013	
Data de vencimento		15/12/2014	15/12/2014	15/12/2014	30/10/2019	
Garantia		Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	
Rendimentos		CDI + 1,1% a.a	CDI + 1,3% a.a	CDI + 1,55% a.a	115,5% do CDI	
TIR (taxa efetiva de juros)		11,92%	11,92%	11,92%		
Quantidade de títulos		60.000	80.000	60.000	60	
Valor na data de emissão		60.000	80.000	60.000	60.000	
Títulos em circulação		60.000	80.000	60.000	60	
Carência de Juros		6 meses	6 meses	6 meses	24 meses	
Amortizações/parcelas		Final	Final	Final	5 anuais	
<b>Saldos em 31/03/2015</b>	<b>2.197.057</b>	-	-	-	<b>70.978</b>	<b>2.268.035</b>
Circulante	1.742.842	-	-	-	22.978	1.765.820
Não circulante	454.215	-	-	-	48.000	502.215
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>2.124.116</b>	-	-	-	<b>68.746</b>	<b>2.192.862</b>
Circulante	726.084	-	-	-	8.746	734.830
Não circulante	1.398.032	-	-	-	60.000	1.458.032

	Subtotal	Controlada Rede Energia	Controlada EMT		Controlada EMS	Controlada ETO	Total consolidado
		4ª Emissão	2ª Emissão	5ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	
Tipo de emissão		Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão		22/12/2009	15/4/2010	15/5/2014	31/5/2014	31/5/2014	
Data de vencimento		22/12/2014	15/5/2017	17/5/2021	30/5/2021	30/5/2019	
Garantia		Quirografária	Flutuante	Flutuante	Quirografária	Quirografária	
Rendimentos		CDI + 3,40%	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15%	CDI + 2,28%	CDI + 2,28% a.a.	CDI + 2,28% a.a.	
TIR (taxa efetiva de juros)		14,37%	1ª Serie 13,6% a.a - 2ª a 13ª Séries 15,7%	13,09%	13,09%	13,09%	
Quantidade de títulos		370.000	250	45.000	40.000	5.000	
Valor na data de emissão		370.000	250.000	450.000	400.000	50.000	
Títulos em circulação		-	250	45.000	40.000	5.000	
Carência de Juros		6 meses	6 meses	24 meses	2 anos	2 anos	
Data de repactuação		-	1/8/2012	-	-	-	
Amortizações/ parcela		Semestral	Mensal	Mensal após a carência	semestral	Mensal 30/06/16	
Saldos em 31/03/ 2015	<b>2.268.035</b>	<b>36.212</b>	<b>36.262</b>	<b>469.261</b>	<b>415.033</b>	<b>51.747</b>	<b>3.276.550</b>
Circulante	1.765.820	1.835	36.262	21.722	17.218	1.970	1.844.827
Não circulante	502.215	34.377		447.539	397.815	49.777	1.431.723
Saldos em 31/12/ 2014	<b>2.192.862</b>	<b>34.928</b>	<b>40.431</b>	<b>453.324</b>	<b>401.892</b>	<b>50.041</b>	<b>3.173.478</b>
Circulante	734.830	1.012	40.431	6.017	4.281	297	786.868
Não circulante	1.458.032	33.916		447.307	397.611	49.744	2.386.610

(\*) Deduzido de R\$12.651 (R\$7.191 em 31 de dezembro de 2014) referentes aos custos de captação.

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de IPCA + 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$296.179 de ajuste a valor presente.

As debêntures da controlada EMT possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2015, as exigências contratuais não foram cumpridas para a 2ª emissão, entretanto a Companhia possui waiver que tem validade para até 31 de março de 2015.

Em 31 de março de 2015 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	64.106	187.951
2017	64.106	265.698
2018	163.002	364.594
2019	163.001	613.480
<b>Total</b>	<b>454.215</b>	<b>1.431.723</b>

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

31/03/2015							
	Controladora			EMT	ETO	EMS	Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	6ª Emissão	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	
Exercício 2015	202	68	3.648	713	-	609	5.240
Exercício 2016	269	91	1.216	950	135	812	3.473
Após 2016	156	235	-	1.748	223	1.576	3.938
	<b>627</b>	<b>394</b>	<b>4.864</b>	<b>3.411</b>	<b>358</b>	<b>2.997</b>	<b>12.651</b>

31/12/2014							
	Controladora			EMT	ETO	EMS	Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	6ª Emissão	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	
Exercício 2015	-	-	4.864	954	-	778	6.596
Exercício 2016	347	-	1.216	314	76	282	2.235
Após 2016	347	417	-	2.379	314	2.138	5.595
	<b>694</b>	<b>417</b>	<b>6.080</b>	<b>3.647</b>	<b>390</b>	<b>3.198</b>	<b>14.426</b>

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Saldo em 31/12/2014 e 31/12/2013	2.124.116	467.797	3.173.478	728.990
Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014	-	-	-	328.219
Novas debêntures obtidas	-	1.495.146	-	2.514.300
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	81.674	203.742	120.655	327.227
Pagamento de principal	-	(32.952)	(8.851)	(567.946)
Pagamento de juros	(8.733)	(9.617)	(8.732)	(32.140)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda (*)	-	-	-	(125.172)
<b>Saldo em 31/03/2015 e 31/12/2014</b>	<b>2.197.057</b>	<b>2.124.116</b>	<b>3.276.550</b>	<b>3.173.478</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.742.842</b>	<b>726.084</b>	<b>1.844.827</b>	<b>786.866</b>
<b>Não circulante</b>	<b>454.215</b>	<b>1.398.032</b>	<b>1.431.723</b>	<b>2.386.612</b>

## 23 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
ICMS	-	-	288.704	222.654
Encargos Sociais	243	314	16.089	17.083
IRPJ	-	50.779	63.419	101.949
CSSL	-	25.692	38.294	47.610
PIS/COFINS	588	707	152.655	101.591
IOF	1.038	1	1.808	691
IRRF	547	486	5.448	6.962
Outros	181	2.540	6.040	11.678
<b>Total</b>	<b>2.597</b>	<b>80.519</b>	<b>572.457</b>	<b>510.218</b>
Circulante	2.597	80.519	489.552	434.254
Não Circulante (1)	-	-	82.905	75.964

(1) Refere-se basicamente a tributos com exigibilidades suspensa.

## 24 Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos estaduais e federais, com os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices adotados por cada UF:

Descrição	ESE	EMT	REDE SUL	31/03/2015	31/12/2014
LEI 11.941	-	-	-	-	726
INSS	-	-	-	-	529
PIS	273	-	-	273	303
COFINS	3.801	-	2.452	6.253	6.769
CSSL	26	-	-	26	28
IRRF	4	-	-	4	6
ICMS	-	5.071	97.138	102.209	105.202
<b>TOTAL</b>	<b>4.104</b>	<b>5.071</b>	<b>99.590</b>	<b>108.765</b>	<b>113.563</b>
Circulante	2.052	2.341	16.882	21.275	22.851
Não Circulante	2.052	2.730	82.708	87.490	90.712

Posição em 31 de março de 2015:

	Valor original	Multa	Juros	Total
PIS	102	6	165	273
COFINS	3.426	249	2.578	6.253
CSLL	6	1	19	26
ICMS	76.360	8.101	17.748	102.209
IRRF	1	-	3	4
<b>TOTAL</b>	<b>79.895</b>	<b>8.357</b>	<b>20.513</b>	<b>108.765</b>

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	31/03/2015	31/12/2014
2015	15.817	19.306
2016	21.769	18.877
2017	15.276	15.291
Após	55.903	60.089
<b>Total</b>	<b>108.765</b>	<b>113.563</b>
Circulante	21.275	22.851
Não circulante	87.490	90.712

## 25 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - consolidado

Risco provável - composição e movimentações

	Saldo inicial 31/12/2014	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Amortização valor justo	Saldo Final 31/03/2015
Trabalhistas	201.786	16.151	(15.504)	2.696	(6.563)	198.566
Cíveis	367.270	24.913	(33.296)	6.987	(5.103)	360.771
Fiscais	60.058	1.040	(2.545)	1.590	-	60.143
<b>Total</b>	<b>629.114</b>	<b>42.104</b>	<b>(51.345)</b>	<b>11.273</b>	<b>(11.666)</b>	<b>619.480</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)	(115.014)					(107.553)

(\*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$181.038 (R\$163.318 em 31 de dezembro de 2014). Desse total, R\$73.485 (R\$48.304 em 31 de dezembro de 2014) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No período foram pagos no consolidado o montante de R\$53.916 (R\$39.116 em 2014) sendo de indenizações trabalhistas R\$27.139 (R\$27.364 em 31 de dezembro de 2014) e de indenizações cíveis R\$26.777 (R\$11.751 em 31 de dezembro de 2014).

### Perdas prováveis - consolidado

- **Trabalhistas**

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

- **Fiscais**

Referem-se a discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável para as controladas diretas e indiretas.

### Perdas possíveis - Consolidado

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$2.200.213 (R\$1.927.780 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Apresentam-se, a seguir, as ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$158.009 (R\$129.202 em 31 de dezembro de 2014), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos

decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia e pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$1.254.370 (R\$922.354 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa; bem como as ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$787.834 (R\$882.087 em 31 de dezembro de 2014), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Os processos administrativos da controlada indireta EMT, alcançados pela Lei da Copa (Lei Estadual 9.165/2009 - com as alterações da Lei Estadual 9.746/2012), também foram classificados como de perda possível, tendo em vista que foram inseridos no programa que autorizou a conversão de débito em investimento em infraestrutura energética necessária à realização da Copa do Mundo em 2014.

## 26 Taxas regulamentares - consolidado

	31/03/2015	31/12/2014
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	73.289	73.625
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	78.303	125.132
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	71.962	114.996
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	139.045	155.113
<b>Total</b>	<b>362.599</b>	<b>468.866</b>
Circulante	185.376	291.281
Não circulante	177.223	177.585

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parceladas, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT, ETO, CFLO, CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros remuneratórios incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os juros estão sendo calculados pela variação da taxa Selic.

## 27 Patrimônio líquido

### 27.1 Capital Social

O capital social é de R\$1.010.000 (R\$1.010.000 em 31 de dezembro de 2014), representando 1.245.690.889 ações nominativas, sendo 592.714.397 ações ordinárias e 652.976.492 ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units é de 155.880.012.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em premio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais.

A Companhia mantém em tesouraria para cancelamento e/ou alienação 4.368.045 (4.368.045 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias e 17.529.630 (17.529.630 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais. O montante convertido em Units é de 4.368.045. O valor mercado dessas ações em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$52.553 (R\$60.189 em 31 de dezembro de 2014).

### 27.2 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			31/03/2015	31/03/2014
EPB	SUDENE	197/2012	16.948	6.344
ESE	SUDENE	205/2012	13.634	2.088
EBO	SUDENE	206/2012	1.219	58
EMT	SUDAM	114/2014	647	
ETO (1)	SUDAM	113/2014	-	
<b>Total</b>			<b>32.448</b>	<b>8.490</b>

(1) A controlada ETO, muito embora tenha obtido o deferimento de seu pedido junto a SUDAM, está aguardando a aprovação pela Receita Federal do Brasil.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e serão destinados a reserva de incentivo fiscais nas controladas.

### 27.3 Dividendos

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

## 28 Receita operacional

---

### 28.1 Receita operacional bruta - controladora

	31/03/2015	31/03/2014
<b>Receita operacional</b>		
Serviços especializados (*)	15.609	15.903
Deduções a receita operacional		
PIS	(258)	(262)
COFINS	(1.186)	(1.209)
ISS	(314)	(311)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>13.851</b>	<b>14.121</b>

(\*) Referem-se aos serviços administrativos prestados a controladas.

## 28.2 Receita operacional bruta - consolidada

	31/03/2015			31/03/2014		
	Informação não revisado pelos auditores independentes		R\$ (*)	Informação não revisado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	5.083.580	2.576.553	1.397.140	2.220.161	893.373	394.502
Industrial	67.275	944.422	488.544	12.414	343.172	102.872
Comercial	462.365	1.447.090	790.275	191.267	441.820	191.055
Rural	582.436	606.181	312.846	216.979	157.000	50.762
Poder Público:						
Federal	10.514	87.689	41.265	947	28.276	14.343
Estadual	15.828	129.044	57.820	8.673	42.584	15.595
Municipal	34.660	104.541	60.724	17.042	41.147	11.422
Iluminação Pública	6.024	333.844	89.343	1.690	125.343	27.926
Serviço Público	7.049	261.687	107.689	2.961	131.544	30.781
Consumo Próprio	1.308	9.220	-	468	3.172	-
<b>Subtotal</b>	<b>6.271.039</b>	<b>6.500.271</b>	<b>3.345.646</b>	<b>2.672.602</b>	<b>2.207.431</b>	<b>839.258</b>
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	16.741	-	-	12.694
Suprimento	2	417.260	124.974	2	58.865	8.509
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(98.465)	102.008	-	(84.534)	(21.099)
Venda de energia a cons. livres comercialização	-	447.572	95.113	-	431.285	96.533
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	235	-	95.978	71	-	24.999
Serviços especializados	-	-	20.942	-	-	10.658
Receita de Construção (1)	-	-	209.951	-	-	61.315
Ativos e passivos regulatórios (2)	-	-	(829)	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	68.830	-	-	5.805
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>6.271.276</b>	<b>7.266.638</b>	<b>4.079.354</b>	<b>2.672.675</b>	<b>2.613.047</b>	<b>1.038.672</b>
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	713.821	-	-	185.961
PIS	-	-	63.919	-	-	16.511
COFINS	-	-	294.160	-	-	76.055
ISS	-	-	1.404	-	-	965
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	12.004	-	-	2.931
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	144.811	-	-	3.054
Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	14.661	-	-	4.391
Excedentes Bandeiras Tarifárias	-	-	56.499	-	-	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	12.004	-	-	2.931
<b>Total das Deduções</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.313.283</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>292.799</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>6.271.276</b>	<b>7.266.638</b>	<b>2.766.071</b>	<b>2.672.675</b>	<b>2.613.047</b>	<b>745.873</b>

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no período findo em 31 de março de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.

## 29 Custo de Energia Elétrica comprada para revenda-consolidado

	MWH (2)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Energia de Itaipu - Binacional	783.120	71.300	343.875	9.381
Energia de leilão	2.979.068	907.200	612.468	169.161
Energia bilateral	2.481.058	420.100	465.881	165.224
Cotas de Angra REN 530/12	237.812	84.100	32.082	12.731
Energia de curto prazo - CCEE	312.137	249.400	243.013	216.357
Cotas Garantia Física-Res. Homologação ANEEL 1410 - Anexo I	1.510.489	751.400	46.896	23.642
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	142.562	47.800	39.775	13.228
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	-	(146.363)	(176.211)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(133.801)	(37.743)
<b>Total</b>	<b>8.446.246</b>	<b>2.531.300</b>	<b>1.503.826</b>	<b>395.770</b>

(1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado -CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

(2) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

No final de março de 2015 a Aneel através do Despacho nº 773 homologou os valores do ressarcimento pela exposição térmica referente aos meses de novembro e dezembro de 2014, que segue:

Meses	Despacho	EMG	EPB	ESE	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Março	Despacho nº 773 de 27 de março de 2015	11.534	25.742	25.958	7.594	8.124	35.437	14.273	17.701	146.363

Os valores referentes ao Despacho já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado do período pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles incidem os encargos de PIS e COFINS.

## 30 Cobertura de seguros

A Energisa e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária	Controladora	Consolidado
			31/03/2015 e 31/12/2014	31/03/2015 e 31/12/2014
Riscos operacionais	23/10/2015	90.000	31	1.918
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	50.600	13	3.842
Automóveis -Danos Materiais e Corporais a terceiros	23/10/2015	Até R\$360 mil/veículo	13	1.300
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	04/10/2015	10.000	-	127
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2015	521	-	5
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2015	129.365	-	263
Compreensivo Empresarial	26/09/2015	620	-	5
Vida em Grupo -Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2015	91.062	158	2.155
Transportes	30/11/2015	Ate 2.000 transporte	-	175
			<b>215</b>	<b>9.790</b>

### Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

### Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporal causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

### Multirrisco

Garante cobertura securitária no caso de prejuízos decorrentes dos riscos causados a prédio, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas do segurado.

### Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V -Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

Seguros de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e Multiline para as PCHs do Rio Grande de responsabilidade da controlada Energisa Geração Rio Grande.

Estes seguros são contratados esporadicamente, de acordo com o programa de construção de PCHs do segurado, com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros.

## Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

### 31 Arrendamento mercantil - consolidado

A Companhia e suas controladas possuem arrendamento mercantil no montante de R\$42.547 (R\$35.925 em 31 de dezembro de 2014) referente a veículos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

No período findo em 31 de março de 2015, a Companhia e suas controladas, em atendimento ao CPC-06, reconheceram os montantes de R\$1.645 no consolidado, como despesa de depreciação e de R\$692 no consolidado como despesa financeira.

### 32 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora				
	31/03/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalente de caixa	792.999	792.999	50.249	50.249
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	508.136	508.136	6.046	6.046
Clientes, consumidores e concessionárias	5.679	5.679	5.158	5.158
Instrumentos financeiros derivativos	117.850	117.850	74.361	74.361
Créditos com partes relacionadas	735.359	735.359	760.728	760.728
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	1.253	1.253	1.182	1.182
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2.835.276	2.835.276	2.703.524	2.681.385
Créditos com partes relacionadas	202.603	202.603	144.018	144.018

Consolidado				
	31/03/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalente de caixa	1.311.885	1.311.885	576.072	576.072
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.333.291	1.333.291	1.048.557	1.048.557
Clientes, consumidores e concessionárias	1.890.226	1.890.226	1.541.985	1.541.985
Títulos de créditos a receber e outros	95.957	95.957	108.543	108.543
Contas a receber da concessão	3.154.891	3.154.891	3.024.053	3.024.053
Ativos regulatórios	1.133.617	1.133.617	1.008.801	1.008.801
Instrumentos financeiros derivativos	315.277	315.277	217.103	217.103

	31/03/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	1.065.728	1.065.728	1.326.139	1.326.139
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	7.586.101	7.586.101	7.290.512	7.268.373
Passivos regulatórios	758.619	758.619	654.980	654.980
Instrumento financeiro - MTM (*)	331.853	331.853	328.231	328.231

(\*) A controlada EEVP possui contrato que configura opção de venda de ações e inclui um instrumento de características semelhantes a de um derivativo.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão identificadas a seguir:

#### Não derivativos - classificação e mensuração

##### Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão, ativos regulatórios. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

##### Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

##### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

### Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras e a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Parques Eólicos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, BDMG, Finep e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esses 5ª e 6ª emissão de debêntures da controladora, 1ª emissão de debêntures (ETO), 7ª emissão de debêntures (EMS) e a 2ª e 5ª emissão de debêntures (EMT). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses, o FIDC (III e IV), as notas promissórias da controladora e da EMS, a 3ª emissão de Debêntures (ESE) e a 1ª emissão da Tangará, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

### Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista a cada dois anos e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na

gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Dívida (a)	7.586.101	7.290.512
Caixa e equivalentes de caixa	(1.311.885)	(576.072)
Dívida líquida	6.274.216	6.714.440
Patrimônio líquido (b)	2.151.517	1.882.939
Índice de endividamento líquido	2,92	3,57

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

#### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)/meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.253	-	-	-	-	1.253
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	14,9%	1.670.498	559.461	427.174	552.613	-	3.209.746
<b>Total</b>		<b>1.671.751</b>	<b>559.461</b>	<b>427.174</b>	<b>552.613</b>	-	<b>3.210.999</b>

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)/meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.066.001	-	-	-	359.895	1.425.896
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	12,9%	2.456.666	1.038.339	2.615.351	2.022.796	3.684.577	11.817.729
<b>Total</b>		<b>3.522.667</b>	<b>1.038.339</b>	<b>2.615.351</b>	<b>2.022.796</b>	<b>4.044.472</b>	<b>13.243.625</b>

#### Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalente de caixa	792.999	50.249	1.311.885	576.072
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	508.136	6.046	1.333.291	1.048.557
Clientes, consumidores e concessionárias	5.679	5.158	1.890.226	1.541.985
Títulos de créditos a receber e outros	-	-	95.957	108.543
Contas a receber da concessão	-	-	3.154.891	3.024.053
Ativos regulatórios	-	-	1.133.617	1.008.801
Instrumentos financeiros derivativos	117.850	74.361	315.258	217.103

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nºs 6, 7, 8, 11, 16 e 32.

### b) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2015, com alta de 20,77% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,2080/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2015 era de 21,86%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2015, de R\$7.586.101 (R\$7.290.512 em 31 de dezembro de 2014), R\$2.002.315 (R\$1.593.629 em 31 de dezembro de 2014) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. Desse montante, apenas 2% não possui proteção contra variação cambial adversa por se tratar de uma operação de leasing cujo preço do ativo é denominado em dólar.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em 27 de Fevereiro de 2019) e custo máximo de US\$ mais 4,5% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de março de 2015 apresenta no ativo circulante R\$77.620 e no ativo não circulante, R\$40.230 (R\$74.361 em 31 de dezembro de 2014) na controladora, R\$197.947 (R\$59.705 em 31 de dezembro de 2014) no ativo circulante, R\$117.330 (R\$157.398 em 31 de dezembro de 2014) no ativo

não circulante e R\$19 no passivo circulante, R\$328.231 (R\$331.853), no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, o aumento da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de mais de 98% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador
Loan 4131 Citibank x ESA 1A	75.000		27/04/2018	2,8576 (Abr/16)
P. Ativa		LIBOR + 1,64%		3,0235 (Abr/17)
P. Passiva		102,15% CDI		3,1896 (Abr/18)
Loan 4131 Itaú BBA x ENF 3	3.000		17/08/2015	-
P. Ativa		VC + 4,3288%		
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA x EBO 2	6.000		17/08/2015	-
P. Ativa		VC + 4,3288%		
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA x EPB 1	16.900		17/08/2015	-
P. Ativa		VC + 4,3288%		
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA x EMG 3	30.000		21/09/2015	-
P. Ativa		VC + 3,93%		
P. Passiva		101,50% CDI		
Loan 4131 BAML x ESE 1	30.000		21/09/2015	-
P. Ativa		LIBOR + 2,45%		
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA x ENF 4	2.410		28/12/2015	-
P. Ativa		VC + 3,82%		
P. Passiva		110,50% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA x ESE 2	50.231		17/04/2018	3,11 (Abr/17)
P. Ativa		VC + 4,105%		3,30 (Abr/18)
P. Passiva		108,95% CDI		

Loan 4131 Itaú BBA x EPB 3	60.277		17/04/2018	3,11 (Abr/17) 3,30 (Abr/18)
P. Ativa		VC + 4,105%		
P. Passiva		108,95% CDI		
Loan 4131 BAML x EBO 3	4.000		01/02/2016	-
P. Ativa		LIBOR + 2,45%		
P. Passiva		116,45% CDI		
Loan 4131 BAML x EMT 1	7.879		04/05/2017	-
P. Ativa		LIBOR + 1,50%		
P. Passiva		CDI + 1,45%		
Loan 4131 Banco ABC x Bragantina 1	17.094		11/09/2015	-
P. Ativa		VC + 3,50%		
P. Passiva		CDI + 2,90%		
Loan 4131 Citibank x ENF 6	8.250		28/09/2017	-
P. Ativa		LIBOR + 1,36%		
P. Passiva		113,90% CDI		
Loan 4131 Citibank x EMG 4	16.450		28/09/2017	-
P. Ativa		LIBOR + 1,36%		
P. Passiva		113,90% CDI		
Loan 4131 Santander x ESA 3	40.883		28/09/2015	-
P. Ativa		VC + 2,80%		
P. Passiva		117,30% CDI		
Loan 4131 BAML x EMG 5	28.515		10/06/2015	-
P. Ativa		VC + 1,7883%		
P. Passiva		112,50% CDI		
Loan 4131 Banco ABC x ESA 4	31.873		30/11/2015	-
P. Ativa		VC + 4,40%		
P. Passiva		CDI + 2,90%		
Loan 4131 Itaú BBA x ECA 1	25.893		28/11/2017	-
P. Ativa		VC + 4,00%		
P. Passiva		CDI + 2,25%		
Loan 4131 Itaú BBA x Bragantina 2	3.983		28/11/2017	-
P. Ativa		VC + 4,00%		
P. Passiva		CDI + 2,25%		

Loan 4131 Banco ABC x ESA 5	29.963		02/07/2015	-
P. Ativa		VC + 4,00%		
P. Passiva		CDI + 2,90%		
Loan 4131 Citibank x EPB 2	40.000		21/09/2017	3,0185 (Set/16) 3,1975 (Set/17)
P. Ativa		LIBOR + 1,8987%		
P. Passiva		101,00% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA x CFLO 1	7.663		25/02/2016	-
P. Ativa		VC + 4,50%		
P. Passiva		CDI + 2,35%		
Loan 4131 Itaú BBA x ENF 7	7.663		25/02/2016	-
P. Ativa		VC + 4,50%		
P. Passiva		CDI + 2,35%		
Loan 4131 Citibank x EPB 4	5.500		27/02/2019	-
P. Ativa		LIBOR + 1,88%		
P. Passiva		CDI + 1,80%		
Loan 4131 Citibank x ESE 3	50.000		19/04/2018	3,31 (Abr/18)
P. Ativa		LIBOR + 1,91%		
P. Passiva		103,50% CDI		
Loan 4131 Santander x EBO 4	3.000		24/03/2016	-
P. Ativa		VC + 3,45%		
P. Passiva		CDI + 1,20%		
Loan 4131 Banco ABC x ESA 6	6.968		24/08/2015	-
P. Ativa		VC + 4,1350%		
P. Passiva		CDI + 3,50%		

Buscando menor exposição ao risco, em 27 de janeiro de 2015, a Administração excluiu os limitadores com vencimento no ano de 2015 dos swaps associados aos empréstimos 4131 abaixo, de forma a eliminar os riscos de perdas por alta do USD nos swaps cambiais.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador
Loan 4131 Itaú BBA x EMG 3	30.000		21/09/2015	2,85 (Set/15)
P. Ativa		VC + 3,93%		
P. Passiva		101,50% CDI		
Loan 4131 BAML x ESE 1	30.000		21/09/2015	2,90 (Set/15)
P. Ativa		LIBOR + 2,45%		
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA x EPB 1	16.900		17/08/2015	2,85 (Ago/15)
P. Ativa		VC + 4,3288%		
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA x EBO 2	6.000		17/08/2015	2,85 (Ago/15)
P. Ativa		VC + 4,3288%		
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA x ENF 4	2.410		28/12/2015	2,95 (Dez/15)
P. Ativa		VC + 3,82%		
P. Passiva		110,50% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA x ENF 3	3.000		17/08/2015	2,85 (Ago/15)
P. Ativa		VC + 4,3288%		
P. Passiva		100,00% CDI		

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). Segue as operações de swap de juros a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Operação	Vencimento
SWAP HSBC X ESA	33.333		17/10/2016
P. Ativa		CDI + 1,60%	
P. Passiva		109,20% CDI + (TJLP-6,00%)	
SWAP Santander X ESA	166.667		17/10/2016
P. Ativa		CDI + 1,60%	
P. Passiva		CDI + 1,27% + (TJLP-6,00%)	
SWAP Santander X ESA	128.570		17/07/2017
P. Ativa		CDI + 1,30%	
P. Passiva		CDI + 1,00% + (TJLP-5,50%)	
SWAP HSBC X ESA	128.570		17/07/2017
P. Ativa		CDI + 0,00%	
P. Passiva		Pré 8,8% + (TJLP-5,5%)	
SWAP Santander X ESA	271.430		15/07/2019
P. Ativa		IPCA + 6,15%	
P. Passiva		IPCA + 5,85% + (TJLP-5,50%)	
SWAP BAML X ESA	287.616		15/07/2019
P. Ativa		IPCA + 5,85%	
P. Passiva		CDI + 0,99%	
SWAP HSBC X ESA	141.600		27/04/2018
P. Ativa		100,00% CDI	
P. Passiva		96,00% CDI + (TJLP-5,50%)	
SWAP HSBC X ESA	175.000		15/06/2020
P. Ativa		Pré 9,63%	
P. Passiva		102,65% CDI	
SWAP HSBC X EMS	26.667		05/09/2016
P. Ativa		CDI + 3,50%	
P. Passiva		132,00% CDI + (TJLP-6,00%)	

A Administração da Companhia e de suas controladas permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de

estabilização. A Companhia e suas controladas procederam à substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

A administração da Companhia e suas controladas, tem constantemente buscado alternativas de levantar capital a um custo atraente dada as condições de mercado no momento da emissão. Com a alta da taxa de câmbio, surgiu a oportunidade de liquidar antecipadamente o instrumento de swap das controladas Energisa Sergipe e Energisa Paraíba junto ao Banco Citibank. A operação resultou na entrada de R\$77.045 sendo R\$29.519 na controlada Energisa Paraíba e R\$47.526 na controlada Energisa Sergipe, mas sem a necessidade de aumentar o valor da dívida.

A operação permitiu a monetização do hedge existente a um custo bastante atrativo, quando considerado os custos de captação de um valor equivalente a preços de mercado. Importante ressaltar que, em se tratando de monetização de um ativo (MTM), houve redução do montante alocado no balanço patrimonial ativo dessas Companhias com entrada de recursos equivalentes no caixa (descontados dos custos de estruturação).

A montagem do novo swap respeitou os prazos, custos e notionals da dívida associada em dólar, implicando na manutenção da exposição financeira, limitação do risco financeiro das Companhias e variações da taxa de cambio.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, vigentes em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 que podem ser assim resumidos:

	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2015	31/12/2014		31/03/2015	31/12/2014
			Posição Ativa		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	1.496.619	1.466.839
Swap de Juros	1.359.453	1.363.897			
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(1.480.886)	(1.447.383)
			Posição Total Swap	15.733	19.456
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira-USD e LIBOR	1.993.783	1.729.372
Swap Cambial com opções	1.432.712	1.385.427			
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.501.580)	(1.435.984)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(192.678)	(90.166)
			Posição Total Swap Com Opções	299.525	203.222

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em

calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

### Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

### Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição (**)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros	-		251.391	(184.206)	(619.804)
Swap com Opções					
Posição Ativa -Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.993.783	Alta US\$	1.742.390	2.177.987	2.613.585
Posição Passiva -Taxa de Juros CDI	(1.501.580)		(1.501.580)	(1.501.580)	(1.501.580)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(192.678)		(22.883)	(183.798)	(349.563)
Subtotal	<u>299.525</u>		<u>217.927</u>	<u>492.609</u>	<u>762.442</u>
<b>Total Líquido - ganhos (perdas)</b>			<b><u>469.318</u></b>	<b><u>308.403</u></b>	<b><u>142.638</u></b>

(\*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de março de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2015, o que é refletido no valor presente positivo de R\$469.318, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivos de R\$308.403 e R\$142.638, respectivamente.

**(3) Variação das taxas de juros**

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Swap	-		13.985	(81.166)	(176.122)
Posição Ativa - Taxa de juros CDI e IPCA	1.496.619	Alta TJLP/IPCA	1.468.874	1.658.683	1.848.091
Posição Passiva -Taxa de Juros CDI +TJLP	(1.480.886)		(1.342.938)	(1.509.926)	(1.676.115)
Subtotal	15.733		125.936	148.757	171.976
Líquido - ganhos (perdas)			139.921	67.591	(4.146)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 12,6%, TJLP = 5,0% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros ativos:</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2.359.433	Alta CDI	75.317	92.981	110.367
<b>Instrumentos financeiros passivos:</b>					
Swap	(2.002.315)	Alta CDI	(63.674)	(78.691)	(93.308)
	(3.694.602)	Alta CDI	(190.593)	(236.345)	(282.041)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(140.530)	Alta TJLP	(2.336)	(2.898)	(3.458)
	(103.571)	Alta FNE	(2.091)	(2.597)	(3.096)
Subtotal (2)	(5.941.018)		(258.694)	(320.531)	(381.903)
Total -perdas (2)	(3.581.585)	-	(183.377)	(227.550)	(271.536)

(1) Considera o CDI de 30 de junho de 2015 (13,3% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2015, TJLP 5% ao ano e FNE 8% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré fixadas no valor de R\$ 1.660.937.

**Hierarquia de valor justo**

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 -Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 -Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 -Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	Controladora		Consolidado	
		31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
<b>Ativos</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	508.136	6.046	1.333.291	1.048.557
Instrumentos financeiros derivativos	2	117.850	74.361	315.277	217.103
Contas a receber da concessão	3	-	-	3.154.891	3.024.053
Ativos regulatórios	3	-	-	1.133.617	1.008.801

### Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

### 33 Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido para os quais é vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. Os planos de benefícios definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada período, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo em 31 de março de 2015, a despesa dos planos foi de R\$5.525 (R\$3.796 em 31 de março de 2014), no consolidado.

#### Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas Energisa MG, Energisa NF, Energisa Soluções, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Em 31 de março de 2015, a despesa com o prêmio de aposentadoria foi de R\$64 (R\$95 em 31 de março de 2014) na controladora e R\$232 (R\$353 em 31 de março de 2014) no consolidado.

#### Plano de saúde

As controladas Energisa SE, Energisa PB, Energisa BO e Energisa NF participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo as controladas, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

A Companhia, Energia MG e a Energisa Soluções, tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

Em 31 de março de 2015, as despesas com esse benefício foram de R\$217 (R\$178 em 31 de março de 2014) na controladora e R\$12.197 (R\$2.359 em 31 de março de 2014) no consolidado.

### 34 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil						
	Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Energisa Comercializadora	2015 a 2026	408.460	419.012	444.688	525.526	594.605	6.010.352
		<u>408.460</u>	<u>419.012</u>	<u>444.688</u>	<u>525.526</u>	<u>594.605</u>	<u>6.010.352</u>

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia - reais mil (**)						
	Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A (*)	2015 a 2026	61.951	64.260	66.486	68.194	69.915	538.452
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	207.463	187.712	193.347	198.915	213.868	2.947.318
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	586.989	595.614	588.574	574.769	611.623	8.101.391
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	433.908	444.445	411.424	413.684	429.258	5.982.983
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	100.917	101.486	97.940	95.887	97.045	1.259.727
Caiuá Distribuição de Energia S.A. Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A - EMT	2015 a 2048	1.349.629	1.309.986	1.334.503	1.455.894	1.537.721	18.588.271
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A - ETO	2015 a 2048	304.166	313.526	302.646	307.845	369.461	5.381.731
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora Energia S/A - EMS	2015 a 2048	656.619	541.884	543.053	562.446	612.557	8.952.740
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	2015 a 2048	73.560	53.936	51.010	39.050	38.702	573.784
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	2015 a 2048	98.168	91.854	98.127	99.875	121.174	1.833.076
Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A. - EDEVP	2015 a 2048	134.917	120.457	120.109	120.125	123.863	1.986.324
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO (*)	2015 a 2026	75.129	78.588	81.512	84.071	86.717	686.801
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2015 a 2026	<u>408.460</u>	<u>419.012</u>	<u>444.689</u>	<u>525.528</u>	<u>594.605</u>	<u>6.010.352</u>
		<u>4.652.884</u>	<u>4.466.987</u>	<u>4.482.948</u>	<u>4.696.993</u>	<u>5.064.457</u>	<u>64.969.418</u>

(\*) Os contratos de suprimento da ENF e CFLO foram aditados, conforme as disposições previstas no Submódulo 11.1 do PRORET (Procedimento de Regulação Tarifária).

(\*\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de março de 2015 e foram homologados pela ANEEL.

### 35 Concessão do serviço público de energia elétrica - consolidado

Distribuição:

Empresas	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
ESE	23/12/1997	30 anos	23/12/2027
EBO	04/02/2000	30 anos	04/02/2030
EPB	15/01/2001	30 anos	15/01/2031
EMG	18/06/1999	20 anos (*)	07/07/2015
ENF	18/06/1999	20 anos (*)	07/07/2015
EMT	10/12/1997	30 anos	10/12/2027
ETO	28/06/1999	20 anos	30/01/2020
EMS	04/12/1997	30 anos	04/12/2027
CNEE	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
CAIUÁ	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
EDEVP	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
EBB	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
CFLO	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015

(\*) Contados a partir de 7 de julho de 1995.

Geração:

Empresas	Data da autorização	Data Publicação	Prazo da autorização	Vencimento
Energisa Geração Rio Grande S/A (PCH Caju, São Sebastião e Santo Antonio) (3)	08/07/2008	14/07/2008	30 anos	14/07/2038
PCH Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A (3)	05/07/2011	13/07/2011	30 anos	13/07/2041
SPE Cristina Energia S/A (3)	22/12/1999	23/12/1999	30 anos	23/12/2029
Energisa Geração Central Eólica Renascença I S/A (3)	02/05/2011	02/05/2011	35 anos	02/05/2046
Energisa Geração Central Eólica Renascença II S/A (3)	04/05/2011	04/05/2011	35 anos	04/05/2046
Energisa Geração Central Eólica Renascença III S/A (3)	13/05/2011	13/05/2011	35 anos	13/05/2046
Energisa Geração Central Eólica Renascença IV S/A (3)	02/06/2011	02/06/2006	35 anos	02/06/2046
Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A (3)	02/05/2011	02/05/2011	35 anos	02/05/2046
Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I S/A (Usina Santa Cândida I) (1) e (3)	12/11/2001	13/11/2001	30 anos	13/11/2031
Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II S/A (Usina Santa Cândida II) (1), (2) e (3)	-	-	-	-
Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I (Usina Vista Alegre I) (3)	16/12/2008	31/12/2008	35 anos	31/12/2043
Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II (Usina Vista Alegre II) (2) e (3)	-	-	-	-
EMT - concessão de usinas termelétricas	10/12/1997	11/12/1997	30 anos	10/12/2027
Tangará (3)	15/08/2000	07/07/1995	30 anos	07/07/2025

(1) Prazo de exploração por 20 anos.

(2) Pedido de outorga em processo de liberação junto ao Poder Concedente.

(3) Reclassificado para disponível para venda, alienado em final de março de 2015, exceto Tangará.

### 36 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2015 e 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	31/03/2015	31/12/2014
<b>Valor justo aquisição Grupo Rede</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	-	84.066
Aplicação no Mercado Aberto	-	216.928
Clientes, consumidores e concessionárias e PDD	-	834.861
Impostos a Recuperar	-	269.709
Títulos de créditos a receber	-	206.545
Estoques	-	20.781
Cauções e Depósitos Vinculados	-	100.560
Outros créditos	-	729.987
Créditos com partes relacionadas	-	24.705
Impostos Diferidos	-	641.863
Contas a receber da Concessão	-	2.061.340
Imobilizado	-	182.440
Ágio na aquisição de empresas	-	165.552
Ativo intangível (PPA)	-	5.338.427
Fornecedores	-	1.329.437
Salários a pagar	-	13.855
Empréstimos e Financiamentos	-	2.856.794
Debentures	-	328.219
Tributos e Contribuições	-	2.045.714
Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	-	566.797
Parcelamento de impostos	-	630.077
Outros passivos	-	1.847.664
<b>Ativo disponível para venda - Geração</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	-	49.823
Aplicação no Mercado Aberto	-	49.055
Clientes, consumidores e concessionárias e PDD	-	28.718
Outros créditos	-	60.428
Imobilizado	-	1.412.675
Ativo intangível	-	358.969
Empréstimos e Financiamentos	-	864.831
Debentures	-	121.652
Tributos e Contribuições	-	132.815
Outros passivos	-	102.011
<b>Outras transações não caixa</b>		
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	99.538	320.597
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	42.293	31.525
Fornecedores	15.149	26.536
Atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível - Fornecedor	39.934	26.536
Atividades de financiamento		
Empréstimo - Finame	24.785	26.511
Capitalização de reservas		-

### 37 Ativos disponíveis para venda

A Companhia concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S.A., FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação e em construção. A negociação envolve 488 MW de capacidade instalada em unidades como Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs (43 MW), localizadas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, um parque eólico no Rio Grande do Norte (150 MW), usinas de cogeração a base de biomassa de cana de açúcar em São Paulo e Mato Grosso do Sul (175 MW, dos quais 115 MW em construção) e uma usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW).

Os ativos que foram alienados são: SPE Cristina, Energisa Centrais Eólicas e suas subsidiárias de geração eólica, Energisa Bioeletricidade e suas subsidiárias de geração termelétrica, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin, Energisa Geração Rio Grande, as novas expansões de plantas de cogeração Energisa Geração Vista Alegre II e Energisa Geração Santa Cândida II e Tangará Energia.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, desde 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

Em dezembro de 2014 os ativos de geração destinados a alienação foram capitalizados em fundo de investimentos, pelo valor de mercado, conforme segue: (i) no Fundo FIP REDE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R\$229.594; (ii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade SPE Cristina Energia S/A, pelo valor de R\$23.788 e ações correspondentes 100% do capital social da sociedade Energisa Geração Rio Grande S/A no valor de R\$221.800 e da Pequena Central Hidrelétrica Zetunin no valor de R\$68.600; (iii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO EÓLICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade Energisa Geração Centrais Eólicas RN, pelo valor de R\$485.894 e (iv) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO BIOMASSA, ações correspondentes a 100% do capital social da sociedade Energisa Bioeletricidade, pelo valor de R\$436.800.

As transferências dos ativos destinados a alienação foram capitalizados aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado tendo sido finalizada em 31 de março de 2015 com apuração de ganho de capital de R\$491.999, que não inclui ajustes normais de preços que se encontram em processos de apuração em atendimento ao CPC 30 e em face de por não terem sido satisfeitos os critérios que possibilite o registro contábil que não foram reconhecidos na demonstração de resultado do período.

Esse montante vai proporcionar à Energisa uma redução da dívida líquida consolidada de R\$2.607.900, além de uma redução nos compromissos de investimentos de R\$200.000 até o início de 2016.

Segue apuração do ganho de capital registrado em 31 de março de 2015:

Valor original de venda dos ativos (recebidos)	1.327.074
Ajuste preço adicional	52.634
Valor de venda contabilizado pela alienação dos ativos de geração	1.379.708
(-) Custos dos investimentos alienados	(887.709)
(=) Ganho de capital	491.999
(-) IR e CS - 34%	(167.280)
(=) Efeito líquido	324.719

A controlada Rede Energia ainda não finalizou a alienação dos ativos de geração da Tangará S/A em face de não terem sido satisfeitos os critérios de possibilite as transferências efetiva dos ativos.

Ativos e passivos reclassificados para disponíveis para venda saldo em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>				
Ativo circulante				
. Caixa, equivalente de caixa e aplicação financeira no mercado aberto	-	-	18.922	95.407
. Clientes	-	-	8.227	25.697
. Outros	-	-	13.546	20.182
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.695</b>	<b>141.286</b>
Ativo não circulante				
. Investimento - aquisição de participação	6.362	818.984	-	-
. Imobilizado/Intangível	-	-	433.330	1.825.741
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>6.362</b>	<b>818.984</b>	<b>436.251</b>	<b>1.873.251</b>
<b>Total dos ativos disponíveis para venda</b>	<b>6.362</b>	<b>818.984</b>	<b>476.946</b>	<b>2.014.537</b>
<b>Passivo</b>				
Passivo circulante				
. Fornecedores	-	-	4.308	39.969
. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	-	-	250.465	333.487
. Tributos e contribuições	-	-	2.093	8.537
. Outros	-	-	8.790	18.245
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>265.656</b>	<b>400.238</b>
Passivo não circulante				
. Fornecedores	-	-	-	19.057
. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	-	-	82.194	658.484
. Impostos diferidos	-	-	117.576	119.375
. Outros	-	32.348	3.298	24.155
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>32.348</b>	<b>203.068</b>	<b>821.071</b>
<b>Total do passivo associado a ativos disponíveis para venda</b>	<b>-</b>	<b>32.348</b>	<b>468.724</b>	<b>1.221.309</b>

Demonstração de resultado da operação descontinuada:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receita líquida	-	-	20.591	40.500
(-) Custo com energia elétrica	-	-	(13.086)	(4.795)
(-) Custo de operação	-	-	(1.415)	(8.556)
(-) Custo serviços prestados a terceiros	-	-	-	(7.550)
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.090</b>	<b>19.599</b>
(-) Despesas operacionais	-	-	(422)	(1.224)
<b>Resultado do serviço</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.668</b>	<b>18.375</b>
Receitas financeiras	-	-	3.244	4.501
Despesas financeiras	-	-	(12.712)	(9.666)
Equivalência patrimonial	6.622	10.335	-	-
Outros resultados operacionais	-	-	(4)	(195)
<b>Prejuízo antes do IRPJ e CSL</b>	<b>6.622</b>	<b>10.335</b>	<b>(3.804)</b>	<b>13.015</b>
(-) IRPJ e CSL	-	-	(478)	(2.671)
<b>Lucro de operação descontinuada</b>	<b>6.622</b>	<b>10.335</b>	<b>(4.282)</b>	<b>10.344</b>

Para fins de comparabilidade, esta sendo rerepresentada a demonstração de resultado, demonstração de fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado, individuais e consolidados, referente ao período findo em 31 de março de 2014.

Segue quadro comparativo das demonstrações financeiras reapresentadas:

**Demonstração do resultado do período:**

Controladora	Divulgado 31/03/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Reapresentado 31/03/2014
Receita líquida	14.121	-	14.121
(-) Custo de operação	(9.981)	(7)	(9.988)
Lucro operacional bruto	<b>4.140</b>	<b>(7)</b>	<b>4.133</b>
(-) Despesas operacionais	(7.921)	7	(7.914)
Resultado do serviço	<b>(3.781)</b>	-	<b>(3.781)</b>
Receitas financeiras	15.973	-	15.973
Despesas financeiras	(32.503)	-	(32.503)
Equivalência patrimonial	95.516	(10.335)	85.181
Lucro antes do IRPJ e CSL	<b>75.205</b>	<b>(10.335)</b>	<b>64.870</b>
Lucro do período	<b>75.205</b>	<b>(10.335)</b>	<b>64.870</b>

Consolidado	Divulgado 31/03/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Reapresentado 31/03/2014
Receita líquida	772.428	(26.555)	745.873
(-) Custo com energia elétrica	(416.802)	(8.702)	(425.504)
(-) Custo de operação	(148.640)	(12.260)	(160.900)
Lucro operacional bruto	<b>206.986</b>	<b>(47.517)</b>	<b>159.469</b>
(-) Despesas operacionais	(99.219)	29.142	(70.077)
Resultado do serviço	<b>107.767</b>	<b>(18.375)</b>	<b>89.392</b>
Receitas financeiras	54.423	(4.501)	49.922
Despesas financeiras	(53.532)	9.666	(43.866)
Outros resultados operacionais	(394)	195	(199)
Lucro antes do IRPJ e CSL	<b>108.264</b>	<b>(13.015)</b>	<b>95.249</b>
(-) IRPJ e CSL	(33.051)	2.671	(30.380)
Lucro líquido	<b>75.213</b>	<b>(10.344)</b>	<b>64.869</b>

**Demonstração do valor adicionado:**

Controladora	Divulgado 31/03/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Reapresentado 31/03/2014
Valor Adicionado Recebido em Transferência	<b>111.489</b>	(10.335)	<b>101.154</b>
. Resultado de Equivalência Patrimonial	95.516	(10.335)	85.181
Valor Adicionado Total a Distribuir	<b>112.891</b>	(10.335)	<b>102.556</b>
Distribuição do Valor Adicionado	<b>112.891</b>	(10.335)	<b>102.556</b>
Outros	-	(10.335)	<b>(10.335)</b>
. Operações descontinuadas	-	(10.335)	(10.335)

Consolidado	Divulgado 31/03/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Reapresentado 31/03/2014
Receitas	1.073.478	(40.500)	1.032.978
. Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.007.795	(40.500)	967.295
Insumos Adquiridos de Terceiros	(587.572)	15.897	(571.675)
. Custos, Prod e Serv. Vendidos	(456.253)	4.795	(451.458)
. Materiais, Energia, Serv. De Terceiros e Outros	(52.353)	10.211	(42.142)
. Outras	(78.966)	891	(78.075)
Valor Adicionado Bruto	485.906	(24.603)	461.303
Retenção	(50.967)	5.548	(45.419)
. Depreciação, Amortização e Exaustão	(50.967)	5.548	(45.419)
Valor Adicionado Líquido Produzido	434.939	(19.055)	415.884
Valor Adicionado Recebido em Transferência	54.386	(4.501)	49.885
. Receita Financeira	54.423	(4.501)	49.922
Valor Adicionado Total a Distribuir	489.325	(23.556)	465.769
Distribuição do Valor Adicionado	489.325	(23.556)	465.769
Pessoal	58.010	(875)	57.135
. Remuneração direta	40.259	(875)	39.384
Impostos, Taxas e Contribuições	299.682	(2.671)	297.011
. Federais	110.022	(2.671)	107.351
Remuneração de Capitais de Terceiros	56.420	(9.666)	46.754
. Juros	55.054	(9.666)	45.388
Outros	-	(10.344)	(10.344)
. Operações descontinuadas	-	(10.344)	(10.344)

**Demonstração dos fluxos de caixa:**

Controladora	Divulgado 31/03/2014	Ajustes - Reclassificação para ativos disponíveis para venda	Reapresentado 31/03/2014
Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.639	-	6.639
Lucro antes dos impostos	75.205	(10.335)	64.870
Equivalência patrimonial	(95.516)	10.335	(85.181)
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(1.430.833)	-	(1.430.833)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.357.479	-	1.357.479
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(66.715)	-	(66.715)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	75.107	-	75.107
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.392	-	8.392
Variação líquida do caixa	(66.715)	-	(66.715)

Consolidado	Divulgado 31/03/2014	Ajustes - Reclassificação para ativos disponíveis para venda	Reapresentado 31/03/2014
Caixa Líquido Atividades Operacionais	106.971	-	106.971
Lucro antes dos impostos	108.264	(13.015)	95.249
Lucro antes dos impostos das empresas descontinuadas	-	13.015	13.015
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(1.480.263)	-	(1.480.263)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.339.792	-	1.339.792
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(33.500)	-	(33.500)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	252.185	-	252.185
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	218.685	-	218.685
Variação líquida do caixa	(33.500)	-	(33.500)

## 38 Eventos subsequentes

### Debêntures 6ª emissão:

A Companhia amortizou antecipadamente, em 07 e 30 de abril de 2015, parte dos valores de suas debêntures de 6ª emissão nos montantes de R\$886.020 e R\$288.896, respectivamente.

### Reajustes tarifários controladas

- Através da Resolução Homologatória n.º 1.874 de 07 de abril de 2015 e Nota Técnica n.º 66 de 31 de março de 2015, foram reajustadas as tarifas da base econômica da controlada Energisa Mato Grosso do Sul em 3,22% com o início de vigência em 08 de abril de 2015.

- Através da Resolução Homologatória n.º 1.873 de 07 de abril de 2015 e Nota Técnica n.º 68 de 01 de abril de 2015, foi aprovado o índice de reajuste tarifário anual médio de 31,20% a ser aplicado às tarifas da Controlada Energisa Mato Grosso, que corresponde a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de -0,38% sendo de 3,43% em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de -2,22% em média para aqueles conectados em Baixa Tensão (BT).

- Através da Resolução Homologatória n.º 1.877 de 14 de abril de 2015, foram reajustadas as tarifas da base econômica da controlada Energisa Sergipe em 13,26% com o início de vigência em 22 de abril de 2015.

### Dividendos controladas

- Em 29 de abril de 2015 a Assembleia Geral de Acionistas, deliberou distribuir dividendos no montante de R\$ 17.047, correspondentes a R\$0,09995357374 por ação de emissão da controlada indireta Energisa Mato Grosso, restando o valor de R\$2.496 (R\$0,014457777 por ação) em 11 de maio de 2015.

- Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos da controlada Energisa Minas Gerais, relativos ao exercício de 2014, no montante de R\$5.757, equivalentes a R\$12,7740 por ação ordinária, tendo sido liquidados R\$5.000 em 19 de janeiro de 2015 e R\$757 em 02 de abril de 2015.

- Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos da controlada Energisa Paraíba, relativos ao exercício de 2014, no montante de R\$64.910, equivalentes a R\$70,6953 por ação ordinária, tendo sido liquidados R\$31.135 em 11 de junho de 2014, R\$4.844 em 04 de setembro de 2014, R\$15.900 em 19 de janeiro de 2015 e R\$13.031 em 02 de abril de 2015.

- Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos da controlada Energisa Sergipe, relativos ao exercício de 2014, no montante de R\$66.921, equivalentes a R\$342,291919826 por ação ordinária, já tendo sido integralmente quitados: (a) em 11 de junho de 2014, o valor de R\$16.449 (R\$84,13169118 por ação ordinária); (b) em 4 de setembro de 2014, o valor de R\$10.672 (R\$54,5871405 por ação ordinária); (c) em 19 de janeiro de 2015, o valor de R\$19.600 (R\$100,251139334 por ação ordinária); (d) em 02 de abril de 2015, o valor de R\$10.100 (R\$51,66097443 por ação ordinária); e (e) em 06 de abril de 2015, o valor de R\$10.100 (R\$51,66097443 por ação ordinária).

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

---

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa S.A.  
Cataguases - MG

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

A controlada indireta Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. possui créditos a receber do Governo do Estado de Tocantins nos montantes de R\$70.084 mil e R\$19.226 mil, referentes ao programa Reluz Tocantins e ao convênio firmado para a implementação de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá, respectivamente. Em 31 de março de 2015, devido à ausência de análises e documentação suporte que demonstrem a valorização e, principalmente, as condições de realização do ativo, não foi possível concluirmos quanto à adequação dos referidos créditos.

### Conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias”, se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Ênfases

### Continuidade operacional da Companhia

Conforme descrito nas notas explicativas nos 1 e 37 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$669.840 mil na controladora. A Administração espera que o fluxo de dividendos oriundo das operações de suas controladas e o sucesso no processo de alongamento e substituição das dívidas de curto prazo irão prover os recursos financeiros para fazer frente aos compromissos de curto prazo e restabelecer o capital circulante líquido. Em 31 de março de 2015, a manutenção das operações depende da Administração concluir com êxito as referidas estratégias, já que a não confirmação das mesmas indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Continuidade operacional das controladas que possuem concessão vencendo em 2015

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, as respectivas concessões para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica das controladas EMG, ENF, CFLO, Cuiá, EBB, EDEVP e CNEE expiram em 7 de julho de 2015. As controladas protocolaram, em 2012, pedidos de prorrogação do prazo da concessão junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Até o presente momento, os pedidos de prorrogação estão sob análise, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações das controladas, pois a prorrogação dos contratos de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As informações financeiras intermediárias das controladas incluídas na consolidação foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4